



CNPJ 60.933.603/0001-78 - Companhia Aberta http://www.cesp.com.br



Secretaria de Energia e Mineração

I. MENSAGEM AOS ACIONISTAS

Senhores Acionistas.

A Administração da CESP - Companhia Energética de São Paulo, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V. Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, acompanhadas do relatório de auditoria dos Auditores Independentes e do Parecer do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017

A CESP iniciou o ano de 2017 sob o andamento dos estudos contratados pelo seu acionista controlador em dezembro de 2016 para sua avaliação econômico-financeira, proposição de modelagem e execução da venda de seu controle acionário, no processo de desestatização do Estado de São Paulo

Os estudos e tratativas foram realizados e o leilão de venda marcado, sendo que em 14 de setembro de 2017 o Conselho Diretor do Programa Estadual de Desestatização (CDPED) deliberou suspender o processo de alienação do controle acionário da Companhia pelo prazo necessário à avaliação sobre a pertinência de eventuais ajustes.

Em 29 de janeiro de 2018, tendo em vista a publicação do Decreto Federal nº 9.271/18, que permite que concessões de geração sejam prorrogadas por até 30 anos no contexto. Os Ecotimes são grupos multidisciplinares, compostos por colaboradores de diversas de uma privatização, o CDPED deliberou pela retomada do processo de transferência do controle acionário da CESP, ora em andamento.

Internamente, e em continuidade ao processo de readequação estrutural e de redução de custos, a CESP concluiu, ao final do primeiro trimestre de 2017, seu Programa de Demissão Voluntária, que resultou no desligamento de mais de 100 empregados, e uma redução de cerca de 18% do quadro existente em 2016, além do permanente processo de redução das despesas gerenciáveis, que foram mantidas sob estrito controle.

de 1.056,6 megawatts médios (MW médios). A maior parte dessa garantia física foi comercializada no Ambiente de Contratação Livre - ACL (78,3% dos contratos) por meio de contratos de venda de energia, sendo o restante do volume comercializado no Ambiente de Contratação Regulada - ACR (21,7% dos contratos), representando um aumento de 2,6% em relação ao ano de 2016.

qualidade e compromisso com sua responsabilidade social e empresarial, apresentando elevados índices de disponibilidade para a produção de energia e confiabilidade operacional, que superam os padrões da ANEEL e a média do setor. Dessa maneira, em ECONÔMICO-FINANCEIRO 2017 e a exemplo de outros anos, a CESP produziu integralmente a energia que tinha

Entretanto, o setor hidroelétrico brasileiro, observado o comando centralizado do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, foi mais uma vez impactado pelo período de escassez hidrológica, exigindo que o ONS despachasse volume expressivo de energia de origem térmica, em prejuízo da produção hidráulica. O fator GSF - Generation hidráulicas em relação à sua garantia física, registrou 79,3% em 2017 (86,9% em 2016), o que, associado a elevados Preços de Liquidação das Diferenças - PLD, onerou a Companhia, resultou em despesas de compra de energia e afetou seus resultados

Neste exercício a Companhia apresentou prejuízo de R\$ 168,5 milhões e, considerando o saldo de lucros acumulados de 2016, decorrentes de ajustes retroativos (Nota 2.3), a realização de reservas e os ajustes de avaliação patrimonial, está oferecendo a seus acionistas dividendos no montante de R\$ 25,7 milhões, conforme expresso na Nota Explicativa 27.7 - Proposta de Destinação do Resultado, nos termos da Proposta que seu Conselho de Administração está levando à deliberação dos Senhores Acionistas em Assembleia Geral prevista para o próximo dia 24 de abril.

II. A CESP E SEU MERCADO

A CESP possui três usinas hidrelétricas: Engenheiro Sérgio Motta - Porto Primavera (1.540 MW), Paraibuna (87,02 MW) e Jaguari (27,6 MW), totalizando 1.654,62 MW de

A garantia física da UHE Porto Primavera sofreu uma revisão extraordinária e foi reduzida de 1.017 para 992,6 MW médios a partir de 22 de dezembro de 2016, conforme Portaria nº 258, publicada pelo MME - Ministério de Minas e Energia naquela data. Tal montante, somado às garantias físicas das usinas Paraibuna e Jaguari, totalizava 1.056,6 MW médios em 2017. O MME conduziu procedimento de revisão ordinária das garantias físicas das usinas hidrelétricas do Sistema Interligado Nacional (SIN), que resultou na Portaria MME nº 178, de 3 de maio de 2017, definindo os novos montantes para tais empreendimentos, com vigência a partir de 1° de janeiro de 2018. Com essa medida, a garantia física da CESP sofrerá nova redução, resultando em 1.002,6 MW médios.

PRODUÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

A produção de energia elétrica das usinas da CESP é programada e executada de acordo com os Procedimentos de Rede e sob a coordenação do ONS - Operador Nacional do Sistema Elétrico, garantindo a preservação de seus ativos e o cumprimento de suas obrigações sociais e ambientais. A busca da eficiência na produção se baseia na associação dos recursos fundamentais de disponibilidade, recursos hídricos e oportunidades de alocação de produção no SIN. Em 2017, a CESP produziu 1.081 MW médios, que corresponderam a aproximadamente 2,4% da energia elétrica gerada por fonte hidráulica no SIN

Produção de Energia Elétrica Em MW médio 2010 2011 2012 2013 2014* 2015 2016** 2017

Produção	4.674	4.687	4.822	4.103	3.327	2.747	2.243	1.081	
considerando a produção	da Ul	HE Três	Irmãos	até se	tembro/	2014 (f	im da op	eração	

- temporária). considerando a produção das UHEs Ilha Solteira e Jupiá até 30/06/2016 (fim da
- operação temporária)

COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA

A garantia física bruta da CESP no ano de 2017 foi de 1.056,6 MW médios e comercializada (i) no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, com 45 empresas distribuidoras e (ii) no Ambiente de Contratação Livre - ACL, com 6 clientes livres e 4 comercializadoras. As diferenças entre a energia produzida, a garantia física e a energia contratada foram contabilizadas e liquidadas na CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

A CESP aderiu ao acordo de repactuação do risco hidrológico, instituído pela Lei nº 13.203, de 08/12/2015 e regulamentado pela Resolução Normativa ANEEL nº 684, de 11/12/2015, no montante de 230 MW médios da garantia física da Companhia, mediante o pagamento de um prêmio de risco. A repactuação contempla toda energia contratada no ambiente regulado durante o período de concessão.

As condições hidrológicas desfavoráveis também em 2017, fizeram com que as usinas hidrelétricas do MRE - Mecanismo de Realocação de Energia fossem despachadas abaixo de suas garantias físicas durante grande parte do ano, resultando no fator GSF -Generation Scaling Factor, inferior a 1, condição em que os geradores do MRE arcam com o deficit entre geração e garantia física, valorado ao PLD - Preço de Liquidação das

Nesse contexto, a CESP foi impactada em 205 MW médios, que representaram um custo de R\$ 627 milhões, já considerado o acordo de repactuação do risco hidrológico no ambiente regulado.

FATURAMENTO

A receita proveniente de contratos bilaterais nos ambientes de contratação regulada e livre totalizou R\$ 1.690,7 milhões, o que é detalhado a seguir:

AMBIENTE DE CONTRATAÇÃO REGULADA - ACR

O faturamento com CCEARs - Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado, firmados com distribuidoras, foi de R\$ 448,4 milhões, correspondente a 230 MW médios, redução de 22,2% sobre o verificado no ano de 2016 Em relação ao ano de 2016, houve uma redução de 31,6% nas quantidades vendidas

nesse ambiente, devido ao encerramento dos contratos realizados no 4º Leilão de Energia Existente, com vigência de 2009 a 2016, permanecendo apenas os contratos do leilão de energia nova, firmados por conta da UHE Porto Primavera.

AMBIENTE DE CONTRATAÇÃO LIVRE - ACL

2016, correspondente a 828 MW médios, constituindo uma participação de 73,5% do montante total comercializado em contratos no ano.

neste ambiente por conta do incremento dos volumes de energia em alguns contratos já vigentes

RESULTADO COM A ENERGIA LIQUIDADA NA CCEE A Companhia registrou despesa na CCEE de R\$ 627 milhões, incluindo o Mercado de

(0,939 em 2016) e 0,0055 (0,0048 em 2016), respectivamente.

Curto Prazo - MCP e o Mecanismo de Realocação de Energia - MRE. Por outro lado, a receita obtida na CCEE registrou saldo positivo de R\$ 55 milhões

III. SISTEMA ELÉTRICO DA CESP

A CESP garante o atendimento dos seus compromissos comerciais, conciliando-os às exigências regulatórias de Disponibilidade (Resolução ANEEL nº 614/2014) e Sistêmicas (necessidades de geração para atender à demanda sistêmica), dentro de princípios de economicidade

A eficiência das usinas do SIN é apurada pelo ONS por meio do Índice de Disponibilidade (ID) determinado com base na garantia física e calculado por meio da Taxa Equivalente de Indisponibilidade Forcada Apurada (TEIFa) e da Taxa Equivalente de Indisponibilidade Programada (TEIP) definidas pela ANEEL.

Na sua gestão para assegurar a disponibilidade e confiabilidade do fornecimento, a Companhia tem superado os valores de referência estabelecidos pela ANEEL. média ponderada de 0,897 para o ID e 0,0249 para a TEIFa. Em 2017 foram apurados 0,9387

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO - 2017

Para assegurar que as demandas atuais de Sustentabilidade sejam um dos fatores DIVERSIDADE orientadores de sua gestão em todas as fases de seus empreendimentos, a CESP manifesta as evidências do seu compromisso público, plenamente alinhadas com os principais conceitos de Sustentabilidade Empresarial. Dentre elas, merecem destaque:

Desde 2007, a CESP responde o questionário do Driving Sustainable Economies, antigo

IV. SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL

CDP - DRIVING SUSTAINABLE ECONOMIES

Carbon Disclosure Project (CDP), o que colaborou para a reflexão sobre o tema "alterações climáticas" na Companhia. O Programa de Mudanças Climáticas e Sequestro de Carbono, a tradição na publicação anual do inventário de gases de efeito estufa (GEE), a gestão das oportunidades e os projetos de pesquisa e desenvolvimento, são os pontos de destaque em mudanças climáticas. A CESP é uma Companhia de baixa intensidade de carbono, que produz energia elétrica exclusivamente a partir de usinas hidrelétricas, em bacias hidrográficas consideradas de baixa influência frente às mudanças climáticas e com potenciais oportunidades em uma futura economia de baixo carbono.

ECOTIME

áreas da CESP, cujo propósito é contribuir com o aprimoramento de alguns processos ambientais presentes na Companhia. A atuação desses grupos tem priorizado os seguintes temas: saúde e segurança do trabalho (em parcerias com as CIPAs -Comissões Internas de Prevenção de Acidentes); consumo consciente de água e energia; gestão de resíduos sólidos; realização de campanhas para reciclagem e doação de calçados, óleo vegetal, filmes de radiologia, entre outros materiais de difícil descarte.

É o programa do Governo do Estado que realiza o reflorestamento de nascentes, Sob o aspecto comercial, o lastro de energia para fins de comercialização em 2017 foi córregos e rios das bacias hidrográficas que abastecem reservatórios utilizados para atender centros urbanos. A CESP participa do programa, recuperando o entorno do reservatório da UHE Jaguari, nos municípios de São José dos Campos, Jacareí, Santa Isabel e Igaratá, no Vale do Paraíba. No período de 2015 a 2017, a área plantada foi de 208,96 hectares. A partir de 2017, as informações referentes a esse programa passaram a ser disponibilizadas no Sistema Informatizado de Apoio à Restauração Ecológica SARE, uma plataforma online para o cadastro e monitoramento de todos os projetos de A Companhia ao longo de seus 51 anos de existência sempre adotou práticas de restauração ecológica no Estado de São Paulo.

DE RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL RELATÓRIO ANUAL O Relatório Anual de Responsabilidade Socioambiental e Econômico-Financeiro da

CESP tem por objetivo reunir e apresentar dados sobre assuntos de ordem econômica, financeira, setorial, social, ambiental e de governança corporativa da Companhia

O relatório segue as diretrizes do "Manual de Elaboração do Relatório Anual de Responsabilidade Socioambiental das Empresas de Energia Elétrica", da ANEEL, em conjunto com a metodologia da Global Reporting Initiative (GRI), incluindo o Suplemento Scaling Factor, que mede a relação entre a produção nacional efetiva das usinas do Setor de Energia Elétrica (GRI-EU). A metodologia GRI, internacionalmente reconhecida, determina um padrão de relato alinhado às melhores práticas de governança, desempenho ambiental, econômico e social para relatórios de sustentabilidade.

> A Companhia divulga seus relatórios desde 2008, e estão disponíveis em: http://ri.cesp.com.br/a-companhia/sustentabilidade/

MANUAL SOCIOAMBIENTAL Os procedimentos relacionados a questões socioambientais adotados pela CESP

reunidos nesse manual que integra os manuais do SOSEm - Sistema de Operação em Situação de Emergência, visando a segurança das barragens, reservatórios, empregados e das comunidades do entorno das usinas. **MANUAL DO FORNECEDOR**

durante o período chuvoso, principalmente em razão de elevação das vazões, foram

Disponibilizado no site da CESP, estabelece os valores, princípios e diretrizes

1 - Base de Cálculo

que orientam o relacionamento com os fornecedores e fixa a Política de Suprimentos da CESP.

V. RESPONSABILIDADE SOCIAL

A CESP mantém o Selo Paulista da Diversidade, na Categoria Pleno, outorgado pelo Governo do Estado de São Paulo. Esse selo reflete a política de não exclusão no que tange as diferenças raciais, sociais, sexuais, ideológicas, religiosas, entre outras

Em 2017 foram realizadas diversas ações relacionadas a esta certificação, envolvendo seguintes atividades: divulgação de vídeos e respostas dos empregados a questionários que permitiram opinar e debater sobre questões relacionadas ao preconceito (VII Semana Interna da Diversidade - SIDI); sensibilização dos empregados nas seguintes datas do calendário da Diversidade: Dia da Mulher, Dia Internacional contra a Discriminação Racial; Dia do Índio; Dia de Combate à Homofobia e Celebração Ecumênica no final do ano

ACÕES SOCIAIS

Website Acessível a Deficientes Visuais

A CESP mantém no seu website corporativo, inclusive no módulo de Relações com Investidores, recursos que permitem o acesso a deficientes visuais que disponham de softwares do tipo leitores de telas em seus computadores e queiram conhecer a Companhia ou se utilizem de alguma página como ferramenta de trabalho.

Instituto Crianca Cidada (ICC)

A CESP deu continuidade à sua participação como empresa mantenedora fundadora do Instituto Criança Cidadã - ICC, contribuindo com o funcionamento das 16 unidades educacionais da instituição. Soma-se ao apoio financeiro, o trabalho voluntário por empregados que auxiliam a instituição com orientação técnica e administrativa.

O ICC, entidade educacional que tem a história de seus projetos iniciada pela CESP em 1987, apresentou importantes ações e conquistas que permitiram a renovação do reconhecimento da entidade como Utilidade Pública Federal, Estadual e Municipal

Em 2017, mais de 7.300 atendimentos foram prestados a crianças, jovens e adultos todos moradores de comunidades carentes das regiões leste, sul, norte e oeste da capital e do município de Guarulhos dentro dos quatro projetos da instituição Transmitindo Cidadania, Gerando Talentos, Manancial de Produção-Escola de Moda e Beleza e Nossa Comunidade. O ICC assegura alimentação balanceada, supervisionada por nutricionista; apoio integral ao desenvolvimento da criança, por uma equipe multidisciplinar de saúde; educação infantil básica, arte-educação e orientação para o trabalho, oferecida por educadores, coordenadores e diretores educacionais; e atividades voltadas ao esporte e lazer, ao desenvolvimento comunitário e à geração de renda

Inclusão Social de Aprendizes

A inclusão social dos aprendizes, promovida pelo Programa de Aprendizagem Profissional da CESP, tem por objetivo preparar não só bons profissionais, mas principalmente, melhores cidadãos para o Brasil. O Programa compreende ações voltadas para os jovens com orientações profissionais, palestras e dinâmicas. Em 2017 os aprendizes participaram de eventos sobre temas relacionados ao ambiente organizacional e à postura profissional, com discussões sobre aspectos como estimenta, pró-atividade, comunicação e uso da internet. Também participaram da Semana Interna da Diversidade - SIDI respondendo a questionários que permitiram opinar e debater sobre questões relacionadas ao preconceito nas suas inúmeras manifestações. Participaram ainda da Semana Interna de Prevenção de Acidentes (SIPAT), em que puderam aprender mais sobre escolhas seguras, prevenção contra animais peçonhentos, entre outros.

Visitas às unidades de produção

Em 2017, as unidades de produção da CESP foram visitadas por 38.111 pessoas Estudantes, engenheiros, técnicos e turistas têm nessas visitas a oportunidade de obter informações sobre o funcionamento de uma hidrelétrica e também tomam conhecimento dos vários programas desenvolvidos pela Empresa na busca do conhecimento e da conservação da fauna e da flora nativas. No caso da Usina Porto Primavera, além do contato com aspectos da cultura da região, que estão em exposição no Museu da Memória Regional, os visitantes também conhecem o processo de geração eólica e fotovoltaica, uma vez que duas usinas desses segmentos funcionam em conjunto com a hidrelétrica.

Porto Primavera recebeu 7.363 pessoas em suas instalações e em Paraibuna foram recepcionados 1.212 visitantes

2016 Valor (Mil reais)

VI. BALANÇO SOCIAL 2017 Valor (Mil reais)

1 - Dase de Calculo	_	orr valor (will re	aisj		2010 valor (will re	sais,
Receita líquida (RL) Lucro operacional bruto (LOB) Folha de pagamento bruta (FPB)		1.476.615 291.676 164.822			1.668.590 878.725 181.474	
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação Encargos sociais compulsórios Previdência privada Saúde Educação Capacitação e desenvolvimento profissional Creches ou auxílio-creche Participação nos lucros ou resultados Total - Indicadores sociais internos	6.489 25.175 9.385 9.717 369 423 65 6.268 57.891	3,94% 15,27% 5,69% 5,90% 0,22% 0,26% 0,04% 3,80% 35,12%	0,44% 1,70% 0,64% 0,66% 0,02% 0,03% 0,00% 0,42% 3,92%	7.947 31.910 6.554 12.717 495 639 54 5.345 65.661	4,38% 17,58% 3,61% 7,01% 0,27% 0,35% 0,03% 2,95% 36,18%	0,48% 1,91% 0,39% 0,76% 0,03% 0,04% 0,00% 0,32% 3,94%
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor (mil)	% sobre LOB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Educação Cultura Esporte Outros Total das contribuições para a sociedade Tributos (excluídos encargos sociais) Total - Indicadores sociais externos	1.339 3.067 70 50.980 55.456 140.701 196.157	0,46% 1,05% 0,02% 17,48% 19,01% 48,24% 67,25%	0,09% 0,21% 0,00% 3,45% 3,76% 9,53% 13,28%	1.913 2.910 418 125.739 130.980 205.032 336.012	0,22% 0,33% 0,05% 14,31% 14,91% 23,33% 38,24%	0,11% 0,17% 0,03% 7,54% 7,85% 12,29% 20,14%
4 - Indicadores Ambientais	Valor (mil)	% sobre LOB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa Investimentos em programas e/ou projetos externos Total dos investimentos em meio ambiente	22.093 6.310 28.403	7,57% 2,16% 9,74%	1,50% 0,43% 1,92%	15.057 3.278 18.335	1,71% 0,37% 2,09%	0,90% 0,20% 1,10%
5 - Indicadores do Corpo Funcional		2017			2016	
Número de empregados(as) ao final do período Número de admissões durante o período Número de empregados(as) acima de 45 anos Número de mulheres que trabalham na empresa % de cargos de chefia ocupados por mulheres Número de negros(as) que trabalham na empresa % de cargos de chefia ocupados por negros(as) Número de pessoas com deficiência ou necessidades especiais		464 3 376 81 6,10% 108 2,00%			568 9 461 103 5,77% 127 1,92% 9	
6 - Informações Relevantes Quanto ao Exercício da Cidadania Empresaria	al	Metas 2018			2017	
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa Número total de acidentes de trabalho		0 0			21,82 6	
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() direção	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente	() direção e	() todos(as)	(X) todos(as) +	() direção e	() todos(as)	(X) todos(as) +

gerências empregados(as)

envolverá

normas da OIT

() direção e

gerências

() direção e

gerências

() serão

sugeridos

() apoiará

Cipa

seguirá a OIT

(X) todos(as)

empregados(as)

(X) todos(as)

empregados(as

(X) serão

exigidos

(X) organizará e

() seguirá as (X) incentivará e

() não se e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa A previdência privada contempla: () direção A participação dos lucros ou resultados contempla: () direção Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e () não serão considerados de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa Quanto à participação de empregados(as) em () não se

Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$) Em 2017: 307.079 54,0% governo 37,5% colaboradores(as) Distribuição do Valor Adicionado (DVA) -54,9% acionistas 63,4% terceiros 0% retido

7 - Outras Informações A distribuição do valor adicionado não contempla o ajuste ao lucro, e consequente revisão do resultado a ser distribuído aos acionistas. O valor adicionado de 2016 foi alterado

programas de trabalho voluntário, a empresa

de trabalho foram definidos por:

Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva

VII. PESQUISA E DESENVOLVIMENTO Neste ambiente, o faturamento correspondeu a R\$ 1.242,3 milhões em contratos A Lei Federal nº 9.991, de 24/07/2000, estabeleceu que as empresas do setor de energia bilaterais de longo e médio prazo, aumento de 20% sobre o faturamento apurado em elétrica devem aplicar parcela de sua Receita Operacional Líquida (ROL) em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D).

em virtude de reapresentação do resultado daquele ano, conforme pode ser observado na Nota 2.3.

outros 0,4% para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico Em comparação ao ano de 2016, houve aumento de 18,6% nas quantidades vendidas (FNDCT) e mais 0,2% para o Ministério das Minas e Energia (MME). Desde 2005 foram aplicados R\$ 155,2 milhões em 97 projetos, sendo 84 já concluídos.

> Em 2017, para atendimento aos dispositivos da citada lei, a CESP recolheu R\$ 5,7 milhões ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), R\$ 2,9 milhões ao Ministério de Minas e Energia (MME) e investiu R\$ 41,9 milhões em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento.

VIII. GOVERNANCA CORPORATIVA Desde julho de 2006 a CESP integra o Nível 1 de Governança Corporativa da B3 S/A -

Brasil, Bolsa, Balcão, que se constitui em um conjunto de regras que disciplina as relações entre o acionista controlador, o Conselho de Administração, a Diretoria Executiva, demais acionistas e, em especial, o mercado financeiro, que é provido de informações com qualidade, agilidade e transparência. Além dos procedimentos exigidos CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO pelo Nível 1 de Governança Corporativa, a CESP adotou, adicionalmente, as seguintes práticas, incorporadas ao seu Estatuto Social Adesão à Câmara de Arbitragem do Mercado da B3 S/A para dirimir dúvidas de caráter

societário; Tag Along - Direito aos acionistas detentores de ações preferenciais classe B (CESP 6)

ao recebimento de um valor por ação correspondente a 100% (cem por cento) do valor pago ao acionista controlador, na hipótese de alienação do controle da Companhia: - Conselho de Administração composto por 25% de conselheiros independentes

a adequação do Estatuto Social à Lei Federal nº 13.303/16 (Lei das Estatais) e ao Decreto Estadual nº 62.349/16, que regulamenta a aplicação daquela lei no âmbito das empresas controladas pelo Governo do Estado de São Paulo. Para as empresas geradoras, a lei estabelece destinação de 0.4% da ROL para P&D e RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Adicionalmente, em dezembro de 2017, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária

gerências

() não se

envolve

() direção

() direção

() não são

() não se

envolve

Em 2016: 1.035.023

empregados(as)

() segue as

normas da OIT

() direção e

aerências

() direção e

gerências

() são

sugeridos

() apóia

22,9% governo 14,1% colaboradores(as)

33.9% acionistas 29.1% terceiros 0% retido

Cipa

(X) incentiva e

seque a OIT

(X) todos(as)

empregados(as)

(X) todos(as)

empregados(as)

(X) são exigidos

(X) organiza e

A CESP dispõe de uma área de Relações com Investidores (RI) que coordena a

distribuição das informações ao mercado financeiro em geral, investidores, analistas de mercado, instituições financeiras, órgãos reguladores e fiscalizadores, por meio das teleconferências dos resultados trimestrais, reunião pública anual, website corporativo, módulo do RI (http://ri.cesp.com.br); e-mail ricesp@cesp.com.br e mailing list. No decorrer de 2017 foram realizados cerca de 25 eventos com analistas de mercado e

A CESP é acompanhada por 12 analistas de mercado, que periodicamente emitem relatórios com recomendações sobre as ações da Companhia. A relação de analistas está disponível em nosso site de relações com investidores: http://ri.cesp.com.br/ servicos-aos-investidores/cobertura-de-analistas/#.

Segundo o Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração será composto

por no mínimo 3 (três) e no máximo 11 (onze) membros, eleitos pela Assembleia Geral, todos com mandato unificado de 2 (dois) anos a contar da data da eleição, estendendo se até a posse dos sucessores, permitida a reeleição, no máximo por 3 (três) reconduções consecutivas. Na Assembleia Geral Ordinária de 2017 foram eleitos 10 conselheiros, sendo um conselheiro independente eleito pelos acionistas preferencialistas e outro pelos acionistas minoritários. Faz parte também do Conselho de Administração um membro eleito pelos empregados da Companhia. continua →☆



CNPJ 60.933.603/0001-78 - Companhia Aberta http://www.cesp.com.br



Secretaria de Energia e Mineração

As reuniões do Conselho de Administração em sua forma ordinária, conforme nosso POLÍTICA DE RELAÇÕES SINDICAIS Estatuto Social, são realizadas uma vez por mês, e na forma extraordinária, sempre que necessário aos interesses da Companhia. Em 2017 foram realizadas 12 reuniões ordinárias presenciais. O nível médio de presença dos conselheiros foi de 95%

DIRETORIA

A Diretoria, conforme o Estatuto Social, é composta de um Diretor Presidente, um Diretor POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO Financeiro e de Relações com Investidores, um Diretor de Geração, e um Diretor Administrativo. A Diretoria deve se reunir, ordinariamente, pelo menos duas vezes por mês e, extraordinariamente, por convocação do diretor presidente ou de outros dois diretores quaisquer. No ano de 2017, foram realizadas 34 reuniões de Diretoria.

CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização da Companhia, que acompanha e verifica, permanentemente, a ação dos administradores e o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários, exercendo as atribuições inerentes ao seu poder fiscalizador em consonância com a legislação vigente e com o Estatuto Social da CESP. buscando por meio dos princípios da transparência, equidade e prestação de contas, contribuir para o melhor desempenho da Companhia.

O Conselho Fiscal é constituído por cinco membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos anualmente em Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, sendo permitidas duas reconduções consecutivas, nos termos da lei. É garantida a participação, no Conselho Fiscal, de um Conselheiro representante dos acionistas preferencialistas e outro representando os acionistas ordinaristas minoritários. O Conselho Fiscal reúne-se ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que convocado por qualquer de seus membros ou pela Diretoria, lavrando-se ata em livro próprio. Em 2017 foram realizadas doze reuniões presenciais e o nível de presença dos conselheiros foi de

Compete ao Conselho Fiscal, entre outras responsabilidades, analisar trimestralmente os balancetes e demais demonstrações financeiras do exercício social, bem como opinar sobre o relatório anual da administração, fazendo constar em seu parecer as informações complementares que julgar necessárias à deliberação da Assembleia Geral. O Conselho Fiscal também se reporta aos acionistas em assuntos relacionados a planos de investimento ou orçamento, mudanças de capitalização, distribuição de dividendos e reorganizações societárias.

AUDITORIA INTERNA

A CESP possui órgão de Auditoria Interna vinculado à Presidência, que tem como missão prover avaliações sobre a adequação e a eficácia dos sistemas de controle, a exatidão das operações, a legitimidade dos atos praticados e a qualidade do desempenho em relação a políticas, planos e objetivos definidos. Também possui como atribuição coordenar as atividades de Gestão de Riscos Corporativos, atender aos órgãos de fiscalização externa como Tribunal de Contas do Estado - TCE, Centro de Controle e Avaliação - CCA da Secretaria da Fazenda, entre outros, além de secretariar as atividades do Conselho Fiscal.

CÓDIGO DE ÉTICA E DE CONDUTA EMPRESARIAL

O Código de Ética e de Conduta Empresarial da CESP tem por objetivo disseminar os princípios e valores da Empresa a todos seus empregados, além de orientar as relacões com suas partes interessadas. Em consonância com as boas práticas de governança corporativa, em 2015 a CESP o revisou e, entre outras atualizações, foram incorporadas as disposições da Lei Federal nº 12.846, de 01/08/2013 (Lei Anticorrupção) e do Decreto Estadual nº 60.106, de 29/01/2014, que dispõe sobre a responsabilidade administrativa e civil das pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional

Em 2017 a CESP desenvolveu cursos com os vários níveis de liderança, onde foi abordada a postura ética esperada pelos líderes considerando os princípios e valores contidos no Código de Ética e de Conduta Empresarial da CESP.

O Código está disponível na intranet (Netcesp) e no website da CESP: (http://www.cesp. com.br). Ao acessá-lo iá é disponibilizado link para, se for o caso, ser efetuado o registro da representação. Também há o e-mail: codigo.eticaeconduta@cesp.com.br, para que os interessados possam fazer representações.

POLÍTICA DE MEIO AMBIENTE

A Política de Meio Ambiente da CESP foi atualizada e aprovada na 1643ª Reunião de Diretoria, em 04.05.2015, visando disseminar uma cultura de responsabilidade socioambiental junto ao corpo de empregados, prestadores de serviços, fornecedores, comunidades do entorno e outras partes interessadas

Preocupada com os efeitos que as mudanças climáticas podem acarretar à sociedade, bem como com a dinâmica econômica, social e ambiental de suas atividades de geração de energia hidrelétrica, a CESP incorporou em sua Política de Meio Ambiente o seu compromisso da promoção do desenvolvimento sustentável e do exercício da responsabilidade social e da gestão ambiental de suas atividades

POLÍTICA DE SUPRIMENTOS

Aprovada na 631ª Reunião do Conselho de Administração, em 17.01.2012, a Política de Suprimentos foi instituída para atender as compras de materiais e serviços para a Companhia, de forma planejada, integrada, eficaz e transparente, orientada pelas

diretrizes definidas. POLÍTICA DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

Essa Política visa garantir a privacidade das informações e protegê-las previamente O Sistema de Controles Internos é definido como o conjunto de políticas, normas e contra uso não autorizado. Orienta sobre a utilização dos recursos tecnológicos apenas procedimentos e atividades estabelecidas na Companhia, com o propósito de reduzir a para finalidades aprovadas pela CESP. Visa ainda garantir a segurança dos dados por possibilidade de perdas financeiras, desgaste da imagem institucional, aprimorar a meio de backup com "desduplicação" e contingência de informações em ambientes qualidade das informações contábeis, financeiras e gerenciais, bem como salvaguardar dentro da própria empresa (na sede e em Porto Primavera), permitindo imediata a conformidade com a legislação e a regulamentação em vigor, a fim de garantir que os recuperação de dados em caso de sinistro, para que os negócios da empresa não objetivos sejam atingidos. sofram solução de continuidade

POLÍTICA SOCIAL EMPRESARIAL

Na Política Social Empresarial da CESP estão apresentados os princípios e diretrizes que fundamentam as práticas da Companhia nas relacões com partes interessadas: acionistas, credores, clientes, empregados, parceiros, comunidade, governo e sociedade. fornecedores e a comunidade, tais como a não contratação de trabalho infantil ou ações educativas para jovens das comunidades locais; estreitamento de canais de comunicação interna e externa, entre outros. Em 2015, com o objetivo de ajustá-la aos conceitos atuais, explicitou-se o repúdio e a vedação de qualquer prática relativa à exploração sexual de homens, mulheres, crianças e adolescentes. A Política Social Empresarial está disponível na intranet e no website da Companhia.

POLÍTICA DE RELAÇÕES COM ENTIDADES INTERNAS

propõe-se a receber e apreciar propostas e sugestões das Associações de empregados. que visem ao aprimoramento das atividades da Companhia e ao relacionamento com seus empregados.

POLÍTICA DE SEGURANCA E SAÚDE

TOTAL DO ATIVO

Instituída em 25.09.2006, a Política de Segurança e Saúde reitera o compromisso da CESP de buscar a excelência na geração de energia elétrica, considerando o respeito à saúde e segurança no cumprimento da legislação em vigor e na busca da melhoria continua dos processos produtivos. A Companhia mantém em sua estrutura organizacional, órgão formalmente definido com a competência técnica para diagnosticar e propor medidas para as situações afetas à Segurança e Saúde do Trabalho.

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO - 2017

Aprovada em 30.03.2007, a CESP fundamenta suas relações com os Sindicatos no efetivo reconhecimento de que são essas entidades os legítimos representantes dos empregados na apresentação de reivindicações e na condução de negociações, visando à solução de questões nas relações do trabalho.

A Política de Divulgação da Companhia, aprovada pelo Conselho de Administração em 2002, tem por objetivo estabelecer as regras que deverão ser observadas pelo Diretor de Relações com Investidores e demais Pessoas Vinculadas no que tange à divulgação de Informações relevantes e à manutenção de sigilo acerca de atos ou fatos relevantes que ainda não tenham sido divulgadas ao público.

POLÍTICA DE NEGOCIAÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS DE EMISSÃO PRÓPRIA

Em 2011, o Conselho de Administração aprovou a Política de Negociação de Valores Mobiliários de Emissão Própria, que estabelece as regras pelas quais as pessoas vinculadas, definidas na Política, devem se pautar para negociação com valores mobiliários de emissão da Companhia.

POLÍTICA DE DIVIDENDOS

O Conselho de Administração aprovou, em 2011, a Política de Dividendos, que define os períodos e os critérios adotados para o pagamento de dividendos e de Juros sobre o Capital Próprio. A Política está baseada nas regras do Estatuto Social e enfatiza o papel do Conselho de Administração na condução dessa Política.

POLÍTICA DE CONVERSÃO DE AÇÕES PNA O Conselho de Administração aprovou, em 2013, a Política de Conversão de Ações

PNA, que define os períodos e os critérios adotados para a conversão das ações preferenciais classe "A". A Política está baseada no artigo 5° do Estatuto Social e tem por objetivo estabelecer as regras que deverão ser observadas para a conversão das ações preferenciais classe "A" (PNA) em ações ordinárias (ON) e/ou em ações preferenciais classe "B" (PNB).

GESTÃO DE RISCOS

A CESP possui uma estrutura organizacional de Gestão de Riscos composta por Comitê de Riscos, Coordenadoria de Gestão de Riscos - CGR e Gestores de Riscos Descentralizados - GRDs

A Gestão de Riscos estabelece as diretrizes e os procedimentos para identificação, avaliação, monitoramento e comunicação dos riscos e respectivas ações de controle e As receitas operacionais de 2017 alcançaram R\$ 1.749,9 milhões, com redução de de mitigação, a serem observadas pelos agentes responsáveis pela atividade de gestão de riscos, conforme determinado na Política de Gestão de Riscos da Companhia

A Política de Gestão de Riscos da CESP foi submetida à aprovação do Conselho de Administração em 07.06.2011, tendo sido aprovada por unanimidade. A estrutura para gerenciamento de riscos corporativos é baseada nos princípios COSO

II - Enterprise Risk Management Integrated Framework (ERM), padrão internacional sobre gestão de riscos.

A Matriz de Riscos Estratégicos da Companhia foi revisada e atualizada em 2017 com apoio das Diretorias e dos Gestores de Riscos Descentralizados. Os riscos estratégicos foram submetidos à avaliação do Comitê de Riscos, contemplando os controles existentes, os estágios de acompanhamento, bem como propostas de ações preventivas e de gestão.

Comitê de Riscos

Composto pelo Presidente e Diretores, Gerentes da Coordenadoria Executiva da Presidência e do Departamento de Auditoria Interna. É competência do Comitê de Riscos definir as diretrizes e estratégias para a gestão de riscos e avaliação dos controles, para o acompanhamento dos planos de ação apresentados pelos gestores da Companhia, assim como direcionar as atividades realizadas pela Coordenadoria de

Coordenadoria de Gestão de Riscos - CGR Tem a responsabilidade de acompanhar as acões dos Gestores de Riscos

Descentralizados na identificação, avaliação e monitoramento dos riscos e comunicação periódica ao Comitê de Riscos. Deve ainda, orientar os gestores da Companhia quanto à metodologia de auto avaliação de controle, visando garantir a eficiência dos controles que mitigam os riscos mapeados, e assessorar a Presidência, o Comitê de Riscos e demais stakeholders em assuntos relacionados à gestão de riscos e controles

Gestores de Riscos Descentralizados - GRDs

São representantes indicados pelas Diretorias, designados para auxiliar os Gerentes das diversas áreas da Companhia na identificação, avaliação, controle e monitoramento dos riscos inerentes aos objetivos em suas esferas de responsabilidades. Compete ainda aos GRDs posicionarem periodicamente a Coordenadoria de Gestão de Riscos e a sua Diretoria de subordinação sobre os riscos e controles inerentes à responsabilidade de sua atuação.

SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS

A CESP possui um Sistema de Controles Internos com diretrizes a serem observadas em todos os níveis corporativos, visando ao fortalecimento dos controles, de forma a aprimorar a governança, mitigar riscos e prevenir a ocorrência de incorreções e fraudes,

Estão inseridos no Sistema de Controles Internos da Companhia, as Políticas

Corporativas, Normas e Procedimentos, Manual de Delegação de Autoridade - MDA, F Código de Ética e de Conduta Empresarial, Sistemas Informatizados, órgão de Auditoria Interna, além da Gestão de Riscos, entre outras práticas e processos de controle

A companhia submete-se também a um conjunto de agentes de fiscalização externos,

A Política aborda práticas de direitos humanos e do trabalho, e de relacionamento com notadamente: Tribunal de Contas do Estado - TCE, Corregedoria Geral da Administração L - CGA, Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, Agência Nacional de análogo ao escravo; contratação não discriminatória; estimulo à diversidade entre os Energia Elétrica - ANEEL, Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, Órgãos empregados; promoção da saúde e segurança de empregados e terceiros; apoio às Ambientais IBAMA/SMA/IMASUL, Comissão de Valores Mobiliários - CVM, Centro de Controle e Avaliação - CCA vinculado à Secretaria da Fazenda do Estado, bem como Conselho Fiscal e Auditoria Externa.

> O Sistema de Controles Internos é periodicamente monitorado, revisado e atualizado, de forma que eventuais deficiências identificadas seiam pronta e integralmente corrigidas para garantir sua efetividade e alinhar às melhores práticas.

> Os gestores da Companhia são responsáveis pelos controles internos, por meio do

Em 30.03.2007 foi implantada a Política de Relacões com Entidades Internas, em que a adequado desempenho de suas atribuições delegadas em cumprimento às Políticas, CESP reconhece e respeita o direito de seus empregados de se afiliarem e atuarem em Normas e Procedimentos estabelecidos, e com atribuições para a tomada de ações de Entidade(s) Interna(s), com personalidade jurídica própria, legalmente instituída(s) e regularização de eventuais incorreções ou deficiências verificadas na performance dos

OUVIDORIA A CESP, integrando-se ao Sistema das Ouvidorias do Governo do Estado de São Paulo

disponibiliza em seu website um canal de relacionamento com a finalidade de acolher, esclarecer e responder toda e qualquer manifestação de interesse do cidadão sobre a Companhia. Atua como instância final na sua defesa, inclusive provocando ações de vida, a proteção à saúde e a segurança no trabalho de seus empregados e prestadores transformação interna visando a melhoria da qualidade dos serviços prestados pela Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a CESP de serviços, componentes essenciais do desempenho empresarial e responsabilidade Empresa. Em 2017, a Ouvidoria da CESP registrou 56 manifestações. Entre os principais fundamental da gerência em todos os níveis. A CESP ainda fundamenta gestão da temas destacaram-se as orientações e esclarecimentos de dúvidas relativas a assuntos de recursos humanos e reclamações referentes às empresas de distribuição de energia elétrica, atividade que não faz parte do negócio da CESP desde 1998. Foram registradas também diversas ligações para o telefone da Ouvidoria, (11) 5613-3559, com dúvidas sobre assuntos relacionados à Fundação CESP.

SERVIÇO DE INFORMAÇÕES AO CIDADÃO

Atendendo a dispositivo do Governo do Estado de São Paulo (Decreto Estadual nº 58.052, de 16/05/2012, que regulamentou a Lei Federal nº 12.527, de 18/11/2011), a CESP integrou-se ao Serviço de Informações ao Cidadão (SIC), por meio do qual a Empresa dá acesso a informações solicitadas por cidadãos e entidades, reforçando boas práticas de governanca e transparência. O acesso ao sistema é feito por meio do site www.sic.sp.gov.br.

Em 2017, a Companhia registrou 20 demandas, recebidas e atendidas por meio do Sistema SIC, que apresenta várias formas de acesso do cidadão à informação, incluindo a forma presencial, com atendimento em uma sala exclusiva para esse serviço.

IX. MERCADO DE CAPITAIS

A Companhia não necessitou recorrer ao mercado de capitais no ano de 2017.

O Exigível Total apresentou redução de 5.9%, passando de R\$ 4.270.6 milhões em 2016 para R\$ 4.017 milhões em 2017.

As disponibilidades da Companhia ao final do exercício de 2017 atingiram R\$ 310,5 milhões, redução de 38,4% se comparado ao exercício de 2016.

A Standard & Poor's em 12 de janeiro de 2018 rebaixou os ratings na escala global da CESP de 'BB' para "BB-", acompanhando o mesmo movimento do rating do Governo do Estado de São Paulo. Além disso reafirmou os ratings e 'brAA-' na Escala Nacional Brasil

AÇÕES DA CESP NA B3 S/A

As ações Preferenciais Classe B (CESP6), que representam 64,4% do capital total da Companhia e que são as mais negociadas, tiveram desvalorização de 2,1% no ano de 2017, com cotação ao final do exercício de R\$13,20. O volume negociado de CESP6 em 2017 atingiu a média diária de R\$ 24,4 milhões e 3.903 negócios. As ações Ordinárias (CESP3), que representam 33,3% do capital, encerraram o ano com desvalorização de 11,1%, cotadas a R\$ 12,50. As Preferenciais Classe A (CESP5), que representam 2,3% do capital, apresentaram alta de 3,6% e foram negociadas no último pregão do ano a R\$ 20,00.

O IEE (Índice de Energia Elétrica) encerrou o ano de 2017 com valorização de 9,8% e o IBOVESPA apresentou valorização de 26,3%.

Em 2017, a Companhia pagou aos seus acionistas R\$ 154,8 milhões de dividendos referentes ao exercício de 2016.

X. DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO

14,8% em relação ao exercício de 2016, resultado principalmente do término, no segundo semestre de 2016, do período de "operação assistida" das usinas Ilha Solteira e Jupiá, no regime de cotas. (Notas 28.2 e 28.3)

As deducões à receita operacional totalizaram R\$ 273.3 milhões, com reducão de 28.9% em relação a 2016, resultando na Receita Operacional Líquida de R\$ 1.476,6 milhões com decréscimo de 11,5% sobre 2016.

O Custo do Serviço de Energia Elétrica totalizou R\$ 1.184,9 milhões, aumento de 50% segmentado nos itens Custo com Energia Elétrica e Custo com Operação (Nota 29).

O Custo com Energia Elétrica aumentou 106,1%, decorrente do efeito líquido da redução em encargos setoriais (inclui encargo do sistema de transmissão) em contraposição ao incremento verificado em energia elétrica comprada na CCEE decorrente do impacto do GSF - Generation Scaling Factor e dos altos Precos de Liquidação de Diferenças - PLD

O Custo com Operação reduziu-se 6,4%, principalmente em decorrência da diminuição das despesas com pessoal, material e serviços de terceiros

A CESP registrou Lucro Operacional Bruto de R\$ 291,7 milhões no exercício de 2017, representando redução de 66,8% em relação ao exercício anterior.

As Despesas Gerais e Administrativas e as Outras Despesas Operacionais reduziram-se em 6,9% e 36,2%, principalmente, pela reversão de impairment ocorrida na UHE Engo Sérgio Motta em contraposição ao aumento em provisões para riscos legais

As Outras (Despesas) Receitas Líquidas tiveram redução de 73,7% e encerraram 2017 em R\$ 23,8 milhões negativos (Nota 29.2). Como consequência dos fatos comentados, a CESP registrou um Prejuízo Operacional

antes do Resultado Financeiro de R\$ 117,8 milhões, ante lucro de R\$ 273,6 milhões O EBITDA Ajustado pelas provisões para riscos legais e pela reversão de impairment

totalizou R\$ 388,8 milhões, representando redução de 57%, quando comparado ao exercício anterior. O Resultado Financeiro (Nota 30) alcançou R\$ 50,8 milhões positivos (R\$ 217,7 milhões

positivos em 2016). As Receitas Financeiras tiveram redução de 56.4%, e alcancaram R\$ 184,4 milhões, principalmente, em virtude da redução da receita com variações cambiais. Os Encargos de Dívidas e Outras Despesas Financeiras ficaram em linha, com um incremento de 0,9%, totalizando R\$ 75,3 milhões. As Variações Monetárias encerraram o exercício em R\$ 1,2 milhões negativos (decréscimo de 95,3%). As Variações Cambiais alcançaram R\$ 57,2 milhões negativos, ante despesa de R\$ 106 milhões no ano anterior.

A Companhia registrou Prejuízo antes dos Impostos de R\$ 67 milhões. Após a apropriação do Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o Lucro fiscal tributáve e os impostos diferidos, a Companhia apurou um Prejuízo de R\$ 168.5 milhões

A Nota Explicativa 27.7 contempla a proposta da Administração, demonstrada a partir do Prejuízo, somado ao saldo da conta de lucros acumulados de 2016, decorrente dos ajustes retrospectivos descritos na Nota 2.3 de R\$ 180,6 milhões e à realização da Reserva de Lucros a Realizar de R\$ 34,6 milhões e deduzido do ajuste de avaliação patrimonial sobre a depreciação no valor de R\$ 21 milhões. Está sendo proposta a distribuição de resultados de R\$ 25,7 milhões, que corresponde a 100% do lucro ajustado do exercício.

I. INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS

Referências .	2017	2016	<u>Variação</u>
Preço Médio - R\$ por MWh	181,49	178,15	1,9%
Margem Operacional (%)	19,8%	52,7%	-62,5%
Variação do Dólar (%)	1,5%	-16,5%	18,0 p.p.
Liquidez/Endividamento/VPA	2017	2016	<u>Variação</u>
Endividamento do Ativo	0,36	0,37	-2,5%
Participação de Capital de Terceiros	0,56	0,59	-4,3%
Liquidez Corrente	0,91	0,98	-6,8%
Valor Patrimonial da Ação (R\$)	21,72	21,87	-0,7%

Demonstração do LAJIR (EBIT)/LAJIDA (EBITDA) (Instrução CVM nº 527, de 14 de

	outubio de 2012)				
		2017	2016	<u>Variação</u>	
	Lucro líquido/Prejuízo do exercício	(168.528)	350.874	-148,0%	
•	Imposto de renda e Contribuição social	101.524	140.380	-27,7%	
	Resultado financeiro	(50.843)	(217.687)	76,6%	
•	= EBIT/LAJIR	(117.847)	273.567	-143,1%	
,	Depreciação/Amortização	315.123	308.370	2,2%	
	= EBITDA/LAJIDA	<u>197.276</u>	<u>581.937</u>	66,1%	
	Reversão de provisão para				
	redução ao valor recuperável	(163.593)	_	nm	
	Provisão para riscos legais	355.136	325.905	9,0%	
	= EBITDA/LAJIDA AJUSTADO	388.819	907.842	<u>-57,2%</u>	

II. AUDITORES INDEPENDENTES

esclarece que a empresa BDO RCS Auditores Independentes SS, no exercício de 2017, prestou a esta Companhia, exclusivamente, serviços de auditoria. A Administração da CESP entende e declara que esses serviços foram prestados com

pleno atendimento às normas de independência que regem os trabalhos de auditoria. A Administração

578.348

7.114.565

612.941

180.647

7.342.184

11.612.803

628.783

134.868

7.445.760

12.133.502

continua-

		ВА	LANÇO PAT	RIMONIAL	(Valores em milhares de reais)				
			Reapre	sentado				Reapres	sentado
ATIVO	Nota	31.12.2017	31.12.2016	01.01.2016	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	31.12.2017	31.12.2016	01.01.2016
CIRCULANTE					CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	5	310.536	504.029	548.553	Fornecedores		14.421	10.546	13.925
Valores a receber	6	196.465	165.141	339.567	Energia comprada para revenda	17	200.117	11.924	76.394
Tributos e contribuições sociais compensáveis	8	60.995	77.702	4.236	Empréstimos e financiamentos	18	204.532	186.817	206.736
Despesas pagas antecipadamente	9	15.763	16.086	25.166	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC	19	_	83.151	237.618
Outros créditos	10	93.502	70.576	76.626	Tributos e contribuições sociais	21	36.626	21.074	56.586
		677.261	833.534	994.148	Encargos setoriais	23	187.695	217.907	317.248
NÃO CIRCULANTE					Dividendos e juros sobre capital próprio		27.023	156.167	42.463
Cauções e depósitos vinculados	11	1.262.028	1.266.077	1.206.551	Obrigações estimadas e folha de pagamento		23.136	19.588	31.242
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	583.165	684.689	782.629	Outras obrigações	25.2	47.560	145.216	16.012
Almoxarifado	13	3.584	6.977	28.467	• ,		741.110	852.390	998.224
Despesas pagas antecipadamente		22.532			NÃO CIRCULANTE				
Outros créditos		1.478	1.885	3.204	Empréstimos e financiamentos	18	184.152	381.577	675.973
		1.872.787	1.997.182	2.073.426	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC		_	_	71.704
Ativo intangível	14	39.860	40.388	40.544	Encargos setoriais	23	1.466	11.192	20.658
Ativo disponível para reversão	15	6.337.256	6.337.256	6.337.256	Provisão para riscos legais	24	2.950.766	2.874.295	2.790.081
Provisão ativo disponível para reversão	15	(4.387.826)		(4.387.826)	Obrigações socioambientais	25.1	104.895	78.050	103.750
Imobilizado	16	6.592.199		7.075.954	Outras obrigações	25.2	34.583	73.115	27.352
		8.581.489		9.065.928	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·		3.275.862	3.418.229	3.689.518
		10.454.276			PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
					Capital social	27.1	5.975.433	5.975.433	5.975.433
					Reservas de capital	27.3	1.929.098	1.929.098	1.929.098
					Ajustes de avaliação patrimonial				(1.044.780)
					Outros resultados abrangentes		(370.669)	(337.258)	(177.642)

Reservas de lucros

Lucros acumulados

11.131.537 11.612.803 12.133.502 TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO ...

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras



CNPJ 60.933.603/0001-78 - Companhia Aberta



e Mineração

(193.493)

Secretaria de Energia http://www.cesp.com.br

AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA 🕁 continuação PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Valores expressos em milhares de reais) (Valores em milhares de Reais) Reapresentado Reapresentado 2017 Nota 2017 Nota 2016 ATIVIDADES OPERACIONAIS: RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA 28.3 1.476.615 1.668.590 Resultado antes dos impostos sobre a renda (67.004)491.254 CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA Despesas (receitas) que não afetam o caixa: Depreciação/Amortização...... 315.123 308 370 Custo com energia elétrica..... (395.989)29 (816.182)Atualização de depósitos de saldos judiciais..... (82.484) (73.002)Juros, variações monetárias e cambiais...... Custo com operação..... (368.757) (393.876)(2.558) 355.136 Perda estimada de créditos 13.379 (1.184.939)(789.865)Provisão para riscos legais 325.905 Provisão para compromissos socioambientais..... (25.700)RESULTADO OPERACIONAL BRUTO..... 878.725 Despesas operacionais 20.271 (5.177)Provisão PIS/COFINS sobre atualização de depósitos judiciais Despesas gerais e administrativas (182.667)(196.175)Provisão para ajuste ao valor realizável de almoxarifados 3.778 16.487 Outras despesas operacionais (203.054)(318.417)Reversão de perda para ajuste ao valor recuperável (impairment)..... (163.593)24.155 Prêmio repactuação risco hidrológico..... Outras (despesas) receitas líquidas (23.802)(90.566)Baixa de ativo imobilizado..... Entidade de previdência a empregados - CPC 33/IAS 19..... 1.075 (409.523)(605.158)22 4.254 7.786 Total de ajustes ao Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social:..... 542.419 1.058.651 LUCRO/(PREJUÍZO) OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO (117.847) 273.567 6 (26.225) 16.707 422.934 Tributos e contribuições sociais compensáveis.... 184.439 (73.466)(205.247)(133.596)Despesas pagas antecipadamente..... (54) 23.263 RESULTADO FINANCEIRO..... 78.884 217.687 50.843 Caucões e depósitos vinculados (2.971)LUCRO/(PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (67.004)491.254 (3.379)Fornecedores.. Imposto de renda - corrente (28.864)Outros tributos e contribuições sociais 15.552 (6.786)Pagamentos a Entidade de previdência a empregados..... (37.665)Contribuição social - corrente (13.576)(64.470) (120.248) Energia comprada - CCEE..... 101.238 (71.391)(47.178)(71.102)Encargos setoriais .. (194.659)(30.422)(26.549)Obrigações estimadas e folha de pagamento..... 3.548 (11.654)(160.832)Total de Imposto de Renda e Contribuição Social (19.043)(101.524)(140.380)Outras obrigações CAIXA GERĂDO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS...... 270.542 706.327 LUCRO LÍQUIDO/(PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO (168.528)350.874 Juros pagos de empréstimos e financiamentos..... 20.1 (28.764)(48.409) (71.166) Imposto de renda e contribuição social pagos Lucro/(Prejuízo) básico e diluído por ação CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS..... 241.778 586.752 As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS: DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES Aquisições para o Imobilizado. (4.949)(11.284)PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM CAIXA LÍQUIDO ÚTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS...... (14.888)(9.259)(Valores em milhares de reais) ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO: Reapresentado Empréstimos e financiamentos - amortização..... (435.258) 31.12.2017 31.12.2016 (181.130) (**616.388**) (154.824) (426.012) (168.528)Lucro líauido/(Preiuízo) do exercício 350.874 AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA..... (193.493)(44.524) (+) Saldo Inicial Ajuste CPC 33 (R1)/IAS 19 (Nota 22.2.3.e) (159.616)504.029 548.553 (=) Saldo Final. 310.536 504.029

> DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE (Valores em milhares de Reais)

191.258

		(valores em mi	mares de neals)		
		Reapresentado			Reapresentado
_	2017	2016		2017	2016
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO			DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Receitas operacionais (Nota 28.3)		2.052.781	Pessoal:		
Perda estimada de créditos	2.558	<u>(13.379)</u> 2.039.402	Remuneração do trabalho (Não inclui INSS)	113.099	142.997
Menos:	<u>1.752.518</u>	2.039.402	Remuneração de administradores		2.867
Insumos				115.132	145.864
Encargos ONS/CCEE	944	2.350	Financiadores e aluguéis:	110.102	143.004
Energia comprada e encargos setoriais		421.020		75.000	74.505
Servicos de terceiros	58.573	75.875	Juros e encargos de dívidas	75.280	74.595
Materiais	3.982	6.624	Variações monetárias	1.155	24.677
Outros custos operacionais		11.165	Aluguéis	3.175	5.503
	922.782	517.034		79.610	104.775
VALOR ADICIONADO BRUTO	829.736	1.522.368	Intrasetoriais - Encargos regulamentares:		
Retenções	045 400	000.070	Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	47.881	124.510
Depreciação/AmortizaçãoVALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO	315.123 514.613	<u>308.370</u> 1.213.998	Reserva Global de Reversão - RGR	47.573	44.543
TRANSFERÊNCIAS	314.013	1.213.990	Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		16.625
Receitas financeiras	184.439	422.934	Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica - TFSEE	4.797	10.890
Variações cambiais		(105.975)	iaxa de liscalização dos serviços de energia eletrica - 17 SEE		
Entidade de previdência a empregados - CPC 33/IAS 19	(4.254)	(7.786)		114.989	<u>196.568</u>
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	(101.524)	(97.940)	Tributos e contribuições sociais:		
	21.501	211.233	Federal	165.707	236.758
OUTRAS			Municipal	169	184
Provisão para riscos legais	(202.533)	(284.367)		165.876	236.942
Provisão para redução ao valor realizável de almoxarifados	(3.778)	(16.487)	Acionistas:		
Outras (despesas)/receitas líquidas	(22.724)	(89.354)	Lucro líquido/(Prejuízo) do exercício	(168.528)	350.874
VALOR ADIGIONADO A DISTRIBUID	(229.035)	(390.208)		-	
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	307.079	1.035.023	TOTAL	307.079	1.035.023
As no	tas explicativ	vas sao parte integ	rante das Demonstrações Financeiras		

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Valores em milhares de reais)

	,						
Descrição Saldos em 31 de dezembro de 2015 Ajustes retrospectivos em 01.01.2016 (Nota 2.3). Saldos em 1 de janeiro de 2016 Realização de ajuste de avaliação patrimonial (depreciação) Lucro líquido do exercício	Capital Social (Nota 27.1) 5.975.433 - 5.975.433	Reservas de Capital (Nota 27.3) 1.929.098	Ajuste de Avaliação Patrimonial (Nota 27.4) (1.044.780) (1.044.780) 26.103	Outros Resultados Abrangentes (Nota 27.5) (177.642) (177.642)	Reservas de Lucros (Nota 27.6) 628.783	Lucros Acumulados ————————————————————————————————————	Total 7.310.892 134.868 7.445.760
Ajuste CPC 33 (R1) em 31 de dezembro de 2016	_	_	_	(159.616)	_	000.07 1	(159.616)
Proposta de Destinação:							
Reserva legal	_	-	_	_	15.255	(15.255)	_
Realização de reservas de lucros a realizar	_	_	_	_	(31.097)	31.097 (140.000)	(140.000)
Juros sobre capital próprio já distribuídos (1)	_	_	_	_	_	(154.834)	(154.834)
Dividendos adicionais propostos AGO 23/04/2015 (2)	5.975.433	1.929.098	(1.018.677)	(337.258)	612.941	180.647	7.342.184
Realização de ajuste de avaliação patrimonial (depreciação)	_		21.032			(21.032)	
Prejuízo do exercício	-	_	_		_	(168.528)	(168.528)
Ajuste CPC 33 (R1) em 31 de dezembro de 2017	_	-	_	(33.411)	-		(33.411)
Proposta de Destinação: Realização de reservas de lucros a realizar	- - 5.975.433	1.929.098	(997.645)	(370.669)	(34.593) - - 578.348	34.593 (25.680)	(25.680) 7.114.565
(1) R\$ 0,39 por ação ON e PNB e R\$ 1,82 por ação PNA (2) R\$ 0,48 por ação ON e PNB	0.010.400	1.329.090	(997.043)	(370.003)	376.346		7.114.303

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

CONTEXTO OPERACIONAL

(3) R\$ 0,03 por ação ON e PNB e R\$ 1,82 por ação PNA

(Dados relacionados à potência e volumes de energia não foram auditados pelos auditores independentes) **Contexto Operacional**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

A CESP - Companhia Energética de São Paulo ("CESP" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, controlada pelo Governo do Estado de São Paulo, com sede na cidade de São Paulo e tem como atividades principais o planejamento, a construção e a operação de sistemas de geração e comercialização de energia elétrica. Mantém outras atividades operacionais, de caráter complementar, tais como florestamento, reflorestamento e piscicultura, como meio de proteger os ambientes modificados pela construção de seus reservatórios e instalações.

As ações da Companhia são negociadas na B3 S.A. e, desde 28 de julho de 2006, passaram a ser negociadas no Nível 1 de Governanca Corporativa. Como conseguência, a Administração da Companhia vem continuamente aperfeicoando a prestação de informações ao mercado.

A Companhia, atualmente, possui três usinas de geração hidrelétrica que operam no regime de preço e está com 1.654,6 MW de capacidade instalada e 1.056,6 MW médios de garantia física de energia (Nota 16.2).

Como concessionária de servico público de geração de energia elétrica, a CESP tem suas atividades reguladas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME, e opera suas usinas de forma integrada com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS. A produção por usina decorre de despacho efetuado pelo ONS, podendo ser visualizada no quadro de produção bruta, abaixo (informações quantitativas não revisadas pelos auditores independentes): Produção Bruta em MWh

			2017					2016		
	1°	2°	<i>3°</i>	4°	Acumu-	1°	2°	<i>3°</i>	4°	Acumu-
<u>Usinas</u>	Trimestre	Trimestre	Trimestre	Trimestre	lado	Trimestre	Trimestre	Trimestre	Trimestre	lado
Porto										
Primavera	2.520.910	2.125.796	2.116.175	2.264.208	9.027.089	2.394.538	2.259.894	2.294.951	2.364.692	9.314.075
Paraibuna	20.530	46.174	163.605	124.553	354.862	29.766	28.700	18.077	19.436	95.979
Jaguari	20.844	<u>23.515</u>	16.605	<i>30.995</i>	91.959	2.593	3.141	<u>8.940</u>	<u>34.903</u>	<u>49.577</u>
Total	2.562.284	2.195.485	2.296.385	2.419.756	9.473.910	2.426.897	2.291.735	2.321.968	2.419.031	9.459.631

Da Receita Operacional Bruta da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, cerca de 58% (51% em 2016) foram provenientes de suprimento de energia elétrica a Revendedores (contratos de venda de energia/agentes comercializadores e distribuidoras contratados em leilões de energia) e 38% (27% em 2016) provenientes do fornecimento de energia a consumidores livres, sendo os restantes 4% (22% em 2016) decorrentes de energia de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, suprimento de energia pelo regime de cotas (2016) e outras

Comercialização de Energia (Leilões de Energia) - Não revisada pelos auditores independentes A CESP participou de leilões para o suprimento de energia elétrica às concessionárias de distribuição atuantes no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, sendo quatro leilões de venda de energia provenientes de empreendimentos

de geração existentes e dois leilões de venda de energia provenientes de novos empreendimentos. A CESP vendeu, através de leilões, 120 MW médios de energia existente e 230 MW médios de energia nova, distribuídos em agrupamentos de contratos, conforme segue:

Preco Médio LEILÃO DE EMPREENDIMENTOS Período de Energia Vendida Preço CESP Ponderado dos

Suprimento pela ČESP (MWm) **EXISTENTES** (R\$)/MWh Base Participantes Produto 2009. <u>2009 a 2016</u> 120.0 93,43 <u>nov/05</u> Preço Médio LEILÃO DE NOVOS Energia Vendida Preço CESP Período de Ponderado dos **EMPREENDIMENTOS** <u>Suprimento</u> pela CESP (MWm) (R\$) Base Participantes 124,97 124,83 Produto 2009 Hidro 2009 a 2038 82,0 jul/06 Produto 2010 Hidro 2010 a 2039 116,00 jan/06

230,0 Os preços obtidos nos leilões são atualizados pelo IPCA, na data de reajuste tarifário das distribuidoras (Nota 28.1).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 Renovação das Concessões

A Medida Provisória 579, de 11 de setembro de 2012 (convertida na Lei nº 12.783/2013), tratou das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. Essa Medida Provisória ofereceu à CESP a antecipação, para janeiro de 2013, da renovação das concessões das usinas Ilha Solteira e Jupiá, as quais venceram em 07 de Julho de 2015. O mesmo tratamento foi dado para a Usina Três Irmãos, cujo vencimento de seu primeiro termo de concessão havia ocorrido em novembro de 2011.

As condições estabelecidas se referiam a novas receitas a serem auferidas pela Companhia para operação dessas usinas, e de valores de indenização para os ativos ainda não amortizados, relativos ao projeto básico. Estabeleceu também que as usinas cujas renovações antecipadas não fossem aceitas seriam licitadas ao término das concessões. Em assembleia realizada em 03 de dezembro de 2012 os acionistas da Companhia decidiram pela não renovação antecipada das concessões. Com essa decisão, a CESP continuou a operar normalmente as Usinas Ilha Solteira e Jupiá até o termo final da concessão, em 7 de julho de 2015. Para maiores informações sobre a UHE Três Irmãos, vide Nota 15.1.

Em 15 de maio de 2015, o MME - Ministério das Minas e Energia publicou a Portaria nº 218, retificada pela Portaria nº 300, de 24 de junho de 2015, determinando que o leilão para escolha do novo operador das UHEs Ilha Solteira e Jupiá deveria ser realizado em setembro de 2015. Esse leilão foi postergado, tendo sido realizado em 25 de novembro de 2015. Em 11 de junho de 2015, o MME - Ministério das Minas e Energia publicou a Portaria nº 256, designando a CESP como responsável pela Prestação do Serviço de Geração de Energia Elétrica das Usinas Hidrelétricas Ilha Solteira e Jupiá, a partir de 8 de julho de 2015, até a assunção do concessionário vencedor da licitação das Usinas Hidrelétricas, sendo

remunerada pelo Regime de Cotas. Em 18 de agosto de 2015, com a edição da Medida Provisória nº 688, convertida na Lei 13.203/2015, foi introduzido o pagamento de bonificação pela outorga da renovação das concessões de energia elétrica a partir do leilão realizado em

25 de novembro de 2015. Em 30 de junho de 2016, a Companhia encerrou a operação assistida nas UHEs Ilha Solteira e Jupiá.

As usinas Porto Primavera (vencimento da concessão em julho de 2028, já considerando o acréscimo de 53 dias resultado da repactuação do risco hidrológico dos contratos no ambiente regulado Nota nº 14), Paraibuna (vencimento da concessão em março de 2021) e Jaguari (vencimento da concessão em maio de 2020) não foram abrangidas pela MP 579 e estão sendo operadas normalmente pela CESP. Em 03 de maio de 2017, por meio da Portaria MME nº 178, o Ministério de Minas e Energia efetuou a revisão ordinária

das garantias físicas das usinas hidrelétricas do Sistema Interligado Nacional-SIN. A garantia física da CESP será reduzida de 1.056,6 MW médios para 1.002,6 MW médios, a partir de 1º de janeiro de 2018. Risco Hidrológico

A usina hidrelétrica Porto Primavera concentra-se na área de influência da bacia do rio Paraná, a oeste do Estado de São Paulo, operando a fio d'água. A localização geográfica é considerada favorável, pois o rio Paraná é formado pela confluência de dois grandes rios, o Paranaíba, que desce da região centro-oeste do país, e o rio Grande, na divisa com o Estado de Minas Gerais. Além deles, o rio Tietê é afluente do rio Paraná, a montante (rio acima) da usina de Jupiá. A usina da Companhia, na área de influência da bacia do rio Paraná, situa-se a jusante (rio abaixo) de outras usinas hidrelétricas, de modo que se beneficiam de estar praticamente no fim da cascata, tendo apenas a usina de Itaipu à sua

A região é tropical, de elevados índices históricos de precipitação pluviométrica. Riscos de escassez de água por condições pluviométricas são cíclicos, de ocorrência eventual. Em situações críticas, o Poder Concedente deve atuar

objetivando o equilíbrio econômico-financeiro dos agentes. Situações hidrológicas desfavoráveis, usualmente regionais e de curta duração, são cobertas pelo Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, um instrumento financeiro de compartilhamento de risco hidrológico de que o Setor Elétrico Brasileiro dispõe e que permite ao ONS buscar a otimização dos recursos hidrelétricos através do despacho por usina, de modo que insuficiências temporárias de cada agente gerador do sistema são cobertas por geração adicional de outros geradores, a uma Tarifa de Otimização - TEO de R\$ 11,58 por MWh (Resolução Homologatória ANEEL nº 2.190, de 13 de dezembro de 2016), em comparação à TEO de R\$ 12,32 por MWh (Resolução Homologatória nº 2002, de 22/12/2015), válida para o ano de 2016 Detalhes em relação aos impactos sobre as demonstrações contábeis da Companhia, decorrentes do risco hidrológico

e as condições de repactuação do GSF, podem ser obtidos na Nota nº 14 - Intangível. Com relação aos riscos, vide nota 32.7 - Risco Hidrológico e GSF (Generation Scaling Factor).

continua →☆



CNPJ 60.933.603/0001-78 - Companhia Aberta http://www.cesp.com.br



Secretaria de Energia

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIO

APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações financeiras em 16 de março de 2018. As Demonstrações Financeiras da Companhia, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, as Interpretações e as Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), os quais foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), incluindo também as normas complementares emitidas pela CVM.

A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC e pelo IASB, bem como as normas complementares emitidas pela CVM e órgãos reguladores, que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2017.

Todos os valores apresentados nestas Demonstrações Financeiras estão expressos em milhares de reais, exceto quando

Os dados não financeiros, tais como capacidades de geração de energia elétrica, volumes de energia elétrica gerada, volume de energia vendida, seguros e meio ambiente não foram auditados pelos auditores independentes

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Esta afirmação é baseada nas expectativas da Administração em relação ao futuro da Companhia, sendo consistentes com o seu plano de negócios. A Companhia prepara no início de cada exercício, planos de negócios anual e quinquenal, que compreendem os orçamentos anuais ou plurianuais, todos os planos de investimento de capital, os planos estratégicos e os programas de manutenção das instalações da Companhia. Os planos são acompanhados durante o exercício pelos órgãos competentes, podendo sofrer alterações.

2.1.2 Sistema Empresas.Net

No quadro "Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido" do Sistema "Empresas.Net" utilizado para fins de elaboração e envio de documentos à CVM e B3 S.A., o ajuste de avaliação patrimonial, embora não corresponda a "Outros Resultados Abrangentes", está apresentado na coluna com esta indicação, visto que não há opção mais apropriada para a apresentação no referido quadro.

Moeda Funcional e Conversão de Saldos e Transações em Moeda Estrangeira Os itens incluídos nas Demonstrações Financeiras são mensurados usando a moeda do ambiente econômico em que a Companhia atua e são apresentadas em Reais (R\$), moeda funcional da Companhia.

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da Companhia, são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas em que as transações foram realizadas.

Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa vigente na data da demonstração. Os ganhos e perdas decorrentes da liquidação de transações em moeda estrangeira e resultantes da conversão de ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração de resultado.

Alterações na apresentação

Em 2017, algumas contas foram reclassificadas/alteradas para melhor apresentar a situação econômico-financeira da Companhia, cujos reflexos em 2016 estão sendo reapresentados abaixo, a saber, e de forma resumida:

- Balanço Patrimonial: Energia comprada foi segregada de Encargos setoriais em conta específica, reclassificação de valores no Imobilizado para depósitos judiciais, ativações de imobilizado em curso e respectiva depreciação; Cau e C
- No de No
- im
- De trib
- De
- De

LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL...

Imposto de renda - corrente

Imposto de renda diferido (ativo)

LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO..

Lucro básico e diluído por ação

Contribuição social diferida (ativo)...

Imposto de renda diferido (passivo).

Contribuição social diferida (passivo).

Total de Imposto de Renda e Contribuição Social.

Contribuição social - corrente

Cauções e depósitos vinculados e tri e COFINS, revisão do saldo da conta	butos, incluindo a Lucros acumul	Imposto de ados decor	renda e cor rentes dos a	ntribuição soc ajustes citad	os anter	iorment	e;
Nota Cauções e depósitos vinculado depósito vinculado e transferência de de de d						ıdiciais	por tipo de
Nota Imobilizado: reapresentação	de Depósitos ju	•				lados, a	ativação de
imobilizado em curso e respectiva de Demonstração de Resultados: aprop		acão do sal	ldo de denó	eitoe iudiciai	e e reen	ectiva in	cidência de
tributos, depreciação das ativações o	•	.açao do sai	do de depo	Sitos judiciais	s e respi	scuva III	cidericia de
Demonstração do Fluxo de Caixa: R	•						
Demonstração do Valor Adicionado: DRA: Reflexo do resultado, devido à					násita iu	dicial e	respectivos
tributos.	. doproolagae e	api opi lagar	o da ataanz	ação do dop	roonto ju	aioiai o	тоорооштоо
				Valores em			
			Patrimôr	Reflexo	os IR/C	S I	Provisão
Atualização saldo de depósitos ju-		Ativo	Líquide	DRE_	Diferio	dos Pl	S/COFINS
01.01.2016 31.12.2016			156.6	- 82.484	86.8 28.0		11.871 3.836
31.12.2010		02.404	_			n R\$ Mil	
			_		Reflex		
Ativação UHE Porto Primavera 01.01.2016				<u>Ativo</u> <u>Pat</u> 21.760)		Líquid (21.760	
31.12.2016						(21.760	
			ALANÇO P	ATRIMONIA		0040	
	Originalmente	1.12.2016	Reapre-	Originalme	01.01. nte	2016	Reapre-
ATIVO	divulgado		•	divulgad		ustes_	sentado
NÃO CIRCULANTE	833.534		833.534	994.	148		994.148
NÃO CIRCULANTE Cauções e depósitos vinculados	767.422	498.655	1.266.077	788.8	857 41	17.694	1.206.551
Imposto de renda e							
contribuição social diferidos	799.535 6.977	(114.846)	684.689 6.977			6.802)	782.629 28.467
Outros créditos	1.885	_	1.885		204		3.204
Despesas pagas antecipadamente	37.554	_	37.554	52.		-	52.575
Ativo intangível Ativo disponível para reversão	40.388 6.337.256	_	40.388 6.337.256			_	40.544 6.337.256
Provisão ativo disponível			2.307.200	5.567.2			3.557.250
para reversão	(4.387.826)		(4.387.826)		,		4.387.826)
Imobilizado	10.582.915	(187.455) 196.354					7.075.954 11.139.354
TOTAL DO ATIVO	11.416.449						12.133.502
			ALANÇO P	ATRIMONIA			
	Originalmente	1.12.2016	Reapre-	Originalme	<u>01.01.</u> nte	2016	Reapre-
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO						ustes_	sentado
Fornecedores	10.546		10.540	10.4	005		10.005
Energia comprada	10.546	- 11.924	10.546 11.924			- 76.394	13.925 76.394
Empréstimos e financiamentos	186.817	-	186.817	206.	736	-	206.736
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC	83.151	_	83.151	237.0	618	_	237.618
Tributos e contribuições sociais	21.074	_	21.074			_	56.586
Encargos setoriais	229.831	(11.924)	217.907	393.6	342 (76	6.394)	317.248
Dividendos e juros sobre capital próprio	156.167	_	156.167	42.4	463	_	42.463
Obrigações estimadas							
e folha de pagamento Outras obrigações	19.588 145.216	_	19.588 145.216		242 012	_	31.242 16.012
Outras obrigações	852.390		852.390				998.224
NÃO CIRCULANTE	3.402.522	15.707					3.689.518
Empréstimos e financiamentos Fundo de Investimento em	381.577	_	381.577	675.9	973	-	675.973
Direitos Creditórios - FIDC	_	_	-	71.	704	_	71.704
Encargos setoriais	11.192		11.192			-	20.658
Provisão para riscos legais Obrigações socioambientais	2.874.295 78.050	_	2.874.295 78.050			_	2.790.081 103.750
Outras obrigações	57.408	15.707	73.115	15.4	<u>481</u> _ 1	11.871	27.352
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7.161.537						7.445.760
Capital socialReservas de capital	5.975.433 1.929.098	_	5.975.433 1.929.098			_	5.975.433 1.929.098
Ajustes de avaliação patrimonial.	(1.018.677)	- ((1.018.677)	(1.044.7	(08		1.044.780)
Outros resultados abrangentes Reservas de lucros	(337.258) 612.941	-	(337.258) 612.941	(177.6 628.7	,	-	(177.642) 628.783
Lucros acumulados		180.647	180.647			- 34.868	134.868
TOTAL DO PASSIVO							
E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11.416.449				7 <u>63</u> 14	6.739 1	12.133.502
	DEMONSTRA	ÇAO DO RI	ESULIADO		1.12.201	16	
			Origi	nalmente			
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA					Ajustes	Reap	resentado
RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA				1.668.590			1.668.590
Custo com energia elétrica				(395.989)			(395.989)
Custo com operação UCRO OPERACIONAL BRUTO					(4.825)		(393.876)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO Despesas operacionais				883.550	(4.825)	-	878.725
Despesas gerais e administrativas.				(196.175)	-		(196.175)
Outras despesas operacionais				(314.581)	(3.836)		(318.417)
Outras (despesas) receitas líquidas				<u>(90.566)</u> (601.322)	(3.836)		(90.566) (605.158)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO			RO	282.228	(8.661)		273.567
Receitas financeiras Despesas financeiras líquidas				340.450 (205.247)	82.484		422.934 (205.247)
RESULTADO FINANCEIRO				(205.247) 135.203	82.484		<u>(205.247)</u> 217.687
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE F							

417.431

(28.864)

(13.576)

(8.765)

(4.004)

(42.005)

(15.122)

(112.336)

305.095

0,93

73.823

(20.621)

(7.423)

(28.044)

<u>45.77</u>9

0,14

(28.864)

(13.576)

(8.765)

(4.004)

(62.626)

(22.545)

350.874

Lucro líquido do exercício.

Ajuste CPC 33 (R1)/IAS 19 (Nota 22.2.3.e)

Total de resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos...

(140.380)

						е	Mine	ração	
OS FINDOS EM 31 DE I	DEZEMBR	0 DE 2	017 E 2016 CAUÇÕES		SITO	S VINC	ULADO	s	
		31.1	2.2016 Reclassifi-					01.2016 Reclassifi-	
	Original- mente divulgado	Aiustos	cação Imo- bilizado	Reapre-	m	ginal- ente	Aiustos	cação Imo- bilizado	Reapre- sentado
Não Circulante Depósitos Judiciais (a)	uivuigauo	Ajustes	Dilizado	Sentado	uive	ilgado	Ajustes	DIIIZAGO	semado
Ações cíveis Ações trabalhistas -	138.478			360.728			100.973		
recursais Ações tributárias Ações ambientais	88.768 18.592 441.961	15.378 18.116	_	104.146 36.708 627.308			9.534 15.395 129.009	-	83.404 32.690 581.322
Ações de desapropriações -	441.901	175.025	10.322	027.300	4.	41.331	129.009	10.322	361.322
Usinas CESP Outros depósitos	-	-	56.960	56.960		-	-	60.909	60.909
judiciais	2.211 690.010		160.870	2.815 1.188.665	69		390 255.301	162.393	2.527 1.114.072
Cauções	77.412 767.422	337.785		77.412 1.266.077	78	92.479 88.857 OBILIZ	255.301	162.393	92.479 1.206.551
		0	riginalment	e		1.12.20 Reclas	16		Reapre-
Em Serviço		-	divulgado	<u>Ativaç</u>	<u>ões</u>	ficaçõ	es De	preciação	sentado
Terrenos Reservatórios, Barragens Edificações, Obras Civis e	e Adutoras		295.39 3.927.16 1.028.63	7 40.	– 933 187		_	(11.783) (2.239)	295.391 3.956.317 1.040.580
Máquinas e Equipamentos Veículos	3		1.355.75	7 91.		(58.2	63) —	(12.563)	1.376.913
Móveis e Utensílios			1.329 6.611.05	9	 102	(58.2	<u> </u>	(26.585)	1.329 6.673.311
Obrigações Bens de P&D Em Curso			(787		-		-	-	(787)
Terrenos Reservatórios, Barragens Edificações, Obras Civis e	e Adutoras		1.899 134.126 41.05	8 (40.9	,	(10.3	22) —	_	1.895 82.873 26.865
Máquinas e Equipamentos Máquinas e Equipamentos	em Manute	enção	2.38 33.71	4 `	_	58.2	_ 		2.384
Depósitos Judiciais Outros			150.54 5.72	8		(150.5			5.728
Total		=	369.454 6.979.72 4			(102.6) (160.8)	70)	(26.585)	119.745 6.792.269
		_	riginalment			OBILIZ <i>i</i> 1.01.20 Reclas	16		Reapre-
Em Serviço		-	divulgado	<u>Ativaç</u>	<u>ões</u>	ficaçõ		preciação	sentado
TerrenosReservatórios, Barragens	e Adutoras		293.55 4.105.79	9 40.	- 933		_	– (10.340)	293.555 4.136.392
Edificações, Obras Civis e Máquinas e Equipamentos Veículos	3		1.076.339 1.396.699 769	8 85.	136 680	(51.3	- 50)	(1.930) (9.490)	1.088.545 1.421.538 762
Móveis e Utensílios			2.34 6.875.50	8		(51.3	 	(21.760)	2.348 6.943.140
Obrigações Bens de P&D Em Curso			0.070.00	-	-	(01.0	-	-	-
Terrenos Reservatórios, Barragens	e Adutoras		1.899 122.72	7 (40.9	,	(10.3	_ 22)	_	1.895 71.472
Edificações, Obras Civis e Máquinas e Equipamentos	em Manute	nção	41.30 11.74 47.27	3	_	51 0	- -	=	27.164 11.743 12.946
Máquinas e Equipamentos Depósitos Judiciais Outros			152.07 7.59	1	- -	51.3 (152.0		_	7.594
Total			384.600 7.260.10	(140.7	'49 <u>)</u>	(111.0 (162.3		(21.760)	132.814 7.075.954
	DEN	MONSTE	RAÇÃO DO F	LUXO DE	_	Exer		ndo em 31.1	
ATIVIDADES OPERACION	létodo Indir AIS:	eto				Original divulo		Ajustes	Reapre- sentado
Resultado antes dos impos Despesas (receitas) que n	stos sobre a ão afetam o	caixa:				4	17.431	73.823	491.254
Depreciação/Amortização Atualização de depósitos o	de saldos jud	diciais					03.545	4.825 (82.484)	308.370 (82.484)
Juros, variações monetária Perda estimada de crédito Provisão para riscos legais	s						15.683) 13.379 25.905	_	(45.683) 13.379 325.905
Provisão para compromiss Provisão/(Reversão) hono	sos socioam	bientais.				(2	25.700) 20.271	_	(25.700) 20.271
Provisão PIS/COFINS sob Provisão para ajuste ao va	lor realizáve	l de alm	oxarifados				- 16.487	3.836	3.836 16.487
Prêmio repactuação risco Baixa de ativo imobilizado Entidade de previdência a							24.155 1.075 7.786	-	24.155 1.075 7.786
Total de ajustes ao Lucro Imposto de Renda e Co	antes do					1.0	58.651		1.058.651
Valores a receber Tributos e contribuições so	ciais compe	nsáveis					71.387 73.466)		171.387 (73.466)
Almoxarifado Despesas pagas antecipad	damente						5.714 (54)	-	5.714 (54)
Cauções e depósitos vincu Outros créditos Fornecedores						(21.740 (2.971) (3.379)	1.523	23.263 (2.971) (3.379)
Outros tributos e contribuiço Pagamentos a Entidade de	ções sociais					((6.786) (6.782)	_	(6.786) (167.402)
Energia comprada Encargos setoriais						•	34.718)	(64.470) 64.470	(64.470) (120.248)
Pagamentos de riscos lega Obrigações estimadas e fo Outras obrigações	lha de paga	mento				(1	33.215) 11.654) 19.043)	_	(83.215) (11.654) (19.043)
CAIXA GERADO PELAS A Juros pagos de empréstim	TIVIDADES	OPER/	ACIONAIS			7	04.804 18.409)	1.523	706.327 (48.409)
Imposto de renda e contrib CAIXA LÍQUIDO GERADO	PELAS AT						71.166) 85.229	1.523	(71.166) 586.752
ATIVIDADES DE INVESTIM Aquisições para o Imobiliz Adições ao Intangível	ado						(9.761)	(1.523)	(11.284)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZAD	O NAS ATI	VIDADE	S DE INVES	TIMENTO	s. ¯	(1	(3.604) (3.365) (6.388)	(1.523)	(3.604) (14.888) (616.388)
AUMENTO (REDUÇÃO) DI (+) Saldo Inicial	E CAIXA E I	EQUIVA	LENTES DE	CAIXA		(4	14.524) 48.553		(44.524) 548.553
(=) Saldo Final AUMENTO (REDUÇÃO) DI	E CAIXA E I	EQUIVA	LENTES DE	CAIXA		(4	04.029 14.524)		504.029 (44.524)
	DEMO	ONSTRA	ÇÃO DO VA	LOR ADIC	_			ndo em 31.1	2.2016 Reapre-
GERAÇÃO DO VALOR AD	ICIONADO				-	divulç		Ajustes	sentado
Receitas operacionais (No Perda estimada de crédito	ta 28.3)						52.781 13.379)		2.052.781 (13.379)
Menos: VALOR ADICIONADO BRI	ITO				-		39.402 22.368		2.039.402 1.522.368
Retenções Depreciação/Amortização					_		03.545	4.825	308.370
VALOR ADICIONADO LÍQ TRANSFERÊNCIAS	UIDO GERA	NDO			···· _	1.2	18.823	(4.825)	1.213.998
Receitas financeiras Variações cambiais						1	01.147	321.787 (239.303)	422.934 (105.975)
Entidade de previdência a Imposto de renda e Conti						(6	(7.786) <u>69.896)</u> 56.793		(7.786) <u>(97.940)</u> 211.233
OUTRAS Provisão para riscos lega							30.531)	(3.836)	(284.367)
Provisão para redução ao Outras (despesas)/receita	valor realiz	ável de	almoxarifado	s		(1 (8	16.487) 39.354)		(16.487) _(89.354)
VALOR ADICIONADO A D DISTRIBUIÇÃO DO VALOR					···		86.372) 89.244	(3.836) 45.779	(390.208) 1.035.023
Pessoal: Financiadores e alugue					_		45.864 04.775		145.864 104.775
Intrasetoriais - Encargo Tributos e contribuiçõe	os regulam	entares	:			1	96.568 36.942		196.568 236.942
Acionistas:	io					0	05 0 <u>95</u>	45 770	350 874

305.095

989.244

305.095

145.479

(159.616)

Originalmente

divulgado

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES

45.779

45.779

45.779

<u>45.779</u> <u>1.035.023</u>

Reapre-

sentado

(159.616)

191.258

continua →

350.874



CNPJ 60.933.603/0001-78 - Companhia Aberta http://www.cesp.com.br



Secretaria de Energia e Mineração

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia é como seque: Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras, com vencimento original inferior a 90 dias. Essas aplicações estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos exercícios, com liquidez imediata e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor

Os instrumentos financeiros ativos podem ser classificados nas seguintes categorias específicas: empréstimos e recebíveis, ativos financeiros "mensurados ao valor justo por meio do resultado", investimentos "mantidos até o vencimento", ativos financeiros "disponíveis para venda" e "empréstimos e recebíveis". A classificação depende da natureza e finalidade dos instrumentos financeiros ativos e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a

entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado. Em 31 de dezembro de 2017, a CESP possuía instrumentos financeiros classificados nas categorias de "ativos financeiros nensurados ao valor justo por meio de resultado" e "empréstimos e recebíveis".

Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em mercado ativo. Esses ativos são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial.

A Companhia tem como principais ativos financeiros classificados nesta categoria:

a. Valores a receber - Consumidores e revendedores (Nota 6)

b. Valores a receber - CCEE (Nota 6)

As contas a receber de consumidores e revendedores incluem os valores de fornecimento e suprimento de energia elétrica, registrados conforme os contratos de energia que estabelecem quantidades, preços e forma de reajustes. Mensurados ao valor justo por meio do resultado

São ativos financeiros os: (i) mantidos para negociação no curto prazo; (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou; (iii) derivativos. Estes ativos são registrados pelos respectivos valores justos e, quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. Os ativos financeiros que a Companhia tem classificados nesta categoria:

a. Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)

Cauções e depósitos vinculados - quotas subordinadas - FIDC (Nota 11)

Instrumentos financeiros disponíveis para venda
São instrumentos financeiros cujo reconhecimento inicial é efetuado com base no valor justo e sua variação, proveniente da diferença entre a taxa de juros de mercado e a taxa de juros efetiva, é registrada diretamente no patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários. A parcela dos juros definidos no início do contrato, calculada com base no método de juros efetivos, assim como quaisquer mudanças na expectativa de fluxo de caixa, é registrada no resultado do exercício. Quando esses ativos são desreconhecidos, os ganhos e as perdas acumulados mantidos no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado do exercício.

A Companhia tem como principais ativos financeiros classificados nesta categoria:

a. Ativo disponível para reversão: O ativo disponível para reversão é proveniente do saldo residual dos ativos da infraestrutura de geração de energia elétrica ainda não depreciados e/ou amortizados existentes ao final da concessão. Esse ativo financeiro, por não possuir fluxos de caixa fixos determináveis, uma vez que a premissa da indenização terá como base o custo de reposição dos ativos da concessão, e por não possuir as características necessárias para ser classificado nas demais categorias de ativos financeiros, é classificado como "disponíveis para venda".

Método de juros efetivos

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os valores pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções) durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um exercício menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de

redução ao valor recuperável no final de cada exercício. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse Uma evidência objetiva pode incluir:

Dificuldade financeira significativa do emissor ou contraparte;

Violação de contrato, como uma inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros e principal;
Probabilidade de o devedor ter sua falência declarada.

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de perdas estimadas de crédito. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à conta de perdas estimadas. Mudanças no valor contábil da estimativa de perda são reconhecidas no resultado.

O ajuste à perda estimada de créditos é constituído, se necessário, com base na avaliação individual da estimativa de perda, sendo considerada suficiente para cobrir prováveis perdas na realização dos créditos a receber. Para ativos financeiros registrados ao custo amortizado, se em um exercício subsequente o valor da perda da redução ao

valor recuperável diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente a um evento ocorrido após a redução ao valor recuperável ter sido reconhecido, a perda anteriormente reconhecida é revertida por meio do resultado, desde que o valor contábil do investimento na data dessa reversão não exceda o eventual custo amortizado, se a redução ao valor recuperável não tivesse sido reconhecida. Cauções e depósitos judiciais

Referem-se a garantias prestadas, vinculados a processos judiciais. Em conformidade com o Item 14 (a) do Pronunciamento Técnico CPC 23 e com as boas práticas de governança corporativa, em 2017, a Companhia efetuou uma mudança voluntária da política contábil sobre a atualização do saldo de depósitos judiciais, com efeitos retrospectivos, devidamente apresentados na nota 2.3 Assim, os cauções e depósitos judiciais são apresentados pelo seu valor histórico acrescido de atualização monetária.

Almoxarifado Os materiais em estoque nos almoxarifados, classificados no ativo não circulante, estão registrados ao custo médio de

aquisição, deduzidos de ajuste para redução ao valor de mercado, quando aplicável.

Conforme o CPC 16 (R1) - Estoques, os estoques devem ser apresentados no balanço patrimonial com menor valor entre custo e o valor líquido de realização (VLR). Valor líquido realizável é definido como o preço de venda estimado no decurso ordinário da atividade empresarial deduzindo os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

Quando se apura o valor líquido realizável e o mesmo for menor que o custo, o montante excedido deverá ser objeto de constituição de ajuste para perda ao valor realizável. Tributação

Tributação sobre as vendas

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições às alíquotas básicas:
- Contribuição para o Financiamento Social - COFINS, alíquota de 7,60% (Regime Cumulativo), exceção às Receitas de

Venda de Energia no Curto Prazo (CCEE) cuja alíquota é de 3% (Regime Cumulativo).

Contribuição para o Programa de Integração Social - PIS, alíquota de 1,65% (Regime Não Cumulativo), exceção às Receitas de Venda de Energia no Curto Prazo (CCEE) cuja alíquota é de 0,65% (Regime Cumulativo).
 No cálculo do PIS/COFINS Regime Não Cumulativo, há a possibilidade de utilização de créditos, e estes são

demonstrados como redutores do custo das vendas na demonstração do resultado do exercício. As vendas são apresentadas na demonstração do resultado do exercício pelo valor líquido dos respectivos impostos

contribuições (receita operacional líquida).

Tributação sobre o lucro Tributos correntes

A provisão para imposto sobre a renda está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas tributáveis ou despesas dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto sobre a renda e contribuição social sobre o lucro é calculada às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente. A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada com base nas leis e nos normativos tributários

promulgados nas datas dos balanços, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a regulamentação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando aplicável, com base nos valores que espera pagar ao Fisco. Tributos diferidos

O tributo sobre a renda diferido ("tributo diferido") é reconhecido sobre as diferenças temporárias nas datas dos balanços entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os tributos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os tributos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada nas datas dos balanços e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. Tributos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo

seia liquidado ou o ativo seia realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente nas datas dos balanços, ou quando uma nova legislação tiver sido, substancialmente, aprovada. A mensuração dos tributos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, nas datas dos balanços, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos. Os tributos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal

corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes Tributos sobre a renda corrente e diferido São reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando está relacionado a itens registrados

diretamente em outros resultados abrangentes ou patrimônio líquido, caso em que o tributo também é reconhecido diretamente em outros resultados abrangentes ou no patrimônio líquido. Os detalhes estão divulgados na nota explicativa nº 12.

Investimentos

reconhecida no resultado do exercício.

Os investimentos estão registrados ao custo de aquisição, deduzido de ajuste para redução ao valor de mercado, quando

Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos depreciação/amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável, quando aplicável. Gastos são refletidos na demonstração do resultado no exercício em que foram incorridos. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida, sendo que no caso da CESP existe somente ativo intangível de vida útil definida.

Imobilizado

A Companhia adotou o valor justo para determinar o custo atribuído do ativo imobilizado na data de transição das demonstrações financeiras para IFRS (01/01/2009). O CPC 37/IFRS 1 denomina custo atribuído como o montante utilizado como substituto para o custo (ou o custo depreciado ou amortizado) em determinada data. Assim, alguns itens do ativo imobilizado, que estavam com valor contábil inferior e/ou superior ao seu valor justo, tiveram seus custos contábeis substituídos pelos valores atribuídos para que a posição patrimonial e financeira da Companhia fosse expressa com maior fidedignidade. A contrapartida dessa mais valia foi registrada na conta "Ajustes de Avaliação Patrimonial", no Patrimônio líquido.

Os custos diretamente atribuídos às obras, bem como os juros e encargos financeiros referentes a empréstimos tomados com terceiros, durante o período de construção, são registrados no ativo imobilizado em curso. Quando componentes significativos do ativo imobilizado são substituídos, esses componentes são reconhecidos como

ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos, A depreciação é calculada pelo método linear, com base nas taxas anuais estabelecidas e revisadas periodicamente pela ANEEL, as quais são praticadas e aceitas pelo mercado como representativas da vida útil econômica dos bens vinculados

à infraestrutura da concessão. Os valores residuais e a vida útil econômica dos ativos são revisados no final de cada exercício social e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil, ajustados por eventuais aiustes para impairment, e são reconhecidos em "Ganho/Perda na Alienação de Bens e Direitos" na

houver perda, decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, esta é

Redução ao valor de recuperação de ativos (impairment)
Os bens do ativo imobilizado são avaliados quando há evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando

A metodologia de cálculo é como segue:

Fluxo de caixa futuro das operações, descontado a valor presente, para cada usina (Unidade Geradora de Caixa UGC), considerado como o menor nível de geração de caixa. Esse fluxo abrange o período remanescente de cada uma das concessões detidas pela Companhia, sem incluir eventual período de prorrogação ou renovação;

Fluxo de caixa futuro do valor da indenização ao final das concessões, descontado a valor presente. A Administração adotou como premissa, apenas para fins contábeis, que o valor de indenização mínimo a ser recebido da União Federal, no processo de reversão dos bens, será o valor residual dos bens apurado pelo custo atribuído, e depreciado até a data do vencimento da concessão. **Ativo Contingente**

O CPC 25/IAS 37 define ativo contingente como sendo um ativo possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da Companhia.

Dada a divergência existente entre o Poder Concedente e a Administração da Companhia em relação ao valor de indenização relativa às UHEs Três Irmãos, Ilha Solteira e Jupiá, a Companhia entende que o seu direito em receber o montante de acordo com os seus cálculos está sendo exercido por medidas judiciais. Dessa forma, dada a existência de um ativo contingente e, em atendimento ao CPC 25, que trata de Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, em 2013 e 2015 a Companhia efetuou um ajuste no ativo contingente adequando o valor registrado das respectivas UHEs (Nota 15), sem prejuízo de continuar a discutir os seus direitos judicialmente.

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação, guando a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A CESP baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

Estes passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido. Os principais passivos financeiros classificados nesta categoria são:

a. Empréstimos e financiamentos (Nota 18) b. Encargos de dívidas (Nota 18) c. FIDC's (Nota 19)

Planos de benefícios pós-emprego

A Companhia patrocina assistência médica e planos de aposentadoria aos seus empregados, na modalidade de plano de benefício definido (BD) e, também, de contribuição definida (CD), administrados pela Fundação CESP. Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz contribuições fixas à Fundação CESP, não tendo obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados, os benefícios relacionados com o serviço do empregado no exercício corrente e anterior. Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida. Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, tais como idade, tempo de contribuição e remuneração.

Os valores dos compromissos atuariais relacionados ao plano BD (contribuições, custos, passivos e ou ativos) são calculados anualmente por atuário independente com data-base que coincide com o encerramento do exercício e são registrados conforme previsto no CPC 33 (R1)/IAS 19. O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente

da obrigação de benefício definido na data do balanço, reduzido do valor justo dos ativos do plano. A adoção do método crédito unitário projetado, agrega cada ano de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, somando-se até o cálculo da obrigação final. São utilizadas outras premissas atuariais que levam em consideração tabelas biométricas e econômicas além de dados históricos dos planos de benefícios, obtidos da

Fundação CESP. Os ganhos e perdas atuariais são registrados diretamente no Patrimônio líquido sob a rubrica "Outros Resultados Abrangentes". Esses ganhos e perdas atuariais são apurados no término de cada exercício com base no relatório de atuário independente

Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

Programa de investimentos em pesquisa e desenvolvimento, para o qual as concessionárias de energia elétrica estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida para esse programa, conforme Lei nº 9.991/00 e Regulamentações ANEEL nº 300/08 e 316/08. Este percentual é recolhido na proporção de 40% ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Cientifico e Tecnológico - FNDCT e 20% para Empresa de Pesquisa Energética - EPE e Ministério de Minas e Energia. O remanescente (40%) é destinado a projetos/programas de P&D da Companhia

Provisão para riscos legais

O CPC 25/IAS 37 define provisão como passivo de prazo ou valor incerto e passivo contingente como uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade. Os riscos, nas suas diferentes naturezas jurídicas, foram avaliados e classificados com base na opinião da Administração da Companhia e de seus advogados internos e externos, segundo a probabilidade de risco econômico-financeiro para a Companhia e provisionados os que apresentaram expectativa de perda provável, no montante correspondente aos processos existentes nas datas das demonstrações financeiras. Os que tiveram expectativa de perda possível ou remota

são divulgados em nota explicativa (Nota 24). Obrigações e provisões para compromissos socioambientais

As obrigações socioambientais são registradas à medida que a Companhia assume obrigações formais com reguladores ou tenha conhecimento de potencial risco relacionado às questões socioambientais, cujos desembolsos de caixa sejam considerados prováveis e os montantes estimados. Durante a fase de implantação do empreendimento, os valores provisionados são registrados em contrapartida ao ativo imobilizado em curso. Após a entrada em operação comercial do empreendimento, todos os custos ou despesas incorridos com programas socioambientais relacionados com as licenças de operação e manutenção do empreendimento são registrados diretamente no resultado do exercício.

Outros ativos e passivos

Os ativos são demonstrados pelos valores realizáveis e os passivos pelos valores conhecidos ou calculáveis, descontados a valor presente e acrescidos, quando aplicável, das variações monetárias e cambiais.

Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio No encerramento do exercício social e após a dedução dos dividendos intermediários pagos e as devidas destinações legais do lucro líquido ajustado, a Companhia registra, se aplicável, no passivo circulante, o valor equivalente ao dividendo

mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício social. O estatuto social da Companhia estabelece a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios limitados a 10% do capita social. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários. Na apuração do lucro líquido ajustado para fins de distribuição de dividendos são considerados: i) o montante destinado

para Reserva Legal, ii) a realização da mais valia dos ativos apurada na data de transição para as normas internacionais de contabilidade, registrada na rubrica Ajuste de Avaliação Patrimonial, no Patrimônio Líquido, e iii) a realização da reserva de lucros a realizar. A Companhia distribui juros a título de remuneração sobre o capital próprio, nos termos do Artigo 9º, parágrafo 7º da

Lei nº 9.249, de 26/12/95, os quais são dedutíveis para fins fiscais. Os dividendos e juros sobre o capital próprio não reclamados no prazo de três anos são revertidos para o patrimônio

líquido da Companhia.

Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por acão básico e diluído utilizando o número médio ponderado de acões ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41/IAS 33. O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada da quantidade de

com potencial dilutivo. Os resultados por ação de exercícios anteriores são ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais capitalizações de bônus, agrupamentos ou desdobramentos de ações. O estatuto da Companhia atribui direitos distintos às ações preferenciais Classe A e B e às ordinárias sobre os dividendos. Consequentemente, o lucro básico e o lucro diluído por ações são calculados pelo método de "duas classes". O método de "duas classes" é uma fórmula de alocação do lucro que determina o lucro por ação preferencial classe A e B e ordinária

ações emitidas. O lucro básico por ação equivale ao lucro por ação diluído, haja vista que não há instrumentos financeiros

de acordo com os dividendos e os direitos de participação sobre lucros não distribuídos. Reconhecimento da receita O Processo de Comercialização de Energia Elétrica ocorre de acordo com parâmetros estabelecidos pela Lei nº 10.848/04, pelos Decretos nºs 5.163/04 e 5.177/04 (o qual instituiu a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE), e pela

Resolução Normativa ANEEL nº 109/04, que instituiu a Convenção de Comercialização de Energia Elétrica. As relações comerciais entre os Agentes participantes da CCEE são regidas predominantemente por contratos de compra e venda de energia de médio e longo prazo, e todos os contratos celebrados entre os Agentes no âmbito do Sistema Interligado Nacional devem ser registrados na CCEE.

A Companhia opera nos seguintes segmentos de energia elétrica: 3.19.1 Fornecimento de energia

Venda de energia a preço e condições livremente negociados a consumidores livres - grandes consumidores finais que

optaram em não adquirir energia dos distribuidores locais, e com os quais a Companhia mantém contratos de fornecimento. 3.19.2 Suprimento de energia - leilão Nesse segmento a Companhia vende sua energia às concessionárias de Distribuição, mediante leilões organizados pelo

Poder Concedente através de contratos de fornecimento de médio e longo prazo. 3.19.3 Suprimento de energia - contratos Refere-se à venda direta de energia a empresas comercializadoras em contratos livremente negociados.

3.19.4 Energia de curto prazo A CCEE contabiliza as diferenças entre as quantidades de energia produzida, consumida e contratada. As diferenças positivas ou negativas são liquidadas e valoradas ao Preço de Liquidação das Diferenças - PLD. Integram o Mercado de Curto Prazo as quantidades processadas no âmbito do Mecanismo de Realocação de Energia

mecanismo de compartilhamento dos riscos hidrológicos associados à otimização eletroenergética do Sistema Interligado

Nacional - SIN, de modo que a energia que um agente integrante do MRE deixa de produzir é realizada por outro agente e os volumes são remunerados pela tarifa de otimização de energia, suficiente para cobrir os custos variáveis 3.19.5 Regime de cotas

A Portaria MME nº 256, de 11 de junho de 2015, designou a CESP como responsável pela Prestação do Serviço de Geração de Energia Elétrica das Usinas Hidrelétricas Ilha Solteira e UHE Jupiá, a partir de 8 de julho de 2015. Desde então, a Companhia passou a auferir receitas através do regime de cotas, definido pela da Resolução Homologatória ANEEL nº 1.924, de 28 de julho de 2015, regime esse encerrado em 30 de junho de 2016.

Apuração do resultado

As despesas são reconhecidas na demonstração do resultado quando surge um decréscimo, que possa ser determinado em bases confiáveis, nos futuros benefícios econômicos provenientes da diminuição de um ativo ou do aumento de um passivo. Informação por segmento

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio dos quais pode se obter receitas a incorrer em

em exercícios futuros.

despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações da Companhia para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho e para o qual haja informação financeira individualizada disponível. O principal tomador de decisão é o diretor-presidente, sendo que a Companhia tem a política de submeter determinados assuntos a decisões colegiadas. Os servicos são prestados utilizando-se uma rede integrada de geração de energia, e as operações são gerenciadas em

bases consolidadas. Consequentemente, a Companhia concluiu que possui apenas um segmento passível de reporte que é de geração e comercialização de energia Demonstração do Valor Adicionado ("DVA")

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado

exercício e é apresentada pela CESP, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas informações, pois, de acordo com as IFRS, não é uma demonstração prevista nem obrigatória. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das

Demonstrações Financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da perda estimada de créditos), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios. Principais julgamentos contábeis e fontes de incerteza nas estimativas

estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e

∎ continua –☆ı



CNPJ 60.933.603/0001-78 - Companhia Aberta http://www.cesp.com.br



Secretaria de Energia e Mineração

🕁 continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço são como segue:

Imposto de renda

É necessário um julgamento significativo para determinar a provisão para impostos sobre a renda. Em muitas operações, a determinação final do imposto é incerta. O reconhecimento de imposto de renda diferido ativo requer avaliar se é provável a existência de resultados tributáveis futuros suficientes para realizar tal imposto de renda diferido ativo. A avaliação requer considerar o histórico de resultados tributáveis, expectativas de resultados tributáveis futuros assim como do momento de reversão de diferenças temporárias. Caso a CESP não consiga gerar resultados tributáveis futuros ou se ocorrer uma mudança significativa na estrutura tributária ou no exercício em que as diferenças temporárias serão utilizadas é possível que a avaliação de probabilidade mude podendo requerer a baixa, de parte ou todo, do imposto de renda

É definida com base em avaliação e qualificação dos riscos cuja probabilidade de perda é considerada provável. Esta avaliação é suportada pelo julgamento da Administração juntamente com seus assessores jurídicos considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da Administração e dos assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis

Vida útil do ativo imobilizado

As vidas úteis dos bens integrantes do saldo do ativo imobilizado são estabelecidas e revisadas periodicamente pela ANEEL, as quais são praticadas e aceitas pelo mercado como representativas da vida útil econômica dos bens vinculados a infraestrutura da concessão. A Administração revisa as vidas úteis econômicas dos bens anualmente, no final de cada exercício, para convalidar que essas vidas úteis continuam consistentes para utilização nesse negócio.

Teste de redução ao valor recuperável dos ativos de longa duração

Existem regras específicas para avaliar a recuperação dos ativos de vida longa, especialmente ativo imobilizado. Na data do encerramento do exercício social, a CESP realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável. Se tal evidência é identificada, o montante recuperável dos ativos é estimado pela Companhia.

O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior entre: (i) seu valor justo menos custos estimados de venda; e (ii) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados derivados pelo continuo uso de um ativo até o fim da sua vida útil, ou da concessão.

Quando o valor contábil de um ativo excede o seu montante recuperável, a Companhia reconhece uma redução no saldo de livro desse ativo, quando aplicável.

O processo de revisão da recuperação de ativos é subjetivo e requer julgamentos significativos através da realização de

Perda estimada de créditos

A Administração monitora individualmente os seus recebíveis e registra a perda estimada de créditos para as perdas 5 consideradas prováveis.

Plano de aposentadoria e benefícios pós-emprego A Companhia reconhece sua obrigação com planos de benefícios a empregados e os custos relacionados, líquidos dos

ativos do plano, com base em estudos atuariais elaborados anualmente, sendo que o último estudo foi realizado em 31 de dezembro de 2017, e adotando as seguintes práticas: (i) o custo das obrigações com benefícios pós-emprego é determinado atuarialmente usando o método do crédito unitário projetado. A taxa de desconto usada para cálculo da obrigação de benefícios futuros é uma estimativa da taxa de juros na data do balanço, sobre investimentos de renda fixa de alta qualidade, com vencimentos que coincidem com os vencimentos esperados das obrigações; e (ii) os ativos do plano de pensão são avaliados ao valor justo (marcação a mercado).

Nos cálculos atuariais os consultores atuariais também utilizam fatores subjetivos, como taxas de mortalidade, previsão de crescimento salarial e de rotatividade. Não houve mudanças nas premissas e demais condições do Plano, entre o estudo atuarial elaborado para estas demonstrações financeiras e o elaborado na data-base 31 de dezembro de 2016. que ensejassem modificações nos critérios adotados.

As premissas atuariais usadas pela Companhia podem ser materialmente diferentes dos resultados reais devido a mudanças nas condições econômicas e de mercado, eventos regulatórios, decisões judiciais ou períodos de vida mais curtos ou longos dos participantes. Entretanto, a Companhia e seus atuários utilizaram premissas consistentes com as análises internas e externas para definição das estimativas utilizadas.

Transações envolvendo a compra e venda de energia no âmbito da CCEE

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE são reconhecidos pelo regime de competência de 6 acordo com as informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa preparada pela Administração da Companhia, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses

NOVOS PRONUNCIAMENTOS E ALTERAÇÕES EM INTERPRETAÇÕES JÁ EXISTENTES

Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2017

Norma	Requerimento
Alterações à IAS 7 - Iniciativa de Divulgação	As alterações à IAS 7 - Demonstração de fluxos de caixa fazem parte da iniciativa de divulgação do IASB e exigem que uma entidade forneça divulgações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliar as mudanças nos passivos decorrentes de atividades de financiamento, incluindo tanto as mudanças provenientes de fluxos de caixa como mudanças que não afetam o caixa. Na adoção inicial da alteração, as entidades não são obrigadas a fornecei informações comparativas relativamente a períodos anteriores.
Alterações à IAS 12 - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos para perdas não realizadas	As alterações esclarecem que uma entidade deve considerar se a legislação fiscal restringe as fontes de lucros tributáveis contra as quais ela poderá fazer deduções sobre a reversão dessa diferença temporária dedutível. Além disso, as alterações fornecem orientações sobre a forma como uma entidade deve determinar lucros tributáveis futuros e explicam as circunstâncias em que o lucro tributável pode incluir a recuperação de alguns ativos por valores maiores do que seu valor contábil. Essas alterações devem ser aplicadas retrospectivamente. Contudo, na adoção inicial das alterações, a mudança no patrimônio líquido inicial do período comparativo mais antigo pode ser reconhecida nos lucros acumulados iniciais (ou em outro componente do patrimônio líquido conforme o caso), sem alocação da mudança entre os lucros acumulados iniciais e outros componentes do patrimônio líquido. As entidades que adotarem essa isenção devem divulgar ta fato.

A Administração da Companhia avaliou os impactos da alteração das normas acima emitidas e entende que sua adoção não provocou um impacto relevante nas suas demonstrações financeiras.

Normas emitidas, mas ainda não vigentes

associada ou

conjunto (joint

Investimento

venture)

empreendimento controlado em

Transferências de

Propriedade para

Alterações à IAS 40

Norma	Requerimento
IFRS 9 - Instrumentos financeiros	Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 Instrumentos Financeiros (CPC 48 - Instrumentos Financeiros), que substitui a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A IFRS 9 reúne os três aspectos do projeto de contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, redução ao valor recuperável do ativo e contabilização de hedge. A IFRS 9 estará em vigor para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018, sendo permitida sua aplicação antecipada. Com exceção da contabilidade de hedge, faz-se necessária a aplicação retrospectiva, contudo, o fornecimento de informações comparativas não é obrigatório. Para a contabilidade de hedge, os requisitos geralmente são aplicados de forma prospectiva, com algumas exceções limitadas.
Interpretação IFRIC 23 Incerteza sobre o tratamento dos tributos sobre a renda	A Interpretação trata da contabilização dos tributos sobre a renda quando os tratamentos fiscais envolvem incerteza que afete a aplicação da IAS 12, e não se aplica a impostos ou exações alheias ao âmbito da IAS 12, nem inclui, de forma específica, as exigências relativas a juros e multas associadas a incertezas no tratamento aplicável aos tributos. A Interpretação aborda especificamente as seguintes questões: • Se uma entidade considera incertezas quanto a tratamentos fiscais de forma separada; • Os pressupostos adotados por uma entidade quanto ao exame dos tratamentos tributários por parte do Fisco; • De que forma uma entidade apura seu lucro tributável (prejuízo fiscal), bases de cálculo dos tributos, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários não utilizados e alíquotas de imposto; e • De que maneira uma entidade trata de mudanças nos fatos e circunstâncias. Uma entidade deve determinar se deve considerar cada incerteza quanto ao tratamento fiscal separadamente ou em conjunto com uma ou mais incertezas em tratamentos fiscais. Deve ser adotada a abordagem que melhor prediz a resolução da incerteza. A interpretação passa a vigorar para os períodos de apresentação de relatório anual iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019, estando disponíveis alguns facilitadores para a transição.
Norma	Requerimento
IFRS 2 Classificação e mensuração de transações com pagamentos baseados em ações - Alterações à IFRS 2	O IASB emitiu alterações à IFRS 2 Pagamentos baseados em ações, que abordam três áreas principais: os efeitos das condições de aquisição de direitos sobre a mensuração de uma transação de pagamento baseada em ações líquidada em dinheiro; a classificação de uma transação de pagamento baseada em ações com características de líquidação pelo valor líquido para obrigações relacionadas a impostos retidos na fonte; e o tratamento contábil quando uma modificação nos termos e condições de uma transação de pagamento baseada em ações altera sua classificação de líquidação em dinheiro para líquidação com ações. Na adoção, as entidades são obrigadas a adotar as alterações sem atualizar períodos anteriores, mas a adoção retrospectiva é permitida se aplicada para as três alterações e os outros critérios forem atendidos. As alterações estarão em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018, sendo permitida a adoção antecipada.
IFRS 15 - Receitas de contratos com clientes	A IFRS 15 (CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente) foi emitida em maio de 2014, alterada em abril de 2016 e estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com a IFRS 15, a receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. A nova norma para receita substituirá todos os requisitos atuais de reconhecimento de receita de acordo com as IFRS. A aplicação retrospectiva completa ou a aplicação retrospectiva modificada será exigida para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018.
Alterações à IFRS 10 e à IAS 28: Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua	As alterações abordam o conflito entre a IFRS 10 e a IAS 28 no tratamento da perda de controle de uma subsidiária que é vendida ou contribuída a uma associada ou a um empreendimento controlado em conjunto (joint venture). As alterações esclarecem que o ganho ou a perda resultantes da venda ou contribuição de ativos que constituem um negócio, conforme definido na IFRS 3, entre um investidor e sua associada ou <i>joint venture</i> , são reconhecidos(as) na íntegra.

Qualquer ganho ou perda resultantes da venda ou contribuição de ativos que não constituam um

negócio, no entanto, são reconhecidos(as) somente na extensão das participações de

investidores não relacionados na associada ou joint venture. O IASB adiou indefinidamente a

data de vigência das referidas alterações, mas uma entidade que adotar as alterações

As alterações esclarecem em que momento uma entidade deve transferir propriedades, incluindo

construções em andamento ou incorporações, para propriedades de investimento, e quando

deve retirá-las. As alterações indicam que uma mudança na utilização ocorre quando a propriedade se enquadra ou deixa de se enquadrar na definição de propriedade para investimento

e há evidências da mudança em sua utilização. Uma mera mudança nas intenções da Administração para o uso de uma propriedade não evidencia uma mudança na utilização. As entidades devem aplicar as alterações prospectivamente às mudanças de utilização, que

ocorrem a partir do início do período de apresentação de relatório anual em que a entidade

Uma entidade deve reavaliar a classificação do imóvel detido na referida data e, se for o caso, reclassificar a propriedade para refletir as condições existentes naquela data. A aplicação

retrospectiva de acordo com a IAS 8 só é permitida se possível sem o uso de retrospectiva. Com vigência para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018, faculta-se a aplicação

antecipadamente deve aplicá-las prospectivamente.

antecipada das alterações, devendo ser divulgada.

aplica as alterações pela primeira vez.

Norma	Requerimento
Interpretação IFRIC 22 Transações em moeda estrangeira e adiantamento de contraprestação	A Interpretação esclarece que, ao determinar a taxa de câmbio à vista a utilizar no reconhecimento inicial do ativo, despesa ou resultado (ou parte dele) relacionado na baixa de um ativo não monetário ou de um passivo não monetário relacionado a adiantamento de contraprestação, a data da transação será aquela em que uma entidade reconhece inicialmente o ativo não monetário ou o passivo não monetário decorrente do adiantamento da contraprestação. Se houver múltiplos pagamentos ou recebimentos antecipados, a entidade deverá determinar a data da transação para cada pagamento ou recebimento da contraprestação antecipada. As entidades podem aplicar as alterações de forma totalmente retrospectiva. Como alternativa, uma entidade poderá aplicar a Interpretação de forma prospectiva a todos os ativos, despesas e receitas em seu escopo que são inicialmente reconhecidos até: (i) O início do período de apresentação de relatório em que a entidade aplicar pela primeira vez a interpretação; ou (ii) O início de um período de apresentação de relatório anterior apresentado como informações comparativas nas demonstrações financeiras do período de relatório em que a entidade aplica pela primeira vez a interpretação. A Interpretação passa a vigorar para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018. A aplicação antecipada da interpretação é permitida e deverá ser divulgada.
IFRS 16 - Operações de arrendamento mercantil	A IFRS 16 foi emitida em janeiro de 2016 e substitui a IAS 17 Operações de arrendamento mercantil, IFRIC 4 Como determinar se um acordo contém um arrendamento, SIC-15 Arrendamentos operacionais - Incentivos e SIC-27 Avaliação da substância de transações envolvendo a forma legal de arrendamento. A IFRS 16 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e evidenciação de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros segundo a IAS 17. A IFRS 16 também exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas na IAS 17. A IFRS 16 entra em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019. O arrendatário pode optar pela adoção da norma utilizando a retrospectiva completa ou uma abordagem modificada da retrospectiva. As provisões transitórias da norma permitem determinadas isenções.

provocará um impacto relevante nas suas demonstrações financeiras.

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

As aplicações financeiras, resumidas no quadro abaixo, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudanca de valor. Essas aplicações referem-se a Certificados de Depósitos Bancários CDB's, que se caracterizam pela venda de título com o compromisso, por parte das instituições financeiras, de recomprá-lo e, do comprador, de revendê-lo no futuro e são remuneradas entre 95% e 100% (95% e 100% em 31.12.2015) da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, e ao Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios SIAFEM, fundo 95% lastreado em títulos do Tesouro Nacional e 5% em Letra Financeira do Tesouro Estadual, remuneradas entre 95% e 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

	Tipo de Aplicação	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>	<u>01.01.2016</u>
Caixa				
Depósitos bancários à vista		9.657	1.477	3.558
Aplicações Financeiras				
SIAFEM (*)	Fundo	300.877	490.161	533.806
Outras instituições	CDB/CDI	2	12.391	11.189
·		300.879	502.552	544.995
		310.536	504.029	548.553
(*) Defense of a self-self-self-self-self-self-self-self-	l!-t OIAE			

Refere-se a saldo de aplicações financeiras realizadas na corretora do sistema SIAFEM, conforme determinado pelo Decreto nº 60.244, de 14 de março de 2014.

VALORES A RECEBER

O quadro a seguir, resume os valores a receber de acordo com a classe de receita, sendo que a descrição de cada classe é

apresentada nos subtópicos seguintes:						
		31.12.2017	31.12.2016	01.01.2016		
	Vincendos	Vencidos há mais de 90 dias (Nota 7)	(−) Provisão (Nota 7)	Total	Total	Total
Consumidores						
Industrial	64.581	4.172	(4.172)	64.581	49.751	93.240
Revendedores						
Agentes comercializadores	79.525	_	_	79.525	38.927	53.594
Leilões de energia	52.359	_	_	52.359	68.484	74.168
Suprimento - quotas		2.036	(2.036)			57.698
	131.884	2.036	(2.036)	131.884	107.411	185.460
Energia Livre/CCEE						
Energia Livre (RTE)	_	13.712	(13.712)	_	_	
Energia de curto prazo - CCEE	_	_		_	7.979	60.867
		13.712	(13.712)	_	7.979	60.867
Total	196.465	19.920	(19.920)	196.465	165.141	339.567

Consumidores e Revendedores

A Companhia possui certo grau de concentração em sua carteira de clientes. Em 31 de dezembro de 2017, os dez principais clientes representam 76.5% do total da carteira (63% em 31.12.2016).

Energia Livre - Recomposição Tarifária Extraordinária (RTE)

Em 26 de agosto de 2010, a Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira - SFF da ANEEL emitiu o Despacho nº 2517, que fixou os montantes finais de Energia Livre a serem repassados entre Distribuidoras e Geradoras, signatárias do Acordo Geral do Setor Elétrico, cujo saldo a valor histórico, em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 13.712 (R\$ 13.712 em 31.12.2016) e encontra-se em discussão judicial (Nota 7).

Energia de Curto Prazo - CCEE

Representa a variação apurada mensalmente, resultante do balanço processado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, entre compromissos assumidos pela Companhia com seu mercado e demais Agentes da CCEE versus o efetivo comportamento de cada integrante do sistema.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia comercializou o montante de R\$ 55.002 (R\$ 48.261 em 31.12.2016)

referente à energia não contratada (receita), disponível para venda no âmbito da CCEE (Nota 28.2). PERDA ESTIMADA DE CRÉDITOS Os ajustes às perdas estimadas de créditos são apresentados como retificadores de cada recebível, como por exemplo, Valores a receber (Nota 6) e Outros créditos (Nota 10). Essa nota demonstra a totalização dos saldos de perda estimada de créditos, na

data inicial e final, bem como a movimentação (adições/baixas) lançadas em con	trapartida do	resultado acumulado	do exercício:
<u>Devedor</u>	31.12.2016	(Adições)/Baixas	31.12.2017
Consumidores	(4.172)	_	(4.172)
Leilões de energia	(2.048)	2.048	_
Suprimento - quotas	(5.087)	3.051	(2.036)
Energia Livre (RTE)	(13.712)		(13.712)
Subtotal (Nota 6)	(25.019)	5.099	(19.920)
Outros créditos (Nota 10) (a)	(31.567)	(2.541)	(34.108)
Total	(56.586)	2.558	(54.028)
			(58.750)
Devedor	01.01.2016	(Adições)/Baixas	31.12.2016
Consumidores	<u>01.01.2016</u> (4.172)	(Adições)/Baixas –	31.12.2016 (4.172)
Consumidores		(Adições)/Baixas - 2.048	
Consumidores	(4.172)		(4.172)
Consumidores Leilões de energia Suprimento - quotas Energia Livre (RTE)	(4.172) (4.096)	2.048	(4.172) (2.048)
Consumidores Leilões de energia Suprimento - quotas	(4.172) (4.096)	2.048	(4.172) (2.048) (5.087)
Consumidores Leilões de energia Suprimento - quotas Energia Livre (RTE)	(4.172) (4.096) – (13.712)	2.048 (5.087)	(4.172) (2.048) (5.087) (13.712)
Consumidores Leilões de energia Suprimento - quotas Energia Livre (RTE) Subtotal (Nota 6)	(4.172) (4.096) – (13.712) (21.980)	2.048 (5.087) ————————————————————————————————————	(4.172) (2.048) (5.087) (13.712) (25.019)
Consumidores Leilões de energia Suprimento - quotas Energia Livre (RTE) Subtotal (Nota 6) Outros créditos (Nota 10) (a)	(4.172) (4.096) - (13.712) (21.980) (21.227) (43.207)	2.048 (5.087) (3.039) (10.340) (13.379)	(4.172) (2.048) (5.087) (13.712) (25.019) (31.567) (56.586)

Créditos diversos e R\$ 959 (R\$ 959, em 31,12,2016) sobre Outros.

TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS COMPENSÁVEIS

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>	<u>01.01.2016</u>
Circulante			
Imposto de renda na fonte a compensar		3.048	1.072
Contribuição social sobre o lucro a compensar	167	1.164	662
Saldo negativo de imposto de renda na fonte (a)	41.575	52.983	_
Saldo negativo de imposto de contribuição social (a)	16.991	18.270	_
Cofins a compensar (b)	1.611	1.839	2.056
PIS a compensar (b)	350	398	446
	60.995	77.702	4.236
Conforma Instrucción Normativo DED nº 1.765 de 20.11.0017, com vigância e no	"tir do 01 01 0	1010 an arádi	too do coldos

Conforme Instrução Normativa RFB nº 1.765, de 30.11.2017, com vigência a partir de 01.01.2018, os créditos de saldos negativos de IRPJ e CSLL somente poderão ser compensados após a entrega da ECF - Escrituração Contábil Fiscal. A ECF é uma obrigação acessória anual, e o prazo para envio expira no último dia útil do mês de julho do ano-calendário subsequente ao ano-calendário do fato gerador do crédito.

Conforme Instrução Normativa RFB nº 1.765, de 30.11.2017, com vigência a partir de 01.01.2018 os créditos de PIS e COFINS serão compensados somente após a entrega da EFD - Contribuições (Escrituração Fiscal Digital) na qual se encontre demonstrado o direito creditório. A EFD - Contribuições é uma obrigação acessória mensal, e o prazo para envio expira no 10° dia útil do segundo mês subsequente ao mês do fato gerador do crédito.

DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

	31.12.2017	31.12.2016	01.01.2016
Circulante			
Seguros	742	1.065	1.011
Repactuação risco hidrológico (Nota 14)			
Contrato 230 MWm (a)	15.021	15.021	15.021
Contrato 120 MWm (b)			9.134
	15.021	15.021	24.155
	<u>15.763</u>	16.086	<u>25.166</u>
Não Circulante			
Repactuação risco hidrológico (Nota 14)	22.532	37.554	52.575
Total	38.295	53.640	77.741
(a) Prêmio da repactuação do risco hidrológico que será transferido, mensalmente	, para o resul	tado a partir	de janeiro de
2016 até junho de 2020 (Nota 29.1);			

Prêmio de repactuação do risco hidrológico que foi transferido, mensalmente, para o resultado até dezembro de 2016

Maiores explicações sobre Repactuação do risco hidrológico podem ser obtidas na Nota 14. A movimentação dessa repactuação

31.12.2016	Realizações (Nota 29.1)	<u>Transferência</u>	31.12.2017
15.021	(15.022)	15.022	15.021
37.554	_	(15.022)	22.532
01.01.2016	Realizações (Nota 29.1)	<u>Transferência</u>	31.12.2016
15.021	(15.021)	15.021	15.021
9.134	(9.134)		
24.155	(24.155)	15.021	15.021
52.575	_	(15.021)	37.554
	15.021 37.554 01.01.2016 15.021 9.134 24.155	15.021 (15.022) 37.554 - 01.01.2016 Realizações (Nota 29.1) 15.021 (15.021) 9.134 (9.134) 24.155 (24.155)	15.021 (15.022) 15.022 37.554 — (15.022) 01.01.2016 Realizações (Nota 29.1) Transferência 15.021 (15.021) 15.021 9.134 (9.134) — — 24.155 (24.155) 15.021

37.554 continua →



CNPJ 60.933.603/0001-78 - Companhia Aberta http://www.cesp.com.br



Secretaria de Energia e Mineração

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

OUTROS CREDITOS			
	31.12.2017	31.12.2016	01.01.2016
Circulante			
Créditos de alienação de bens e direitos	2.138	2.122	1.820
Créditos diversos (*)	34.664	35.893	25.767
(–) Perda estimada de créditos (Nota 7a)	(33.149)	(30.608)	(20.985)
FIDC - conta vinculada	_	14.655	9.692
Ordens de projetos - P & D	84.154	47.335	59.411
Outros (*)	6.654	2.138	1.163
(–) Perda estimada de créditos (Nota 7a)	(959)	(959)	(242)
	93.502	70.576	76.626
Não Circulante			
Créditos de alienação de bens e direitos	117	524	1.843
Bens destinados a alienação	1.361	1.361	1.361
•	1.478	1.885	3.204
Total	94.980	72.461	79.830
(*) Saldos de créditos com diversas empresas e entidades com as quais a Com	panhia mante	ém operações	s. Para cobrir

eventuais riscos na realização de alguns recebíveis, foram constituídos ajustes às perdas estimadas para alguns desses créditos no montante total de R\$ 34.108 (R\$ 31.567 em 31.12.2016 - Nota 7a).

CAUÇOES E DEPOSITOS VINCULADOS			
		Reapres	sentado
	31.12.2017	31.12.2016	01.01.2016
Não Circulante			
Depósitos Judiciais (a)			
Ações cíveis	347.373	360.728	353.220
Ações trabalhistas - recursais	110.020	104.146	83.404
Acões tributárias	38.406	36.708	32.690
Acões ambientais	640.733	627.308	581.322
Ações de desapropriações - Usinas CESP	55.123	56.960	60.909
Outros depósitos judiciais	3.036	2.815	2.527
	1.194.691	1.188.665	1.114.072
Cauções			
Depósitos vinculados - CCEE (b)	67.073	13.618	916
Depósitos vinculados - ANEEL (c)	264	262	_
Quotas subordinadas - FIDC (d) (Nota 19.1)		63.532	91.563
	67.337	77.412	92.479
Total	1.262.028	1.266.077	1.206.551
(a) Os depósitos judiciais estão registrados a valores históricos acrescidos de atualiz	ação e relacio	onados com p	rovisões para
riscos legais (Nota 24), no montante de R\$ 1.194.691, em 31 de dezembro de 2	017 (R\$ 1.18	8.665 em 31.	12.2016 e R\$
1.114.072 em 01.01.2016);	* *		

Crédito caucionado referente a garantia financeira, junto à CCEE, em conta mantida no Banco Bradesco S/A;

Depósito vinculado em garantia para elaboração do estudo de inventário hidrelétrico do trecho do Rio Pardo, no Estado de São Paulo, entre as UHE's Euclides da Cunha e Caconde.

Crédito caucionado equivalente a quotas pertencentes à CESP, vinculadas ao Fundo de Investimento em Direito Creditório/ FIDC IV - 190 quotas (Nota 19.1), que só poderiam ser resgatadas no vencimento da última parcela, concomitantemente com a liquidação do fundo, o que efetivamente ocorreu em maio/2017. O saldo das quotas era ajustado mensalmente pelo valor da cotação de mercado

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía créditos fiscais totais (nominais) no montante de R\$ 3.171.461, sendo: R\$ 2.375.160 de imposto de renda (formado por prejuízos fiscais de R\$ 619.471, diferenças temporariamente não dedutíveis de R\$ 1.488.619, ajuste do imobilizado - custo atribuído de R\$ 377.895, variação cambial sobre empréstimos e financiamentos de (R\$ 8.128) e atualização de saldo de depósitos judiciais de (R\$ 102.697)); e de contribuição social de R\$ 796.301 (formado por base negativa de R\$ 164.254, diferenças temporariamente não dedutíveis de R\$ 535.903, ajuste do imobilizado - custo atribuído de R\$ 136.042, variação cambial de empréstimos e financiamentos de (R\$ 2.926) e atualização de saldo de depósitos judiciais de (R\$ 36.972)).

Pela legislação tributária em vigor, o prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social são compensáveis com lucros tributáveis futuros, até o limite de 30% do resultado tributável de cada exercício, não estando sujeitos a qualquer prazo

Os saldos registrados até 31 de dezembro de 2017, de créditos de prejuízos fiscais - imposto de renda e base negativa de contribuição social diferidos, estão suportados por projeções financeiras preparadas pela Administração da Companhia para os próximos 10 anos, as quais são revisadas anualmente, conforme recomendado pelo Poder Concedente e determinado pela CVM, que demonstram, de forma consistente, a realização dos saldos de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e

As projeções e a correspondente realização dos créditos consideram o prazo limite de cada concessão, limitado a 10 anos, dada a subjetividade e incerteza atreladas às concessões.

As projecões adotam como premissas básicas de faturamento a quantidade física de energia (MWh) e precos contratados com distribuidoras através de leilões de energia (Produto 2009 Hidro e Produto 2010 Hidro; Nota 1.2); contratos de fornecimento de energia a consumidores livres com prazos de atendimento/fornecimento até 2027; a manutenção do nível de despesas operacionais e consideram a redução de despesas financeiras, que comprovam a obtenção de lucros tributáveis futuros. Composição dos saldos:

		Reapres	<u>sentado</u>
	31.12.2017	31.12.2016	01.01.2016
Imposto de renda			
Prejuízos fiscais registrados (a)	159.885	209.905	218.670
Prejuízos fiscais (não registrados)	459.586	390.645	395.221
Diferenças temporárias (não registradas):			
Provisões para riscos legais	646.366	596.738	584.941
Provisão Impairment - ČPC 01	744.127	785.025	785.025
Provisão UHE Três Irmãos (Parcela Ativo Regulatório)	136.880	136.880	136.880
Provisão compra de energia CCEE	21.739	_	_
Outras Provisões	41.135	44.148	31.970
CPC 33 Entidade de previdência a empregados	(101.628)	(101.628)	(101.628)
Ajuste do imobilizado - custo atribuído (ICPC 10) (b)	377.895	385.862	395.750
Variações cambiais líquidas sobre empréstimos e financiamentos (c)	(8.128)	(13.265)	18.851
Atualização de saldo de depósitos judiciais	(102.697)	(84.446)	(63.825)
	2.375.160	2.349.864	2.401.855
Contribuição social			
Base negativa registrada (a)	60.066	82.901	86.905
Base negativa (não registrada)	104.188	78.870	80.683
Diferenças temporárias (não registradas):			
Provisões para riscos legais	232.692	214.826	210.579
Provisão Impairment - CPC 01	267.886	282.609	282.609
Provisão UHE Três Irmãos (Parcela Ativo Regulatório)	49.277	49.277	49.277
Provisão compra de energia CCEE	7.826	_	_
Outras Provisões	14.808	15.893	11.509
CPC 33 Entidade de previdência a empregados	(36.586)	(36.586)	(36.586)
Ajuste do imobilizado - custo atribuído (ICPC 10) (b)	136.042	138.91Ó	142.470
Variações cambiais líquidas sobre empréstimos e financiamentos (c)	(2.926)	(4.778)	6.786
Atualização de saldo de depósitos judiciais	(36.972)	(30.400)	(22.977)
, ,	796.301	791.522	811.255
Provisão sobre créditos tributários não registrados	(2.588.296)	(2.456.697)	(2.430.481)
• • • • • • • • • • • • • • • • • • • •	583.165	684.689	782.629
(3) A1(04) 1 1 0047 (1) (1) 1 1 1 1 1 1 1 1 1			

Até 31 de dezembro de 2017, foi efetuada baixa do valor de créditos fiscais diferidos a crédito de resultado, no montante de R\$ 72.855, sendo R\$ 50.020 referentes ao imposto de renda e R\$ 22.835 à contribuição social. A realização do ativo diferido, ocorrida durante o exercício, refere-se ao Ajuste de avaliação patrimonial no valor de R\$

Desde o exercício de 2003, a Companhia adota o regime de caixa para tributação das variações cambiais auferidas. Como

consequência, o imposto de renda e a contribuição social diferidos foram registrados no passivo, às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, sobre as diferenças temporárias tributáveis, representadas pelas referidas variações cambiais ainda não realizadas sobre empréstimos e financiamentos não liquidados. A realização do passivo diferido, ocorrida no exercício, refere-se à realização da variação cambial no valor de R\$ 6.989.

O imposto de renda de R\$ 159.885 e a contribuição social de R\$ 60.066 diferidos, totalizando R\$ 219.951 deverão ser realizados

2019 2010 2020 2021

num prazo de até 10 anos. O imposto de renda e a contribuição social sobre o custo atribuído tem as realizações conforme a depreciação dos bens calculadas com base nas taxas definidas pela ANEEL. Abaixo demonstramos a realização do prejuízo fiscal e base negativa, bem como IR/CS diferido sobre custo atribuído: Exercícios 2022 2023 a 2025 2026 e 2027 2028 e 2029 Total

EXCIDIO	2010	2015			2022	<u> 2020 u 2020</u>	ZUZU C ZUZI	EUEU C EUEU	_ iotai
Prejuízo fiscal e base negativa (a)	21.005	7.524	16.565	15.902	27.650	70.554	60.751	_	219.951
Ajuste do imobilizado -									
custo atribuído (ICPC 10) (b)	10.839	10.839	8.399	14.975	15.553	46.658	31.105	375.568	513.937
Total	31.844	18.363	24.964	30.877	43.203	117.212	91.856	375.568	733.888
As estimativas de realização dos o	créditos t	ributário	s decor	rentes d	e prejuíz	zos fiscais, ba	se negativa o	de contribuição	o social e
provisões temporariamente não dedutíveis (do quadro acima) estão respaldadas nas projeções de lucros fiscais tributáveis da									
Companhia, que são revisadas periodicamente e aprovadas pelos órgãos da Administração. Essas projeções baseiam-se em									
premissas e o resultado final realizado pode divergir do projetado.									
AL MOYA DIEADO	•	J							

2022

Nao Circulante			
Almoxarifado	23.138	22.753	28.467
(-) Ajuste para redução ao valor realizável	<u>(19.554)</u>	(15.776)	
Total	3.584	6.977	28.467
Com o término das concessões das usinas Três Irmãos, Ilha Solteira e Jupiá remanescera	am itens de al	moxarifados q	ue não foram
contemplados na legislação para a transferência para os novos operadores dessas	usinas. Con	forme a MP i	n° 579/2012,
convertida na Lei nº 12.783/2013, a transferência para o novo operador das usinas que	tiveram a con	cessão vencio	la é somente
dos bens em operação vinculados para a produção de energia elétrica. A Companhia est	tá negociando	com os novo	s operadores
que tem interesse na aquisição de determinados itens. Dado que o custo dos aln	novarifados n	ode não ser	recunerável

em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 16 (R1) - Estoques, foi efetuado ajuste ao valor realizável dos almoxarifados dessas usinas de R\$ 15.776 em 2016. Havendo sucesso na alienação desses itens de almoxarifado, os respectivos custos serão realizados e a estimativa de perda revertida.

Em 2017 foi efetuado ajuste de R\$ 3.778 no saldo de almoxarifados relativos às usinas Porto Primavera e Paraibuna Em 18 de agosto de 2015 foi publicada a Medida Provisória (MP) nº 688, que dispõe sobre a repactuação do risco hidrológico de

geração de energia elétrica, instituiu a bonificação pela outorga e alterou outras leis setoriais. Em linhas gerais, o acordo de repactuação previa a participação apenas dos geradores participantes do MRE - Mecanismo de Realocação de Energia (voluntário) e distribuidoras (compulsório) e envolvia parcelas da garantia física de energia do agente gerador, referentes aos montantes dos contratos do Ambiente de Contratação Regulada - ACR e do Ambiente de Contratação Livre - ACL. A repactuação pelos geradores dependeu da anuência da ANEEL, com efeitos retroativos a 1º de janeiro de 2015 e, em

contrapartida, contemplou um prêmio de risco arcado pelos geradores e, como cláusula de eficácia, que cada agente abdicasse, individualmente, das ações judiciais referentes ao risco hidrológico. A referida MP foi convertida na Lei nº 13.203, de 8 de dezembro de 2015 e o detalhamento regulatório dos procedimentos da

repactuação ocorreu através da Resolução Normativa nº 684 de 11 de dezembro de 2015, que motivaram diversos estudos internos e debates nas associações setoriais e institucionais, principalmente durante a Audiência Pública da ANEEL A CESP decidiu e protocolou junto à ANEEL no dia 15 de janeiro de 2016, o requerimento de adesão à repactuação do Risco

Hidrológico no ACR. Em relação ao Ambiente de Contratação Livre, a decisão foi pela não adesão, causada pela não atratividade confirmada, inclusive, pelos demais agentes, uma vez que não houve adesão no ACL. Assim, devido aos critérios de elegibilidade definidos pela resolução da ANEEL, foram considerados somente os contratos da UHE Porto Primavera, quais sejam, 1º e 2º Leilão de Energia Nova ("Botox") e o 4º Leilão de Energia Existente (encerrado em 2016), cujos principais aspectos são:

- Transferência da energia secundária e do risco hidrológico (GSF) mediante o pagamento do prêmio de risco de R\$ 9,50/ MWh (valor de janeiro/2015);
- No ano de 2016, a CESP estava 100% protegida do GSF referente aos 350 MW médios contratados; No período de 2017 até 2028, quando termina a concessão da usina, a proteção será de 100% sobre os 230 MW médios referentes ao contrato "Botox"

- O impacto do deslocamento hidrológico no ano de 2015, referente a esses contratos ACR foi de R\$ 161 milhões e conforme critério da ANEEL, o ressarcimento foi de R\$ 103 milhões da seguinte forma:
- Contrato "Botox": postergação do pagamento do prêmio de risco por 4 anos e 6 meses (pagamento a partir de
- Contrato de Energia Existente: postergação do pagamento do prêmio de risco por 1 ano e extensão do prazo de outorga da UHE Porto Primavera por 53 dias. Nesse período, a garantia física da usina será contratada no ambiente regulado e sem risco de GSF.
- No dia 26 de janeiro de 2016 foi publicado no Diário Oficial da União, o Despacho ANEEL nº 190, de 25 de janeiro de 2016, anuindo a repactuação requerida pela CESP.

Considerando que as condições para a cobertura do risco hidrológico foram aceitas, a Companhia entregou no dia 29 de janeiro

de 2016 na ANEEL, o Termo de Repactuação assinado e o protocolo do requerimento de desistência da ação judicial. Com relação aos riscos, vide nota 32.7 - Risco Hidrológico e GSF (Generation Scalling Factor). Os impactos contábeis foram refletidos em 2015, conforme quadro abaixo: 2015

		Despesas Pagas			Redu	ção Compra
Repactuação risco hidrológico		Antecipadamente (Nota	10) Ir	ntangíve	Ene	rgia CCEE
Circulante		•				
Contrato 230 MWm		15.0	21	_		(15.021)
Contrato 120 MWm				26.134		(35.268)
		24.1		26.134		(50.289)
Não Circulante				20.10		(30.203)
Contrato 230 MWm		52.5	75	_	_	(52.575)
				06 104		
Total			30	26.134		(102.864)
O saldo do ativo intangível tem a seguinte composiç	ao:					
		31.12.2017		<u>31.</u>	<u>12.2016</u>	<u>01.01.2016</u>
	Custo	Depreciação/Amortização				
	Total	Acumulada	Líqui	ido Lí	quido	Líquido
Em Serviço						
Software e licença de uso	21.265	(4.965)	16.3	300	9.844	649
Repactuação risco hidrológico (*)	26.511	(4.193)	22.3	318	24.185	26.134
3 ()	47.776	(9.158)	38.6		34.029	26.783
Em Curso		(31.00)				
Software e licença de uso	1.242	_	1.2	242	6.359	13.761
Total	49.018	(9.158)	39.8		40.388	40.544
(*) A repactuação do risco hidrológico registrada						

julho de 2028, considerando o acréscimo de 53 dias na outorga da UHE Porto Primayera.

	A movimentação dos saldos de ativo intangível	está represer	itada por:				
	Em Serviço	31.12.2016	Adições	Depreciação	/Amortização	Ativações	31.12.2017
	Software e licença de uso	9.844			(2.726)	9.182	16.300
	Repactuação risco hidrológico	24.185			(2.112)	245	22.318
		34.029			(4.838)	9.427	38.618
	Em Curso						
	Software e licença de uso	6.3 <u>59</u>	4.310			(9.427)	1.242
	Total	40.388	4.310		(4.838)		39.860
	Em Serviço	01.01.2016	Adições	Depreciação	/Amortização	Ativações	31.12.2016
	Software e licença de uso	649	_		(1.679)	10.874	9.844
	Repactuação risco hidrológico	26.134			(2.081)	132	24.185
		26.783			(3.760)	11.006	34.029
	Em Curso						
	Software e licença de uso	13.761	3.604			(11.006)	6.359
	Total	40.544	3.604		(3.760)		40.388
5	ATIVO DISPONÍVEL PARA REVERSÃO						
	Composição do ativo disponível para revers				<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>	<u>01.01.2016</u>
	Ativo disponível para reversão				6.337.256	6.337.256	6.337.256
	Ajuste para impairment				(1.995.310)	(1.995.310)	(1.995.310)
	Ajuste ativo contingente				<u>(2.392.516)</u>	<u>(2.392.516)</u>	<u>(2.392.516)</u>
	Total provisões				(4.387.826)	<u>(4.387.826)</u>	(4.387.826)
	Ativo disponível para reversão (líquido)				1.949.430	1.949.430	<u>1.949.430</u>
	15.1 UHE Três Irmãos						

LÍQUIDO ATIVO

31.12.2017 31.12.2016 01.01.2016

Decorrente da Resolução Homologatória ANEEL nº 1.521 de 30 de abril de 2013, em 17 de abril de 2013 ocorreu o término da exploração econômica da UHE Três Irmãos pela venda de sua garantia física de energia pelo regime de preço A Companhia depreciou a usina até abril de 2013 e a reclassificou pelo valor residual contábil do ativo imobilizado, no valor de R\$ 3.529.080, para a rubrica "Ativo Disponível para Reversão", que será utilizado para confrontar com o valor da indenização por parte do Poder Concedente.

Em 1º de novembro de 2012, o Ministério das Minas e Energia - MME, em conjunto com o Ministério da Fazenda - MF, havia publicado a Portaria Interministerial nº 580, alterada pela Portaria Interministerial nº 602, de 29 de novembro de 2012, e revisada pela Nota Técnica da Empresa de Pesquisa Energética - EPE nº EPE-DEE-NT-100/2013-r0, de 9 de setembro de 2013 e Ofício ANEEL nº 126/2013-DR/ANEEL, definindo o valor da indenização da UHE Três Irmãos em R\$ 1.717.362, depreciada até março/2013 (valores referidos a junho/2012).

No quarto trimestre de 2013 foram realizadas diversas reuniões com a participação da Administração e técnicos da Companhia com o Ministério de Minas e Energia - MME e com a Empresa de Pesquisa Energética - EPE. Foram discutidos detalhadamente a composição dos valores da usina pelos cálculos da CESP e EPE e esgotados os entendimentos na

A Administração da Companhia entende que é seu direito receber o montante registrado e de acordo com os termos de seu Contrato de Concessão, continuará a discuti-lo judicialmente. Dada a existência de um ativo contingente e em atendimento ao CPC 25, que trata de Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, a Companhia constituiu ajuste para redução ao valor recuperável, em dezembro de 2013, de R\$ 1.811.718 (valor controverso), ajustando o valor de indenização proposto pelo Poder Concedente (valor incontroverso): Indenização da Administração Ajuste ativo contingente - UHE Três Irmãos (*) (1.811.718)

Valor líquido (incontroverso). Patrimônio Líquido Demonstração do Resultado (*) Composição do ajuste ativo contingente - UHE Três Irmãos Provisão Contribuição social Diferidos de avaliação patrimonial Parcela do ativo regulatório. 547.520 Provisão ativo contingente. 1.811.718 429.827 Em 27 de marco de 2014, o Ministério das Minas e Energia - MME, em conjunto com o Ministério da Fazenda - MF

publicou a Portaria Interministerial nº 129, definindo o valor da indenização em R\$ 1.717.362 (referido a junho/2012) e o

respectivo pagamento em parcelas mensais, no prazo de 7 anos e carência mínima de 90 dias para efetuar o primeiro pagamento. Condicionou o pagamento ao envio pela CESP de declaração constante no Anexo I da Portaria para recebimento da indenização. No entanto, o envio da declaração implicaria no reconhecimento, por parte da Companhia de que o valor de indenização estabelecido no Anexo I era suficiente para a cobertura do montante da parcela dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, não restando quaisquer valores a pleitear com relação à concessão nele indicada ou à forma de recebimento da indenização de que tratava esta Portaria Em 7 de abril de 2014 a Companhia enviou ofício para o Ministério das Minas e Energia - MME, manifestando OPOSIÇÃO à Portaria Interministerial nº 129/MME/MF em relação a (i) o valor de indenização a ser paga referente à UHE Três Irmãos (ii) o pagamento da indenização em parcelas mensais, a ser efetuado no prazo de 7 anos; e (iii) o dever de firma declaração que implica em reconhecimento, por parte da CESP, de que o valor estabelecido na Portaria é suficiente para a cobertura do montante da parcela de investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados

não restando quaisquer valores a pleitear com relação à concessão ou à forma de recebimento da indenização. Em 9 de julho de 2014, a Companhia ingressou na Justiça Federal, em Brasília, com Ação de Procedimento Ordinário com Pedido de Tutela Antecipada, em face da União, pleiteando o recebimento de indenização pelos investimentos ainda não amortizados, em vista da reversão dos bens e instalações da Usina Três Irmãos.

Nos autos da ação judicial, em despacho datado de 29 de julho de 2014, o juízo indeferiu o pedido liminar requerido pela CESP, voltado ao pagamento imediato de valor incontroverso, que monta a R\$ 1.717.362. A CESP adotou medidas para reverter a decisão por meio do recurso cabível, mas não obteve êxito na ocasião. Após a apresentação de contestação pela UNIÃO, em 28 de novembro de 2014, foi proferida nova decisão deferindo, em parte, a liminar pleiteada, para suspender a cláusula de renúncia (parágrafo único, artigo 3º da Portaria MME/MF nº 129/2014, de 28/03/2014), e determinar que a União processasse o requerimento administrativo de pagamento do valor incontroverso parceladamente, sem prejuízo da discussão judicial do montante total devido. Tal decisão, contudo, foi suspensa pelo Tribunal Regional Federal da Primeira Região em razão de recurso interposto pela União, que ao ser apreciado no âmbito do STJ, foi mantido o indeferimento do pedido de antecipação de tutela recursal para fim de concessão de restabelecimento da decisão de primeiro grau proferida, em 28 de novembro de 2014. O juízo deferiu em 09 de setembro de 2015 a produção de perícia de engenharia solicitada pela CESP, sendo que a perícia teve início "in loco" na segunda quinzena do mês de abril de 2017 e atualmente aguarda-se a apresentação do laudo a ser oferecido pelo perito do juízo. Em 29 de fevereiro de 2016houve decisão favorável ao ingresso do Estado de São Paulo na lide como interessado, com base no artigo 5º,

§ único da Lei nº 9.469/97. Em dezembro de 2015, nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 596/2013 a CESP encaminhou as diferenças entre o Projeto Básico e o Projeto Executivo dessa usina.

Quanto à operação da usina, em 28 de março de 2014, ocorreu o leilão para definição do novo operador da UHE Três Irmãos. O objeto do certame foi apenas a usina, sendo que o Canal de Pereira Barreto e as eclusas ficaram fora da disputa. A licitação foi vencida pelo Consórcio Novo Oriente, composto por um fundo de investimentos e Furnas, posteriormente denomínado TIJOÁ Participações e Investimentos S/A, com deságio de R\$ 0,87 em relação ao teto estabelecido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL (R\$ 31,623,036.87), No entanto, na mesma data, o Tribunal de Contas da União - TCU, através de medida cautelar, suspendeu o resultado do leilão e determinou que a ANEEL não celebrasse o contrato de concessão com os vencedores do certame enquanto analisava os impactos e repercussões do fato de o Canal Pereira Barreto e as eclusas não terem sido objeto da referida licitação.

Em 9 de abril de 2014, em reunião plenária, o Tribunal de Contas da União - TCU manteve a decisão que suspendeu a assinatura do contrato referente ao leilão da UHE Três Irmãos, até que o órgão julgasse o processo. Em 20 de agosto de 2014, o TCU autorizou a assinatura do contrato de concessão porque o governo apresentou proposta de que o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT assumiria a responsabilidade de operar a eclusa e o canal, mediante contrato a ser celebrado.

Em 10 de setembro de 2014, com interveniência do Fundo de Investimentos em Participações Constantinopla e de Furnas Centrais Elétricas S/A, a TIJOÁ Participações e Investimentos S/A assinou com o Ministério de Minas e Energia - MME, o contrato de concessão para geração de energia elétrica na Usina Hidrelétrica Três Irmãos, com 30 dias de operação assistida e com início de vigência em 10 de outubro de 2014, pelo prazo de 30 anos. Portanto, desde 10 de outubro de 2014, a responsabilidade pela concessão da UHE Três Irmãos é da TIJOÁ Participações.

Em 1º de outubro de 2014, a CESP assinou com a TIJOÁ Participações, contrato de prestação de serviços de operação e manutenção na UHE Três Irmãos e instalações associadas com prazo de duração de 6 meses, a contar do início da vigência em 10 de outubro de 2014, cujo objetivo era viabilizar a assunção, pela TIJOÁ, da operação completa, de forma ordenada. Este contrato foi encerrado em 09 de abril de 2015. Em 16 de outubro de 2014, a TIJOÁ Participações assinou com o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes

- DNIT, contrato para operação e manutenção das eclusas de Três Irmãos e do Canal de Pereira Barreto, no Rio Tietê, no Estado de São Paulo. UHEs Ilha Solteira e Jupiá

O Ministério de Minas e Energia - MME, na condição de Poder Concedente e a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL publicaram os seguintes documentos relativos as UHEs de Ilha Solteira e Jupiá:

- Portaria Interministerial MME/MF nº 580, de 1 de novembro de 2012, alterada pela Portaria nº 602 de mesma data, definindo o valor de R\$ 21.886.060,00 a título de indenização para a concessão de geração de energia elétrica da UHE Ilha Solteira;
- Portaria MME nº 123, de 14 de abril de 2015, alterada pelas Portarias MME nº 384, de 18 de agosto de 2015 e nº 429, de 11 de setembro de 2015, onde estabelece diretrizes para o leilão das concessões das usinas hidrelétricas
- iá amortizadas: Portaria MME nº 218, de 15 de maio de 2015, retificada pela Portaria nº 300 de 24 de junho de 2015 e pela Portaria nº 454 de 24 de setembro de 2015, determinando que o leilão para escolha do novo operador das UHEs Ilha Solteira
- e Jupiá seia realizado em 6 de novembro de 2015 Portaria MME nº 256, de 11 de junho de 2015, designando a CESP como responsável pela Prestação do Serviço de Geração de Energia Elétrica das Usinas Hidrelétricas Ilha Solteira e UHE Jupiá, a partir de 8 de julho de 2015,
- até a assunção do concessionário vencedor da licitação das Usinas Hidrelétricas: Em 8 de julho de 2015, ocorreu o término da exploração econômica das UHEs Ilha Solteira e Jupiá pela venda de sua garantia física de energia pelo regime de preço. A Companhia depreciou as usinas até junho de 2015 e as reclassificou pelo valor residual contábil do ativo imobilizado, para a rubrica "Ativo Disponível para Reversão". Nota Técnica nº 180/2015, de 13 de julho de 2015, da SGT/ANEEL - Superintendência de Gestão Tarifária da
- Agência Nacional de Energia Elétrica que estabeleceu o cálculo de RAG Inicial de Usinas Hidrelétricas, em regime de cotas, nos termos da Lei nº 12.783/2013, para o período de julho de 2015 a junho de 2016; cálculo este homologado em 28 de julho de 2015, através da Resolução Homologatória ANEEL nº 1.924;

continua →



CNPJ 60.933.603/0001-78 - Companhia Aberta http://www.cesp.com.br



Secretaria de Energia

e Mineração

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 A Medida Provisória nº 688, de 18 de agosto de 2015, convertida na Lei nº 13.203/2015, de 8 de dezembro de 2015, que instituiu a bonificação pela outorga, dispôs sobre a repactuação do risco hidrológico de geração de energia

elétrica, e alterou outras leis setoriais. Resolução nº 2, de 18 de setembro de 2015, do CNPE - Conselho Nacional de Política Energética em que estabelece

- os parâmetros técnicos e econômicos das licitações de concessões de geração de energia elétrica. Em 1 de outubro de 2015, o MME - Ministério das Minas e Energia publicou a Portaria nº 458, em que definiu o valor de R\$ 2.027.810,00 como indenização da UHE Ilha Solteira, relativo ao projeto básico, nos termos da MP nº 579/2012, convertida na Lei nº 12.783/2013, referenciados a preços de junho de 2015, considerando a depreciação e a amortização acumuladas a partir da data de entrada em operação das instalações e até 30 de junho de 2015. Para a UHE Jupiá, o Governo Federal considera que não há valor a indenizar.
- Em 9 de outubro de 2015, foi ajuizada pela CESP, ação indenizatória em face da União Federal, para o fim de que esta seja condenada a pagar à Companhia o montante devido a título de reversão dos bens e instalações vinculados à exploração da concessão da UHE de Ilha Solteira e da UHE de Jupiá, considerado o custo histórico atualizado dos ativos em questão de R\$ 1.561.240.516,13.
- Em 28 de outubro de 2015, o MME Ministério das Minas e Energia publicou a Portaria nº 500, adiando para 25 de novembro a realização do leilão das concessões de 29 usinas hidrelétricas já amortizadas, incluindo as de Ilha
- Em dezembro de 2015, nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 596/2013 a CESP encaminhou a comprovação da realização de investimentos em modernizações e melhorias vinculadas aos bens reversíveis das UHE's Ilha Solteira e Jupiá, cujo saldo em 30 de julho de 2015 totalizava R\$ 230 milhões. Apesar do Poder Concedente ainda não ter divulgado a forma de pagamento da remuneração dos ativos e de existirem incertezas quanto a homologação dos investimentos realizados, a expectativa da Administração sobre a indenização desses ativos indica a recuperabilidade dos saldos registrados
- A União Federal apresentou sua resposta à ação em 16.02.2016 e a CESP em 03.05.2016 reforçou suas alegações e direitos e além de requerer prova pericial contábil, documental. Aguarda-se a designação de perícia.
- Em 16/06/2016, a União se manifestou em petição de uma única lauda no sentido de que não há provas a produzir, uma vez que há nos autos provas documentais suficientes.
- Em 26/08/2016, o Estado de SP peticiona pelo ingresso como assistente simples da CESP.
- Em 04/11/2016 foi publicada decisão intimando as partes acerca do pedido de ingresso do Estado de São Paulo como assistente simples para que CESP e União se manifestem no prazo de 15 quinze dias.
- Em 27/03/2017, o juízo federal deferiu o ingresso do Estado de São Paulo.
- Em 10 de julho de 2017, a CESP protocolizou petição manifestando-se acerca dos documentos e informações juntados pela União, e manifestou-se sobre as diferenças entre seus cálculos do VNR e os elaborados pela EPE/União.

Tendo em vista que o Poder Concedente já se manifestou formalmente quanto ao valor de indenização dessas usinas, estabelecido em apenas R\$ 2.028, a Companhia entende que é seu direito em receber o montante registrado, considerado o custo histórico atualizado, e continuará a discuti-lo judicialmente. Dada a existência de um ativo contingente e em atendimento ao CPC 25, que trata de Provisões. Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e em face da Resolução ANEEL nº 596/2013, a Companhia constituiu ajuste para desvalorização desses ativos (ativo contingente), no valor de R\$ 580.798, ajustando o valor registrado até o desfecho da disputa judicial, conforme abaixo demonstrado:

	EMP	REENDIME	NIO
Composição do ativo disponível para reversão	Ilha Solteira	_ Jupiá	Total
Ativo disponível para reversão	2.165.858	642.318	2.808.176
Ajuste para impairment	(1.657.484)	(337.826)	(1.995.310)
Ajuste ativo contingente (*)	(379.464)	(201.334)	(580.798)
Total provisões	(2.036.948)	(539.160)	(2.576.108)
Ativo disponível para reversão (líquido)	128.910	103.158	232.068
(*) Composição do ajuste ativo contingente UHE's Ilha Solteira e Jupiá	EMP	NTO	
	Ilha Solteira	_ Jupiá	Total
Usina	2.165.858	642.318	2.808.176
Ajuste para impairment	(1.657.484)	(337.826)	(1.995.310)
Subtotal	508.374	304.492	812.866
Portaria MME nº 458 de 01.10.2015	(2.028)	_	(2.028)
Modernização e melhoria Res. nº 596/2013 ANEEL	(126.882)	(103.158)	(230.040)
Subtotal	(128.910)	(103.158)	(232.068)
Provisão Ativo Contingente	379.464	201.334	580.798
BILIZADO			

16 IMOBILIZ

Total

–☆ continuação

O saldo do ativo imobilizado em servico segregado por natureza de bens, com os comentários contidos nas Notas 16.1 a 16.5 tem a seguinte composição:

					Reapres	sentado
	Taxas Anuais		31.12.2017		31.12.2016	01.01.2016
	Médias de		Depreciação			
	Depreciação %	Custo Total	Acumulada	<u>Líquido</u>	_Líquido_	_Líquido
Em Serviço						
Terrenos		299.036	_	299.036	295.391	293.555
Reservatórios, Barragens e Adutoras	2,0%	9.303.154	(5.334.054)	3.969.100	3.956.317	4.136.392
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	2,3%	2.329.162	(1.313.665)	1.015.497	1.040.580	1.088.545
Máquinas e Equipamentos	2,9%	2.728.606	(1.424.222)	1.304.384	1.376.913	1.421.538
Veículos	6,9%	6.146	(3.707)	2.439	2.781	762
Móveis e Utensílios	0,6%	3.752	(2.573)	1.179	1.329	2.348
		14.669.856	(8.078.221)	6.591.635	6.673.311	6.943.140
P&D						
Máquinas e Equipamentos		(795)	58	(737)	(787)	
		14.669.061	(8.078.163)	6.590.898	6.672.524	6.943.140
Em Curso						
Terrenos		1.301		1.301	1.895	1.895
Reservatórios, Barragens e Adutoras		_	_	_	82.873	71.472
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias		_	-	-	26.865	27.164
Máquinas e Equipamentos						
em Manutenção		_	-	-	2.384	11.743
Máquinas e Equipamentos						
em Montagem		_	_	_	_	12.946
Outros					5.728	7.594
		1.301		1.301	119.745	132.814
Total		14.670.362	(8.078.163)	6.592.199	6.792.269	7.075.954
E 44 1			0.74			

Em 11 de agosto de 2015, a ANEEL emitiu a Resolução Normativa nº 674, que aprovou a revisão do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE e manteve as taxas anuais de depreciação, para os ativos em serviço outorgado do setor elétrico. As taxas anuais de depreciação adotadas no serviço público de energia, para os bens vinculados de geração,

O saldo do ativo imobilizado é líquido da redução ao valor recuperável (impairment) registrados no valor de R\$ 2.308.617, sendo R\$ 2.301.703 da UHE Engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera) e R\$ 6.914 da UHE Jaguari.

Reversão

A movimentação dos saldos de ativo imobilizado está representada por:

					Impairment			
	31.12.2016	<u>Adições</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Ativações</u>	(Nota 29)	Baixas	31.12.2017	
Em Serviço								4
Terrenos	295.391	_	_	1.213	2.801	(369)	299.036	١
Reservatórios, Barragens								
e Adutoras	3.956.317	_	(180.219)	_	193.002	_	3.969.100	
Edificações, Obras Civis								
e Benfeitorias	1.040.580	_	(52.562)	_	27.479	_	1.015.497	
Máquinas e Equipamentos	1.376.913	_	(77.054)	506	4.383	(364)	1.304.384	
Veículos	2.781	_	(342)	_	_	_	2.439	
Móveis e Utensílios	1.329		(158)		22	(14)	1.179	
	6.673.311		(310.335)	1.719	227.687	(747)	6.591.635	
Obrigações Bens de P&D								
Máquinas e Equipamentos	(787)		50				(737)	
	6.672.524		(310.285)	1.719	227.687	(747)	6.590.898	
Em Curso								
Terrenos	1.895	3.421	_	(1.213)	(2.802)	_	1.301	
Reservatórios, Barragens								
e Adutoras	82.873	81	_	_	(25.374)	(57.580)	_	
Edificações, Obras Civis								
e Benfeitorias	26.865	37	_	_	(26.902)	_	_	
Máquinas e Equipamentos								
em Manutenção	2.384	_	_	_	(2.384)	_	_	
Máquinas e Equipamentos								
em Montagem	_	1.117	_	(506)	(611)	_	_	
Outros	5.728	293			(6.021)			
	119.745	4.949		(1.719)	(64.094)	(57.580)	1.301	
Total	6.792.269	4.949	(310.285)		163.593	(58.327)	6.592.199	
			R	anrecented				

Máquinas e Equipamentos									
em Montagem	_	1.117		- (506)	(611)	_	_	
Montagem									
	119.745	4.949		- (1.	719) (6	4.094)	(57.580)	1.301	
Total	6.792.269	4.949	(310.28	5)	- 10	63.593	(58.327)	6.592.199	
'				Reaprese	entado				
			_		Reclassi-	Ajust Real	e Valor izável		
	04 04 0046	A -1! - 2						04 40 0046	
F Comics	01.01.2016	<u>Adições</u>	<u>cıaçao</u>	_coes	Baixas	<u>(Notas</u>	13 e 28)	31.12.2016	
	000 555			0.405	(000)			005.004	
		_	-		(299)		_	295.391	
Edificações, Obras Civis		_	(180.241)	166	_		_	3.956.317	
	1.088.545	_	(48.523)	984	(426)		_	1.040.580	
Máquinas e Equipamentos	1.421.538	_	(75.199)	37.347	(6.773)		_	1.376.913	
	762	_	(110)	2.129	_		_	2.781	
Móveis e Utensílios	2.348		(545)	16	(490)		_	1.329	
	6.943.140	_	(304.618)	42.777	(7.988)		_	6.673.311	
Obrigações Bens de P&D									
Máquinas e Equipamentos			8	(795)			_	(787)	
	6.943.140	_	(304.610)	41.982	(7.988)		_	6.672.524	
Em Curso			-						
Terrenos	1.895	2.135	_	(2.135)	_		_	1.895	
Reservatórios, Barragens e Adutoras	71.472	11.571	_	` (170)	_		_	82.873	
				(- /					
e Benfeitorias	27.164	713	_	(1.012)	_		_	26.865	
Máquinas e Equipamentos				(,					
em Manutenção	11.743	307	_	(9.666)	_		_	2.384	1
Máguinas e Equipamentos				(51555)					
em Montagem	12.946	8.344	_	(28.203)	6.913		_	_	
Outros	7.594	436	_	(1.591)	-		(711)	5.728	
	132.814	23.506		(42.777)	6.913		(711)	119.745	
Obrigações Bens de P&D				()	3.010		\\		
Máguinas e Equipamentos	_	(795)	_	795	_		_	_	
	132.814	22.711		(41.982)	6.913		(711)	119.745	
				1	0.010		···/	10	

7.075.954 22.711 (304.610) (1.075) (711) 6.792.269 16.1 Imobilizado em curso O imobilizado em curso inclui, principalmente, gastos com modernização, repotenciação de máquinas e equipamentos para o parque gerador. Assim, à vista do CPC 20, a Companhia não efetua capitalização de juros sobre o seu ativo

imobilizado em curso por entender que não possui um ativo qualificável. A partir de 2009, os custos retardatários excedentes ao valor recuperável dos ativos integrantes da Usina Engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera), deixaram de ser capitalizados e passaram a ser registrados diretamente no resultado (Nota 29.2)

16.2 Concessões de energia elétrica

As concessões de geração da CESP foram outorgadas por decretos relativos a cada usina à época do início dos estudos e obras de construção, e foram agrupadas em um contrato de concessão assinado em 12 de novembro de 2004, abrangendo todo o parque gerador da Companhia:

Total de

Usina	Maquinas	Instalada	Fisica (*)	Entrada em	Prazo de
<u>Hidrelétrica</u>	em Operação	MW (*)	MW Médio	Operação (a)	Concessão (b)
Engenheiro Sérgio Motta	14	1.540,0	(c) 992,6	23.01.99	11.07.28
Jaguari	2	27,6	14,0	05.05.72	20.05.20
Paraibuna	2	87,0	50,0	20.04.78	09.03.21
Total	18	1.654,6	1.056,6 (a)		
(a) Da garantia física da CESP devem s	ser deduzidos o	consumo pro	óprio das usinas	e as perdas de t	ransmissão até o

Potência

Garantia

- (a) centro de gravidade do sistema. Estas deduções variam a cada ano, mas podem ser estimadas em até 3%
 - Prazo de concessão após o acréscimo de 53 dias, decorrentes da repactuação do risco hidrológico 2015 sobre a data original de 19.05.2028.
- Em 21 de dezembro de 2016, foi publicada a Portaria SPE/MME nº 258, que alterou a garantia física da UHE (c) Engenheiro Sergio Motta de 1.017 para 992,6 MW médios. Em 17 de março de 2017, a Companhia ajuizou ação ordinária em face da União, buscando a anulação da Portaria MME nº 258/2016 e em 01 de agosto de 2017, a União ederal apresentou contestação

Dados relacionados à potência e energia não revisados pelos auditores independentes. Dos Bens Vinculados à Concessão

De acordo com os Artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão e distribuição de energia elétrica, inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do . Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação. Determina, ainda, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada,

sendo aplicado na concessão. Custo atribuído (deemed cost) Em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 37 (IFRS 1) e ICPC 10, a Companhia optou pela adoção do custo atribuído para as usinas integrantes da infraestrutura de geração, ajustando os saldos de abertura na data de transição em 01/01/2009 pelos seus valores estimados por avaliadores independentes.

De acordo com o ICPC 10, em 01/01/2009, o efeito líquido de primeira adoção do custo atribuído para as usinas resultou em um aumento no ativo imobilizado de R\$ 3.553.278, em contrapartida da conta de imposto de renda e contribuição social diferidos de R\$ 1.208.115 (34%) e na conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial, no Patrimônio Líquido de R\$ 2.345.163. Os detalhes estão apresentados a seguir:

_	01.01.2009								
-		uído limitado cuperação (R		Valor contábil (R\$)	Mais (menos) valia (R\$)				
Engenheiro Sérgio Motta		8.917.5		10.912.754	(1.995.241)				
Ilha Solteira + Três Irmãos		7.780.0		3.326.400	4.453.660				
Jupiá		1.207.2		275.394	931.894				
Paraíbuna		141.2		20.905	120.391				
Jaguari		45.6		3.044	42.574				
Total		18.091.7		14.538.497	3.553.278				
Impostos diferidos					(1.208.115)				
Efeito no patrimônio líquido					2.345.163				
		Imobilizado	Tri	butos diferidos	Patrimônio				
Movimentação:		R\$	Ati	vo/(Passivo) R\$	Líquido R\$				
Saldo inicial em 01.01.2009		3.553.278		(1.208.115					
Realizações		(5.096.727)		1.732.887	, 7 (3.363.840)				
Saldo em 31.12.2016		(1.543.449)		524.772	(1.018.677)				
Realização no período (depreciação)		<u>31.867</u>		(10.835) <u>21.032</u>				
Saldo final em 31.12.2017		(1.511.582)		513.937	(997.645)				
				31.12.2017					
		Imobilizado	Tri	butos diferidos	Patrimônio				
<u>Usina</u>		R\$	Ati	vo/(Passivo) R\$	Líquido R\$				
UHE Engenheiro Sérgio Motta (Menos Valia)		(1.562.048)		531.096	(1.030.952)				
UHE Paraibuna		37.666		(12.807)	24.859				
UHE Jaguari		12.800		(4.352)	8.448				
Total		(1.511.582)		513.937	(997.645)				

O valor de Ajuste de Avaliação Patrimonial, remanescente, de R\$ 997.645 em 31.12.2017 (R\$ 1.018.677 em 2016). corresponde basicamente à "menos valia" apurada sobre a Usina de Porto Primavera, que será realizada pela transferência para a conta de Lucros acumulados, à medida da depreciação ou realização daqueles ativos. Redução ao valor recuperável de ativos - *Impairment*

Cumprindo o CPC nº 01, anualmente a Administração prepara estudos internos para avaliar a capacidade de recuperação do valor contábil do ativo imobilizado do parque gerador da Companhia em suas operações futuras, considerando os seguintes componentes e premissas:

Fluxo de caixa futuro das operações, descontado a valor presente, para cada usina considerada como o menor nível de unidade geradora de caixa. Esse fluxo abrange o período remanescente da concessão, sem incluir eventual período de prorrogação ou renovação;

Fluxo de caixa futuro do valor da indenização ao final da concessão, descontado a valor presente Taxa de desconto compatível com o mercado (2009: 6,69%; 2010: 6,24%; 2011: 5,70%; 2012: 4,95%; 2013: 5,73%; 2014:

5,44%; 2015: 6,75%; 2016: 7,11%; 2017: 6,06% a.a. líquida de imposto de renda). Em 31.12.2017 a Companhia realizou teste de recuperabilidade de suas UHEs e constatou que o valor contábil da UHE Jaguari encontrava-se abaixo de seu valor justo, enquanto que a UHE Engenheiro Sérgio Motta apresentou recuperação

de seu valor, frente à provisão ocorrida em 2008 (R\$ 2.467.094), conforme apresentado no quadro abaixo. A Administração da Companhia julgou por bem, contabilizar o *impairment* da UHE Jaguari e a reversão da provisão para redução ao valor recuperável da UHE Engenheiro Sérgio Motta, pelo montante líquido de R\$ 163.593.

					.12.2017
	<u>UHE</u>	Valor Contábil	Valor Justo	Impairme	nt/Reversão
	UHE Jaguari	38.946	37.148		(1.798)
	UHE Paraíbuna	62.724	62.724		` -
	UHE Engenheiro Sérgio Motta	6.347.281	6.512.672		165.391
	Total	6.448.951	6.612.544		163.593
7	ENERGIA COMPRADA PARA REVENDA				
				Reapres	sentado
	Circulante		31.12.2017	31.12.2016	01.01.2016
	Energia comprada para revenda (a)		113.162	11.924	76.394

11.924 76.394 200.117 Refere-se a contratos de energia comprada para revenda (Nota 29.1), para o equilíbrio do balanço energético do exercício Em 27 de setembro de 2017, a Companhia obteve, junto à Justiça Federal de São Paulo, liminar que determinou a suspensão dos efeitos da Portaria nº 41/2017 do Ministério de Minas e Energia (MME), bem como a desconstituição dos seus reflexos em face de contabilizações e liquidações financeiras na CCEE a partir de agosto/2017 (Nota 29.1). A portaria versa sobre a atualização dos parâmetros de aversão a risco nos modelos computacionais, que são utilizados para operação, formação de preço, expansão e cálculo de garantia física do setor elétrico, tendo impacto direto na fixação

de preços e comercialização de energia. O juiz determinou a suspensão dos efeitos e dos referidos reflexos determinados na portaria do MME até a decisão final Em 20.12.20117, o TRF/3 suspendeu: (i) a liminar, obtida em decisão de primeiro grau, (ii) a ordem de envio do processo ao Juízo Federal da 16ª Vara de Brasília para permanecer no Juízo Federal da 21ª Vara Cível de São Paulo. A CESP interpôs o recurso cabível que está pendente de julgamento.

18 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

8.1	Composição									
			31.12	.2017		31.12	.2016		01.01.2016	
				Não				Não		
		Circulante (Circulante		Circu	lante	Circulante		
		Encargos	Principal	Principal	_Total	Encargos	Principal	Principal	Total	Total
	Moeda Estrangeira									
	BNDES (1)	1.230	198.077	178.457	377.764	1.712	179.876	370.608	552.196	860.878
	Outras Instituições	70		943	1.013	72		1.065	1.137	1.617
		1.300	198.077	179.400	378.777	1.784	179.876	371.673	553.333	862.495
	Moeda Nacional									
	ELETROBRÁS (2)	3	5.152	4.752	9.907	5	5.152	9.904	15.061	20.214
		1.303	203.229	184.152	388.684	1.789	185.028	381.577	568.394	882.709
	Não existem cláusulas	restritivas (c	covenants)	sobre os co	ntratos d	e empréstir	nos e finar	nciamentos	vigentes	

Informações sobre operações em Moeda Estrangeira

O saldo de principal, em 31 de dezembro de 2017, de R\$ 376.534 (R\$ 550.484 em 31.12.2016) refere-se a contrato firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, em 4 de setembro de 2002, cuio montante original foi de US\$ 552.650 mil, com amortização do principal desde 15 de abril de 2005, em 88 parcelas bimestrais e corrigido pela UMBNDES, acrescido de *spread* básico de 1,91% a.a. e de descasamento de 0,95% a.a. com vencimento de juros a partir de 15 de abril de 2003. O referido contrato é garantido pela União e contra garantido pelo Governo do Estado. Trata-se de contrato de permuta, composto por dívidas repactuadas anteriormente no contexto do "Plano Brady", referente a "Bônus ao Par" no valor de US\$ 325.516 mil e "Bônus de Desconto" no valor de US\$ 227.134 mil.

18.3 Informações sobre operações em Moeda Nacional

- Saldo de principal de R\$ 9.904 (R\$ 15.056 em 31.12.2016), referente aos financiamentos com a ELETROBRAS, Saldo de R\$ 9.586 (R\$ 14.587 em 31.12.2016) refere-se ao principal de financiamentos para obras civis e montagem (a)
- eletromecânica da Usina de Porto Primavera, com pagamento mensal remunerado à taxa de 5% a.a., vencíveis até 30 de novembro de 2019. Saldo de R\$ 318 (R\$ 469 em 31.12.2016) refere-se ao principal de financiamentos para aquisição de materiais e
- equipamentos, formalizados através de Instrumento de Reconhecimento de Débito/IRD, com pagamento trimestral remunerado à taxa fixa de 8% a.a., vencíveis até 15 de agosto de 2020.

18.4 Composição do saldo devedor de principal em moeda estrangeira: 31.12.2017

			0111212017			011122010			01.01.2010	
			US\$ mil (*)			US\$ mil (*)			US\$ mil (*)	
	<u>Moeda</u>	R\$ mil	(Equivalente)	%	R\$ mil	(Equivalente)	%	R\$ mil	(Equivalente)	%
	US\$	377.477	114.110	100,00	551.549	169.234	100,00	859.799	220.190	100,00
18.5	Cronograma	de vencin	nentos de princ	ipal de e	mpréstim	os e financiame	ntos do	Passivo n	ñão circulante:	
					•	Moeda Estrar	ngeira	Mo	eda Nacional	Total
					US\$ I	mil (*) (Equivaleı	nte) R	mil	R\$ mil	R\$ mil
	De 2019 a 202	20				53.	947 178	3.458	4.615	183.073
	De 2021 a 202	24					285	942	137	1.079
						54.	232 179	9.400	4.752	184.152
	(*) Convert	ido para U	IS\$ à taxa de R\$	3,3080 €	m 31 de c	dezembro de 201	7 (R\$ 3,2	2591 em 3	1.12.2016).	
18.6	As principais		e indexadores	de emp	réstimos	e financiament	os apres	sentaram	as seguintes v	variações

percentuais:

TD ICD-M ICD-DI

31.12.2017

Circulante Encargos Principal Total

	NOS EXERCICIOS		IPCA	<u>IK</u>	IGP-IVI	IGP-DI
	2017	1,50	2,95	0,57	(0,52)	(0,42)
	2016	(16,54)	6,29	2,03	7,17	7,18
19	FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS - FIDC					

- FIDC IV. 19.1 FIDC IV Em 18 de junho de 2007 ocorreu o ingresso do FIDC IV, no montante de R\$ 1.250 milhões, sob a coordenação do Banco Bradesco S.A., em conjunto com os bancos Itaú BBA, Votorantim, ABC Brasil e Fator, com prazo de 10 anos, amortização mensal de principal em 111 parcelas, vencimento final em 08 de maio de 2017 e pagamento de juros mensais, indexados

no ambiente regulado. Os recursos das operações destinaram-se à liquidação de obrigações do serviço da dívida da Companhia

Na estruturação do FIDC CESP IV há a previsão que a ocorrência de qualquer dos eventos ali relacionados, será considerado como Evento de Avaliação. O Administrador do Fundo convocará Assembleia Geral que decidirá se tal evento deva ser considerado como Evento de Liquidação. Se esta for a decisão, deverão ser iniciados os procedimentos

pelo CDI + 1,75% a. a.. O fundo estava vinculado a 138 contratos de venda de energia oriundos de leilão de energia nova

estabelecidos no Regulamento para a liquidação do Fundo. Conforme previsto, o FIDC CESP IV foi liquidado em 08 de maio de 2017.

continua →

31.12.2016 01.01.2016

Total

Total

01.01.2016



CNPJ 60.933.603/0001-78 - Companhia Aberta http://www.cesp.com.br



Secretaria de Energia e Mineração

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 20 DEMONSTRATIVO DE EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E FIDO

DEMONSTRATIVO D				Nota	Encargos Fina				_	Periodicidade de Pagamentos	_			ão <u>31.12.</u>			1.01.2016
Moeda Estrangeira	<u>Contra</u>	to	Moeda	<u>Explicativa</u>	Anuais (Final		Encargos (Fevereiro, Abril, Jui	nho, (Fevereiro, Abril, Junho,	1.300	Circulante 198.077	179.4			otal 53.333	Total 862.495
BNDES Outras Instituições	;	, OPAULO	US\$ US\$	18.2 item 1	ÚMBNDE Div (0,8125%	ES	outubro 2	2019 Ago	osto, Outubro, Deze	embro) Agosto, Outubro, Dezembro)	1.230 70	198.077 –	178.4 9			52.196 1.137	860.878 1.617
Moeda Nacional		OFAULU	034		LIBOR) até 8		abril 20	24 Se	emestral (Abril e Ou	tubro) Semestral (Abril e Outubro)		5.152	4.7	752 9		1.137 15.061	1.617 20.214
Eletrobrás	ELETR	OBRÁS - RGR	R\$	18.3 item 4	Taxa Fixa = 5	5% a.a.	novembro	2019	Mensal	Mensal Trimestral (Fevereiro, Maio,	3 -	5.152 5.001	4.7 4.5			15.061 14.587	20.214 19.588
Outras Dívidas		OBRÁS - IRD	R\$		Taxa Fixa = 8	3% a.a.	agosto 2	020		Agosto, Novembro)	3	1 <u>51</u>	1	<u>68</u>	322	474 33.151	626 309.322
Fundo de Investimo em Direitos Credit	ento tórios		D 4	19	. ===:	0.01					_	_		_		33.151	309.322
20.1 Movimento	FIDC I\		R\$	DC	1,75% a.a	+ CDI	maio 20)17	Mensal	Mensal Total Geral	1.303	203.229	184.1	52 388		33.151 5 1.545	309.322 1.192.031
	ção de Empréstimo al em 31.12.2016		Mo	eda Nacional 15.061		ingeira 53.333	FIDC 83.151	Total 651.545	Tra	ano CV - Cobertura vigente após 31 ata-se de suplementação adicional quase o saldo da conta de aposentadoria	ue será conc	edida conco	mitanteme				
Juros e Com	nissõeslonetárias		—	903		32.481	595 1.155	33.979 1.155	. op	oção do participante. As opções de rec Renda mensal vitalícia sem continuaç	cebimento de	renda são:	прпоссо р	or anniator	do converse	.o, quo uo	Jonatia da
Variações C Amortização	ambiais de Principal			(5.321)		1.957 30.966)	- (84.901)	1.957 (271.188)) 3.	Renda mensal vitalícia com continuaç Renda mensal por prazo certo que po	oderá ser de	10,15 ou 20					
	o de Juros em 31.12.2017			(736) 9.907	3	28.028) 3 78.777		(28.764) 	! rei	participante poderá optar por recel manescente não gere uma renda infe					ento único,	desde qu	ie o saldo
	al em 01.01.2016			eda Nacional 20.214 1.460	8	ingeira 6 62.495 47.293	FIDC 309.322 3.079	Total 1.192.031 51.832	<u>Aná</u>	culos e Movimentações lise de Sensibilidade to sobre a obrigação de benefício d	lafinida sa:				BSPS	BD	CV
Variações M	lonetáriasambiais					33.328)	24.677	24.677 (133.328)	7 - tax	ta de desconto for reduzida em 0,5% ta de desconto for aumentada em 0,5%							
Amortização	o de Principal o de Juros			(5.357) (1.256)	(17		(253.927)	(435.258) (48.409)) <u>Flux</u>) Estii	o de Caixa Projetados mativa das contribuições da patroc							
Saldo final TRIBUTOS E CONTR	em 31.12.2016 RIBUIÇÕES SOCIAI		···· —	15.061	5	53.333	<u>83.151</u>	651.545	⁼ Paga	mativa das contribuições dos empr amentos esperados de benefícios d	lo planos:	-	_				
Circulante							.12.2016 <u>(</u>		2019 2020	B 9 0					. 390.542	30.06	4 5.361
COFINS sobre receitas					2.	.811 .343	10.356 2.234	14.017 3.026	2021 2022	1 2					. 385.848 . 382.057	29.70	3 5.296
ICMS sobre fornecir Parcelamento PERT Imposto de renda so	2017 (*)				14.	.180 .152 _	3.111 - -	4.578 - 18.981	a) C	7onciliação dos ativos e passivos							
Contribuição social s Encargos sociais s/f	sobre o lucro					_ .470	- 3.848	9.745 4.585	5	or da obrigação atuarial líquida			2016 954.134)	2017 (711.567)	2016 (648.964)	2017 (57.422)	2016 (37.139)
Impostos e contribui	ções sociais de pres	tadores de serviç	ços			.670 . 626	1.525 21.074	1.654 56.586	. Valo	or justo dos ativos dos planosto to do limite para reconhecimento	4.3		.227.402	756.278	694.750	70.869	
(*) Movimenta Parcelamen	ção: to PERT 2017								Tota	ativo de benefício definido al do ativo (passivo) líquido		95.633 <u>)</u> (2	273.268 <u>)</u> —	<u>(44.711)</u> <u>–</u>	<u>(45.786)</u>	<u>(13.447)</u> 	<u>(19.787)</u>
Principal (No	.2016 ota 29.2)							5.419	·	lovimentação do passivo atuarial		BSPS 017	2016	B	D 2016	2017	2016
Impacto no	(Nota 30) resultado ntos							17.673	yalo Valo	or presente da obrigação atuarial total l to dos serviços correntes	líquida (3.95			(648.964) (10.388)	(511.667) (9.640)	(37.139) (3.761)	(31.596)
Saldo 31.12	.2017rovisória nº 783, de s							14.152	Cust Gan	to dos jurosho/(Perda) atuarial		32.251) (3	434.799) 307.733)	(67.499) (15.590)	(65.015) (86.265)	(3.775) (18.252)	(3.764) (1.585)
Programa E	special de Regularia a-Geral da Fazenda	zação Tributária		3 ,		,		,	a Bene Valo	efícios pagos or presente da obrigação parial total líquida			376.971	30.874	23.623	5.505	
A Instrução	Normativa RFB n° eral do Brasil, a Med	1.711, de 16.06.	,	,	es, regulamento	ou, no ân	nbito da Se	ecretaria d		lovimentação do ativo do Plano	<u>(4.23</u>	BSPS	934.134)		(648.964)	(57.422)	(37.139) CV
A CESP fez	a opção pelo PERT gados pela Secretaria	no dia 22.09.20	17 para	incluir débitos					Valo	or justo do ativo do plano		017	2016 .743.348	2017 694.750	2016 621.025	2017 56.926	2016
se encerrava	a em 30.11.2017.								Cont Cont	tribuição do empregadortribuição do empregado		17.070 15.851	143.471 14.876	4.033 5.682	4.184 5.565	711 4.026	228 3.898
em dezembi	ia recolheu 20% dos ro/2017, e o saldo res								o Rend	tribuições recebidas pelo fundo - emp dimento esperado dos ativos do plano dimento dos ativos do plano		_ 28.219	454.687	72.569	79.234	6.083	4.622
social em ja ENTIDADE DE PREV		GADOS							sup Bene	perior/inferior à taxa de desconto efícios pagos			247.991 376.971)	10.118 (30.874)	8.365 (23.623)	8.628 (5.505)	
- Contrato de Benefío	ia Cuplomentor		Circ	31.12. ulante Não C	.2017 Sirculante <u>To</u>		.12.2016 C	70tal	Valo	or justo do ativo do plano Iovimentação do Passivo Atuarial	4.3		.227.402	756.278	694.750	70.869	
Proporcional Salda	do - BSPS (Nota 22. rel - CV (Nota 22.3.2)	3.1)		186	_ 1.771 1.	_ .957	129.845	438.821		do do Possivo/(Ativo) Atuarial		BSPS 017	2016	2017	<u>2016</u>	2017	2016
 Contrato de Dívida Ajuste CPC 33/IAS 	outros (Nota 22.3.3)		(186)	(1.771) (1.9	-	27.713 157.558) _	52.014 (490.835)	(Red	do do Passivo/(Ativo) Atuarial ceita) despesa do exercício tribuições pagas pela empresa		7.070) (*	_ _ 143.471)	4.603 (4.033)	6.270 (4.184)	(349) (711)	
22.1 Planos de E								_	Cont Mud	tribuições dos participantes para o pla lanças no efeito limitador de ativo de	ano (1	5.851)	(14.876)	_	(2.361)	· -	(2.282)
	atrocina planos de os beneficiários, co								(Gar	nefício definido líquido ao teto de ativo nho)/Perda a ser reconhecido imediata · Outros Resultados Abrangentes	mente)6.574) 20.405	158.347	(5.925)	275	(8.435) 9.495	994
•	social. A Fundação s pela CESP.	o CESP é a er	ntidade	responsável p	ela administra	ção dos	planos de	benefício	s Efeit	to das remensurações reconhecidas e do do Passivo/(Ativo) Atuarial	m ORA		158.347	(570)	275	1.060	994
	avés de negociaçõe erística principal o m				-					lovimentação de Outros Resultados	_	BSPS			D		cv
e 30% do sa	alário real de contrib	uição como conti	ribuição	definida. Essa	reformulação t	eve como	o objetivo ed	quacionar	o (Gar	nhos)/perdas atuariais decorrentes experiência do plano		017 8.551)	2016 63.356	2017 (57.388)	2016 6.802	2017 15.084	_2016
seus empre	gados outros benefíc o plano para o bene	cios como assistê	ència mé	dica e odontolo	ógica.	·			(Gar	experiencia do pianonhos)/perdas atuariais decorrentes mudança de premissa financeira	·	00.802	190.408	72.978	76.262	3.168	
estabelecida	a como contribuição vremente pelo parti	definida é parit	tário ent	re a Companh	ia e os empre	gados ba	aseado em	percentua	al (Gar de i	nhos)/perdas atuariais decorrentes mudança de premissa demográfica		_	53.969	_	3.201	_	12
periodicame	nte, por atuário inde Suplementar Prop	pendente.		•					Hence (su	dimento dos ativos do plano perior)/inferior à taxa de desconto nho)/perda sobre as contribuições	(4	12.756) (2	247.991)	(10.118)	(8.365)	(8.628)	(13.732)
suplementa	ção que aderiram ao estarem aposentado	novo modelo im	plement	ado a partir de	1º de janeiro d	de 1998, d	e vierem a	se desliga	r, dos	s participanteslanças no efeito do limite para		-	-	(117)	-	(129)	-
do serviço a	nterior à data da refo do e desde que este	ormulação do nov	vo plano	de suplementa	ação. O benefíc	io será pa	ago após de	esligament	reco Mov	onnecimento de ativo no período rimento em ORA durante o exercício	o	06.574) 32.921	98.605 158.347	(5.925) (570)	(77.625) 275	(8.435) 1.060	
22.2 Demonstra	ç ão do Passivo a se a avaliação atuarial e	er registrado de	acordo	com CPC 33 (R1)/IAS 19				•	omponentes do resultado do exercí		BSPS 017	2016	B	D 2016	2017	2016
determinado	os pelo CPC 33 (R ⁻ efinidos - BD é como	1)/IAS 19, a con		•					e Cust	to do serviço correnteto de juros sobre a obrigação			434.799	10.388 67.499	9.640 65.015	3.761 3.775	3.233
22.2.1 Premissas		o ooguo.			2017		2016	3	Reno Desp	dimento sobre os ativos financeiros pesa/(Receita) sobre o "teto do ativo".	(42	28.219) (4 28.939	454.687) 19.888	(72.569) 4.850	(79.234) 14.053	(6.083) 2.096	
Premissas: Taxa utilizad	la para o desconto a	valor presente d	lo passiv	-	BSPS BD		SPS BD	CV	- (Red	tribuição do empregadoceita)/despesa do exercício despesa/(Receita) estimada para 201		<u> </u>		(5.565) 4.603	(3.204) 6.270	(3.898) (349)	
Taxa de reto	orno esperada sobre lizada para o descon	os ativos do plan	no	9	9,73% 9,73% 9	9,73% 10	,59% 10,59	% 10,59%	9, 5	ospesa/(neceita) estimada para 201				BSPS	201 BD	8 CV	TOTAL
Taxa de cres Taxa de infla	scimento salarial ação de longo prazo.				na 3,00% 4,50% 4,50% 4	na i 1,50% 4	na 3,00 ,50% 4,50	% na % 4,50%	Cust Cust	to do serviço correnteto de juros sobre a obrigação				393.394	12.104 67.801	5.815 5.331	17.919 466.526
	itividade ortalidade				AT 2000	•	Experiência AT 20	00	Desp	dimento esperado sobre os ativos do pesa/(Receita) sobre o "teto do ativo".	· · · · · · · · · · · · · · · · · · · ·			9.305	4.350	(6.810) 1.308	(481.819) 14.963
	utrada em invalidez ortalidade de inválido				segregada por LIGHT-FRAC AT - 49		Masculina/F LIGHT-FF AT - 4	RACA	(Red	tribuição do empregado ceita)/despesa do exercício acionamento financeiro dos planos					(4.249) 7.696	(3.010) 2.634	(7.259) 10.330
Quantidade	ortalidade de invalido e de participantes: ipantes ativos				AI - 49 395 592	543	578 80		Para	a equacionar e garantir o fluxo de caixa trios independentes (BSPS e plano de	entre a CES	P e a Funda	ção CESP,	parte do pa			
N° de partic	pantes inativos - apo pantes inativos - apo	osentados sem se	er por in	validez			1.273 1.5°		pela cont	Companhia em 1997, com interveniê ratos de mútuos e contrato de ajuste c	ència da Seci de reservas a	etaria Nacio a amortizar, o	nal de Pre	evidência C	omplementa	ır (SPC) n	a forma de
	pantes inativos - per				1.029 172	53 3D	976 16	63 50 CV	22.3.1 Con Refe	itrato de Benefício Suplementar Pro eria-se a saldo de contrato de ajuste d	porcional Sadas reservas	aldado matemática	s para a c	obertura de	e déficit técn	ico atuaria	al existente
Ativos	s dos Ativos do pla			2017 201	6 2017	2016	2017	2016	origi	a Fundação CESP até 31 de outubro inal previa amortização em 240 parce	elas mensais	, desde 31 d	de dezemb				
Recebível				683 21.	184 278 .600 63	55 52	2 –	12	Em 2	-DI, acrescido de juros de 6% a.a. ou o 28 de abril de 2004, o contrato foi repa portização, em 143 parcelas, mensais	ctuado entre	as partes, c	om carênc				
) (*)		4.5	10.402 4.298. 11.108 4.319.	.829 762.740	699.123	3 115.635	103.188	nove	nortização em 143 parcelas mensais embro de 2017, ora quitado. 28 de outubro de 2016, foi celebrad			•				
Obrigações			(17	9.295) (91.1	137) (6.462)	(4.373)) (523)	_	_ Em :	Lo do odtubio de 2010, ioi celebrad	o autivo pro	uganuu 0	PIGEO IIII	ue ou de	HOACHIDIO	uu 201/	Jana or ue

(*) Composto por títulos públicos, fundos de investimentos, investimentos imobiliários, empréstimos entre outros. Avaliação Atuarial

Valor justo

–☆ continuação

21

22

Na avaliação atuarial dos planos foi adotado o método do crédito unitário projetado. O ativo líquido dos planos de benefícios é avaliado pelos valores de mercado (marcação a mercado).

(1.290)

.......... <u>4.330.237</u> <u>4.227.402</u> <u>756.278</u> <u>694.750</u>

70.869

(44.243) (46.262)

A Companhia reconhece os ganhos ou perdas atuariais no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes.

22.2.2.1 Plano BSPS - Cobertura vigente até 31 de dezembro de 1997:

Fundos não Previdenciais (1.576)

Trata-se de cobertura do tipo Benefício Definido relativa a um Benefício Definido Saldado, que concede um Benefício Suplementar Proporcional Saldado (B.S.P.S.), na forma de renda vitalícia reversível em pensão, aos participantes inscritos até 31/12/97, de valor definido em função da proporção do tempo de serviço passado acumulado até a referida data, a partir do cumprimento dos requisitos regulamentares de concessão. A responsabilidade total pelas insuficiências atuariais dessa cobertura é da Patrocinadora CESP.

22.2.2.2 Plano BD - Cobertura vigente após 31 de dezembro de 1997:

Trata-se de cobertura do Tipo Benefício Definido, que concede renda vitalícia reversível em pensão, relativamente ao tempo de serviço passado acumulado após 31/12/97, na base de 70% da média salarial mensal real, referente aos últimos 36 meses de atividade, limitado o salário mensal a 10 vezes o valor da Unidade de Referência - URE, que corresponde ao valor de R\$ 1.031,87 na data da implantação do Plano, atualizado nas mesmas épocas e nos mesmos índices de reajustamento geral de salário concedido pela Patrocinadora, deduzindo-se, dos 70% dessa média salarial mensal real, o correspondente ao valor médio real da Unidade de Referência - URE relativa também aos últimos 36 meses de atividade. No caso de morte em atividade e de entrada em invalidez, os benefícios incorporam todo o tempo de serviço passado (inclusive o acumulado até 31/12/97) e, portanto, não incluem apenas o tempo de serviço passado acumulado após 31/12/97. A responsabilidade pelas insuficiências atuariais dessa Cobertura é compartilhada paritariamente entre a Patrocinadora e os participantes (inclusive os assistidos) e, portanto, somente 50% da insuficiência do Ativo do Plano para cobrir o valor presente da obrigação atuarial do Plano será de responsabilidade da Patrocinadora CESP.

Em 28 de outubro de 2016, foi celebrado aditivo prorrogando o prazo final de 30 de novembro de 2017 para 31 de dezembro de 2027, mantendo as demais condições contratadas. Anualmente, ao final de cada exercício, o superávit ou déficit apurado na avaliação atuarial é integrado ou deduzido do

saldo do contrato e as parcelas de amortizações futuras são recalculadas com base no novo saldo do contrato. Em 2017, o saldo foi zerado em decorrência do superávit apurado no exercício.

22.3.2 Contrato de Equacionamento do Plano de Contribuição Variável - CV

Refere-se ao saldo de contrato de ajuste das reservas matemáticas para cobertura de déficit técnico atuarial existente com a Fundação CESP relativo ao Plano de Contribuição Variável - CV. Em conformidade com a legislação, qualquer déficit apurado no plano CV deve ser equacionado por patrocinadora e participantes ativos e assistidos, na proporção da formação dos recursos. O contrato foi celebrado em 20 de junho de 2017 e o saldo corresponde ao montante de responsabilidade da patrocinadora, a ser quitado em 137 parcelas mensais, até junho de 2028, com atualização pelo IGP-DI acrescido da taxa de juros real utilizada na última avaliação atuarial. Anualmente, o saldo será revisto em decorrência

22.3.3 Contrato de Dívida

de eventuais ganhos ou perdas apuradas nas reavaliações atuariais do plano.

Referia-se a saldo de contrato de confissão de dívida de liquidação de retenção de reservas com início em 31 de dezembro de 1997, que previa amortização em 96 parcelas mensais e atualização pela variação da TR e juros de 8% a.a. Ao final de cada exercício contábil da Fundação, compara-se o resultado obtido com o custo atuarial (IGP-DI + 6% a.a.), prevalecendo aquele que apresentar o maior resultado.

Em 28 de abril de 2004, ambos os contratos foram repactuados entre as partes, com carência de 24 meses para pagamento do principal e amortização em 143 parcelas mensais e sucessivas, a partir de janeiro de 2006, com vencimento final em 30 de novembro de 2017, ora quitado.

Conforme previsto, estes contratos foram quitados em 30 de novembro de 2017. Conforme mencionado acima, os contratos mencionados no item 21.3 possuem cláusula variável de reajuste anual de

acordo com o custo atuarial, portanto, representam, na essência, garantias para o equacionamento financeiro do plano de benefícios. Em virtude desse fato, o passivo da CESP é registrado de acordo com o CPC 33/IAS 19. Em 31 de dezembro de 2017, a diferença entre os saldos apresentados desses contratos e o valor do passivo, registrado de acordo com o CPC 33/IAS 19 é decorrente da diferença de metodologias utilizadas entre a CESP e a Fundação CESP

para avaliar a situação financeira dos planos de benefícios, e que são ajustadas anualmente pelos efeitos dos ganhos e perdas atuariais ao longo do tempo (maturação do plano). Na essência, os contratos de dívida são considerados garantia para equacionamento do fluxo de caixa entre a Companhia

e a Fundação CESP. continua →



CNPJ 60.933.603/0001-78 - Companhia Aberta



http://www.cesp.com.br

Secretaria de Energia e Mineração

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

- 7 ₹ C	ontinuação NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMO	UNSTRAÇU	ES FINANC	EIRAS PAR	A
3 E	NCARGOS SETORIAIS	•	•		
			Reapres	sentado	
		31.12.2017	31.12.2016	01.01.2016	
С	irculante				
	Reserva Global de Reversão - RGR:				
	- Quota Mensal (a)	12.005	38.785	22.753	
	- Diferença de Quotas - 2014 (b)	_	_	70.969	
	- Diferença de Quotas - 2015 (g)	_	20.658	_	
	- Diferença de Quotas - 2016 (h)	11.192	_	_	
	Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	7.982	10.490	23.467	
	Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	243	556	1.246	
	Quotas para P&D - FNDCT (c)	1.057	905	1.836	
	Quotas para P&D - MME (c)	529	452	918	
	P&D - Projetos (d)	141.175	132.869	147.545	
	Encargos de Uso da Rede Elétrica - CUSD/CUST (e)	13.383	13.087	47.735	
	Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - TUSDg (f)	129	105	779	
		187.695	217.907	317.248	
N	ão Circulante				
	Reserva Global de Reversão - RGR:				
	- Diferença de Quotas - 2015 (g)	_	_	20.658	
	- Diferença de Quotas - 2016 (h)	_	11.192	_	
	- Diferença de Quotas - 2017 (i)	1.466			
		189.161	229.099	337.906	
(8	a) Quota de dezembro/2017 de RGR, no valor de R\$ 3.426, acrescida de 7 (se	ete) parcelas	de R\$ 1.226	3, a partir de	
	dezembro/2017, referentes à diferença de RGR de 2015 conforme despacho ANE	EL nº 3.733,	de 6 de noven	nbro de 2017.	
(i	 Diferença de quota RGR de 2014, cuja forma de pagamento foi homologada pe setembro de 2016. 	lo Despacho	ANEEL n° 2.5	62, de 23 de	

- Quotas provisionadas do Programa Anual de Pesquisa e Desenvolvimento P&D a serem recolhidas para o Fundo
- Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico FNDCT e para a Empresa de Pesquisa Energética EPE, em cumprimento à Lei n° 9.991, de 24 de julho de 2000. Saldo de recursos a serem aplicados em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento/P&D, atualizados pela SELIC.
- Encargos do uso do sistema de transmissão e distribuição CUST/CUSD, conforme Resoluções Homologatórias ANEEL $n^{\rm o}$ 1.917 de 30 de junho de 2015 e $n^{\rm o}$ 2.099 de 30 de junho de 2016. Encargos de uso do sistema de distribuição - TUSDg, conforme Resoluções Homologatórias ANEEL nº 1.591, de 28 de
- agosto de 2013 e nº 1.641, de 22 de outubro de 2013. Diferença de quota RGR 2015, cuja forma de pagamento foi definida pela ANEEL em setembro de 2017, conforme despacho ANEEL nº 2.927, de 13 de setembro de 2017 e retificada pelo Despacho ANEEL nº 3.733 de 6 de novembro de
- Diferença de quota RGR 2016, cuja forma de pagamento será definida pela ANEEL em 2018. (i) Diferença de quota RGR 2017, cuja forma de pagamento será definida pela ANEEL em 2019. PROVISÃO PARA RISCOS LEGAIS

A Companhia possui processos judiciais, perante diferentes tribunais e instâncias, de natureza trabalhista, tributária, cível e ambiental. A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais, constituiu provisões para aquelas que são consideradas perdas prováveis Composição:

Composição:	31.12.2016		Movir	nentação		31.12.2017
	Saldo	Atualização	Provisionamento/ (Reversão)	(–) Pagamentos	(-) Parcelamento (Nota 25.2.c)	Saldo
Trabalhistas			(110101010)	, , ,		
Ações diversas	240.790	24.925	87.849	(81.946)	_	271.618
Cíveis						
Ações diversas	29.403	2.299	374	(9)	-	32.067
Tributárias						
Ações diversas	22.432	2.069	317	(30)	-	24.788
Indenizações						
Ações ambientais	1.005.115	114.618	16.779	(29.714)	_	1.106.798
Ações cíveis	1.129.361	123.669	(13.946)	(33.329)	-	1.205.755
Desapropriações e						
indenizações						
Ações de desapropriações -						
Usinas CESP	232.613	25.654	(83.234)	(37.620)	_	137.413
Ações de desapropriações -						
empresas cindidas	214.581	18.533	(22.350)	(12.011)	(26.426)	172.327
Soma Indenizações e						
Desapropriações	2.581.670	282.474	(102.751)	(112.674)	(26.426)	2.622.293
Total	2.874.295	311.767	(14.211)	(194.659)	(26.426)	2.950.766
	01.01.2016		Movir	mentação		31.12.2016
			Provisionamento/	•	(-) Parcelamento	
	Saldo	Atualização	(Reversão)	(-) Pagamentos	(Nota 25.2(b)	Saldo
Trabalhistas						
Ações diversas	379.734	40.910	48.344	(58.295)	(169.903)	240.790
Cíveis				, ,	, ,	
Ações diversas	27.041	3.693	(766)	(565)	-	29.403
Tributárias			,	, ,		
Ações diversas	18.579	2.944	913	(4)	_	22.432
Indenizações				` '		
Ações ambientais	890.271	132.439	(17.141)	(454)		1.005.115
Ações cíveis	1.081.689	192.083	(122.888)	(21.523)	-	1.129.361
Desapropriações			` /	, ,		
Ações de desapropriações -						
Usinas CESP	221.284	40.285	(28.858)	(98)	-	232.613
Ações de desapropriações -			(/	(/		
empresas cindidas	171.483	24.124	21.250	(2.276)	_	214.581
Soma Indenizações e				(/		
Desapropriações	2.364.727	388.931	(147.637)	(24.351)	_	2.581.670
Total	2.790.081	436.478	(99.146)	(83.215)	(169.903)	2.874.295
Em 31 de dezembro de 2017	os riscos	legais, nas si	uas diferentes espé	cies, foram avalia	idos e classificado:	s segundo a
Em 31 de dezembro de 2017 probabilidade de risco econôm					idos e classificado:	s segundo a

Expectativa de Perda **Espécie** Possível 82.532 Ações trabalhistas . 436.373 271.618 82.223 285.059 Ações cíveis diversas 250.975 Ações tributárias..... 24.788 71.328 9.554 105.670 1.068.646 2.002.116 4.177.560 Ações ambientais 1.106.798 4.885.954 1.064.214 137.413 377.758 1.478.716 1.993.887 172.327 471.148 644.863 1.388 3.452.240 Total em 31 de dezembro de 2016. 5.976.889 2.874.295 Total em 1 de janeiro de 2016. 4.110.301 6.615.285 2.790.081

Em 31 de dezembro de 2017, o valor total pleiteado pelos demandantes nas diversas ações é de R\$ 12.529.366 (R\$ 12.303.424 em 31.12.2016). Nesta mesma data, a provisão total para os riscos judiciais com expectativa de perda provável é de R\$ 2.950.766 (R\$ 2.874.295, em 31.12.2016), sendo que a Companhia possui depósitos judiciais em garantia de processos no montante de R\$ 1.194.691 (R\$ 1.188.665 em 31.12.2016), referente a ações cíveis, trabalhistas, tributárias, ambientais e desapropriações Usinas CESP (Nota 11).

Em 01.01.2016, o total de provisões para riscos legais foi de R\$ 13.515.667, quando comparado com 31.12.2016 de R\$ 12.303.424 apresentou uma redução líquida de R\$ 1.212.243. Essa redução decorreu, principalmente, do êxito da Companhia, em instância jurídica final, sobre um processo de inadimplemento contratual, de natureza cível, que era classificado como expectativa de perda "remota", no valor de R\$ 2.159.289 em 31.03.2016 e que foi baixado em 30.06.2016, em contraposição às atualizações e movimentações de R\$ 947.046. Tal êxito resultou no pagamento de honorários ad exitum de R\$ 38.271, registrado na despesa em 2016 (Nota 29.2). A Administração da Companhia, embasada em pareceres de seus assessores legais, entende não haver riscos significativos

futuros que não estejam cobertos por provisões suficientes em suas demonstrações financeiras ou que possam resultar em impacto significativo no seu fluxo de caixa.

As principais ações encontram-se descritas resumidamente a seguir: Reclamações Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2017, as reclamações trabalhistas movidas contra a CESP montavam a R\$ 436.373 (R\$ 359.264 em 31.12.2016). A CESP mantém provisões registradas para enfrentar eventuais obrigações no montante de R\$ 271.618 (R\$ 240.790, em 31.12.2016), representadas por 719 ações judiciais. A Companhia mantém depósitos judiciais em garantia de processos, da ordem de R\$ 110.020 (R\$ 104.146, em 31.12.2016 - Nota 11).

A CESP é ré em 44 processos, cujo risco de perda é avaliado como provável, relacionados à insalubridade/periculosidade, que totalizam R\$ 70.805 (R\$ 60.946 em 31.12.2016). O restante dos processos refere-se a diversas ações cuja totalidade é de R\$ 200.813 (R\$ 179.844, em 31.12.2016) associados a 662 ações judiciais. Os processos trabalhistas com expectativa de perda possível totalizam R\$ 82.532 (R\$ 113.358, em 31.12.2016)

correspondentes a 727 processos, sendo 19 destes relacionados à Lei Estadual nº 4.819/58 que tratam de acões cuios reclamantes pleiteiam principalmente: (i) transferência da folha de pagamento diretamente da Fazenda do Estado de São Paulo; (ii) diferença de complementação de aposentadoria; (iii) devolução do desconto de PSAP; e (iv) devolução do desconto previdenciário (11%) decorrente da EC nº 20/98, no montante de R\$ 821 (R\$ 921, em 31.12.2016). O valor remanescente, de R\$ 81.711 (R\$ 112.437, em 31.12.2016), corresponde a 913 processos.

O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de Campinas - STIEEC moveu reclamação trabalhista ajuizada em 29.11.1994, requerendo o pagamento do adicional de periculosidade sobre toda a remuneração do empregado, nos termos da Lei nº 7.369/85, seu pleito foi acolhido em todas as instâncias da justica do trabalho. Na fase de execução (pagamento da obrigação), em audiência de 23.11.2016, no Tribunal Regional do Trabalho da 15ª

Região, a CESP e o Sindicato acolheram a proposta de conciliação da Desembargadora Vice-Presidente Judicial e da Desembargadora Coordenadora do Núcleo de Conciliação do TRT, a que foi homologada.

Em novembro de 2016, o valor para pagamento do acordo de execução de R\$ 169.903 foi reclassificado para Outras

Obrigações (Nota 25.2 (b)).

24.1.1 Possível impacto da atualização monetária sobre as provisões trabalhistas Em decisão tomada no dia 4 de agosto de 2015, o TST - Tribunal Superior do Trabalho mudou o entendimento e determinou

que os créditos trabalhistas passassem a ser corrigidos pelo IPCA-E - Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial e não mais pela TR - Taxa Referencial. A decisão foi tomada com base no julgamento feito pelo STF - Supremo Tribunal Federal, que reconheceu como inconstitucional o uso da TR, como índice de correção monetária, por não recompor integralmente o valor da moeda, não sendo apto então a repor o patrimônio lesado.

Em 14 de outubro de 2015, o STF deferiu liminar que suspendeu os efeitos da decisão proferida pelo TST. A Companhia avaliou em R\$ 34.388 (R\$ 25.554 em 31.12.2016) o possível impacto até 31.12.2017.

Acões Cíveis Diversas 24.2.1 Portarias do antigo Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - DNAEE

A CESP está envolvida em ações propostas por consumidores industriais objetivando a restituição dos valores pretensamente pagos a maior a título de tarifa de energia elétrica, durante o ano de 1986. Esses valores decorrem da majoração das alíquotas promovidas pelas Portarias nº 38 e nº 45, respectivamente de 28 de fevereiro e de 4 de março de 1986, do antigo DNAEE. As ações cujos riscos são avaliados como de perdas prováveis e possíveis, em 31 de dezembro de 2017, são R\$ 32.066 e R\$ 3.899, respectivamente (R\$ 29.403 e R\$3.690, em 31.12.2016).

Trata de ação declaratória com pedido de tutela antecipada movida pela AES Sul. Houve liminar autorizando a

recontabilização de valores na CCEE em favor da AES Sul, relativo ao período de racionamento ocorrido em 2001. A CESP e demais agentes obtiveram liminar afastando a recontabilização e liquidação determinadas por aquele juízo e passaram a integrar a lide. A Companhia já contestou a ação, a qual se encontra, até o momento, sem uma decisão da Justiça. A AES Sul pleiteia o direito de não optar pelo alívio, o que permite a liquidação na CCEE em seu favor, sendo a parte da CESP de aproximadamente R\$ 247.076 (R\$ 228.512 em 31.12.2016), cujo risco de perda é avaliado como possível. **Ações Tributárias**

A CESP está envolvida em ações judiciais tributárias no montante estimado de R\$ 105.670 (R\$ 97.457, em 31.12.2016), composto por R\$ 24.788 (R\$ 22.432, em 31.12.2016), com expectativa de perda considerada provável, referente a 10 processos judiciais e com depósitos em garantia no montante de R\$ 38.406 (R\$ 36.708 em 31.12.2016). Outras 115 ações, classificadas como de perda possível, totalizam R\$ 71.328 (R\$ 65.799 em 31.12.2016).

24.4 Ações Ambientais

A CESP responde a acões ambientais que têm por objeto, a implantação de escada de peixe, mata ciliar, unidade de conservação, proteção de encostas, reserva legal, lençol freático e indenização por perdas econômicas e danos

A estimativa da soma das ações, com risco de perda avaliado como provável e possível, alcança R\$ 2.175.444 (R\$ 2.039.271 em 31.12.2016) em 31.12.2017 conforme abaixo:

(h\$ 2.039.27 em 31.12.2016) em 31.12.2017, comorne abaixo.			
	<u>PROVÁVEL</u>	<u>POSSÍVEL</u>	TOTAL
Proteção de encosta	224.145	784.412	1.008.557
Descumprimento de acordo	651.094	205.781	856.875
Parques	190.721	_	190.721
Lençol freático	_	3.829	3.829
Outros	40.838	74.624	115.462
	1.106.798	1.068.646	
A Companhia mantém registrado o valor de R\$ 640.733 (R\$ 627.308 em 31.12.20	016) em depós	sitos judiciais	referentes a

processos ambientais (Nota 11).

Ações Cíveis - Usinas CESP

24.5.1 Ações de Pescadores

Existem ações em curso contra a CESP intentadas por pescadores da região da Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera), que pleiteiam indenização por perdas e danos decorrentes do enchimento do reservatório da referida usina até o limite de 257 metros acima do nível do mar. O montante total das ações cujo risco de perda é avaliado como provável e possível, em 31 de dezembro de 2017, é de R\$ 103.247 e R\$ 638.835 respectivamente, para 147 processos (R\$ 125.573 e R\$ 669.204 em 31.12.2016). Considerando a análise do mérito desses pedidos de indenização por parte de seus assessores jurídicos, análise do estágio dos processos e das decisões já proferidas na esfera judicial que na maioria dos casos têm sido favoráveis à Companhia, as quais indicam que os valores a serem pagos, quando assim decidido judicialmente, são substancialmente inferiores aos pretendidos pelos demandantes

24.5.2 Ações de Oleiros Ceramistas Trata-se de ações propostas por oleiros ceramistas impactados quando da formação da Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta. São 47 ações envolvendo o valor de R\$ 1.004.836 (R\$ 909.039 em 31.12.2016) com avaliação de risco de perda provável e R\$ 181.438 (R\$ 317.687 em 31.12. 2016) com risco de perda possível em 31 de dezembro de 2017. Os pedidos formulados são diversos, destacando-se, entre eles, o pedido de prorrogação do prazo de 8 anos estabelecido nos compromissos firmados entre a CESP e os impactados com o tempo para manutenção da atividade de oleiro

24.5.3 Ações de Inadimplemento Contratual e Outros

Existem 71 ações em curso contra a CESP que pleiteiam indenização por inadimplemento contratual e outros assuntos relacionados as usinas integrantes do seu parque gerador, sendo constituída provisão de R\$ 54.693 e R\$ 42.979 (R\$ 51.088 e R\$ 43.661 em 31.12.2016), relacionadas a processos cuja probabilidade de perda é avaliada como provável. Existem ainda outras ações consideradas com probabilidade de perda possível, sendo uma ação de inadimplemento contratual, que totaliza R\$ 32.789 (R\$ 31.355 em 31.12.2016) e 174 processos no montante de R\$ 211.152 (R\$ 229.122

Acões de Desapropriações - Usina CESP Estão constituídas provisões no montante de R\$ 137.413 (R\$ 232.613 em 31.12.2016) para 32 ações de desapropriações envolvendo a formação dos reservatórios de suas usinas, cujo risco de perda é avaliado como provável pelos assessores jurídicos da Companhia. As ações de desapropriações com expectativa de perda possível totalizam R\$ 377.758 (R\$ 349.664 em 31.12.2016) referentes a 3 processos judiciais.

No 4º trimestre de 2016 houve decisão favorável à Companhia em um processo de desapropriação Usinas CESP resultando na transferência de R\$ 1.033.731 de expectativa de perda possível para remota. Cumprindo cláusula contratual, foi constituída provisão para o pagamento de honorários ad exitum no valor de R\$ 16.622, registrado sob a rubrica Provisão honorários ad exitum na demonstração de resultados (Notas 25.2.d e 29.2).

Ações Cíveis/Desapropriações - Empresas Cindidas

Diversas ações estão em curso, nas quais se discute o valor da indenização a ser paga pela Companhia, em virtude da desapropriação de imóveis situados nas áreas das usinas, envolvendo obrigações e questões judiciais de empreendimentos das empresas de geração AES Tietê, Duke Energy e a CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (cindidas da CESP), cuja responsabilidade pelo pagamento das ações existentes até 31 de março de 1999 é da CESP. Em 31 de dezembro de 2017, o valor pretendido pelos expropriados correspondente a todas essas ações é de R\$ 644.863 (R\$ 625.908 em 31.12.2016). A CESP mantém registrada provisão de R\$ 172.327 (R\$ 214.581 em 31.12.2016) para as obrigações referentes às empresas decorrentes dos processos de cisão parcial, com expectativa de perda provável. Em novembro de 2017, o valor para pagamento de execução judicial de R\$ 26.426 foi reclassificado para outras obrigações

25 OBRIGAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS E OUTRAS OBRIGAÇÕES

25.1	Obrigações Socioambientais				
			31.12.2017	31.12.2016	01.01.2016
	Não Circulante				
	Reflorestamento (*)		41.150	49.250	81.000
	Licenciamento			28.800	22.750
	Implantação de parques				
			104.895	78.050	103.750
	(*) Refere-se ao compromisso de adquirir áreas e de re	alizar projeto			
	Ivinhema e Porto Primavera.	anzai projeto	o do ronorociamoni	, no raiquo	40 . 617.6,
	Não Circulante	31.12.2016	Provisão/(Reversã	a) (Nota 29)	31.12.2017
			1 TOVISAO/(TIEVEISA		
	Reflorestamento	49.250		(8.100)	41.150
	Licenciamento	28.800		(8.025)	20.775
	Implantação			42.970	42.970
		78.050		26.845	104.895
	Não Circulante	01.01.2016	Provisão/(Reversã	o) (Nota 29)	31.12.2016
	Reflorestamento	81.000		(31.750)	49.250
	Licenciamento	22.750		6.050	28.800
		103.750		(25.700)	78.050
25.2	Outras Obrigações				

Reapresentado 31.12.2017 31.12.2016 01.01.2016 Circulante Fundação CESP (a)... 526 7.983 10.246 Acordo judicial periculosidade (Nota 24) (b)..... 133.678 Acordo judicial cindidas (Nota 24) (c)..... 17.617 3.555 5.766 3.159 145.216 16.012 47.560 Não Circulante Reserva Global de Reversão - RGR (reversão/amortização)... 15.481 15.481 15.481 Acordo judicial periculosidade (Nota 24) (b)..... 21.656 Provisão honorários ad exitum (Nota 29.2) (d)...... Provisão PIS/COFINS sobre atualização depósitos judiciais...... 20.271 11.871 19.102 15.707

com o INSS, com avaliação de risco de perda provável. O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de Campinas - STIEEC moveu reclamação trabalhista ajuizada em 29.11.1994, requerendo o pagamento do adicional de periculosidade sobre toda a remuneração do empregado, nos termos da Lei nº 7.369/85, seu pleito foi acolhido em todas as instâncias da justiça do trabalho. Na fase de execução (pagamento da obrigação), em audiência de 23.11.2016, no Tribunal Regional do

Saldo de prestação de contas com a entidade de previdência e inclui principalmente contingência p

Trabalho da 15ª Região, a CESP e Sindicato acolheram a proposta de conciliação da Desembargadora Vice-Presidente Judicial e da Desembargadora Coordenadora do Núcleo de Conciliação do TRT, que foi homologada nos R\$ 169.903, sendo a 1a e 2a parcelas no valor de R\$ 14.569, quitadas, respectivamente, em 19.12.2016 e

17.01.2017.

O saldo remanescente será pago em 13 parcelas mensais e iguais e terão vencimento no 5º dia útil iii. A Fundação CESP foi excluída do processo e todos os empregados que aderiram ao acordo deram quitação

geral, plena e irrestrita, inclusive de eventual repercussão no Plano de Suplementação de Aposentadoria da

iv. O TRT homologou as verbas do acordo como natureza indenizatória, sendo que 70% do valor total correspondeu a juros e 30% de indenização de suplementação de aposentadoria e honorários advocatícios.

	Jaido				Jaido
	31.12.2016	<u>Transferênc</u>	ias (-) Pa	gamentos	31.12.2017
Circulante					
Acordo judicial periculosidade (Nota 24.1)	. 133.678	3 21.6	656	(129.076)	26.258
Não Circulante				(/	
Acordo judicial periculosidade (Nota 24.1)	. 21.656	(21.6	<u>56)</u>		
	155.334	į į	_	(129.076)	26.258
	Saldo F	Parcelamento	Transfe-	(-) Paga-	Saldo
0	01.01.2016	(Nota 24)	rências	mentos	31.12.2016
Circulante					
Acordo judicial periculosidade (Nota 24.1)	_	_	148.247	(14.569)	133.678
Não Circulante				(/	
Acordo judicial periculosidade (Nota 24.1)	_	169.903	(148.247)	_	21.656
, , , =		169.903		(14.569)	155.334
Em outubro de 2017 foi efetuado acordo judicial re	eferente a par		xecução de		
de transmissão de empresa oriunda da cisão da C novembro/2017.	CESP, no valo	r de R\$ 26.426	a ser pago	em 6 parcel	as a partir de

Circulante Execução judicial cindidas (Nota 24.7). 26.426 (8.809)17.617 Em novembro de 2016 houve decisão favorável à Companhia em um processo de desapropriação Usinas CESF resultando na transferência de R\$ 1.033.731 de expectativa de perda possível para remota. Cumprindo cláusula contratual e em atendimento ao CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, foi constituída provisão para o pagamento de honorários ad exitum de R\$ 16.622. Outro processo da mesma natureza, no valor de R\$ 3.649, também foi provisionado, totalizando R\$ 20.271. Em 2017 a Companhia desembolsou R\$ 15.094 em

Saldo

31.12.2016

Parcelamento

(Nota 24)

Saldo

31.12.2016

Saldo

continua –☆

27.150

Movimentação

Recebimentos

Adições

(-) Pagamentos 31.12.2017

A remuneração da Administração da Companhia em 2017 foi de R\$ 2.689 (R\$ 2.867 em 2016), estando esse valor relacionado

Cessão de empregados ..

Cessão de empregados

(c)

às remunerações fixa e variável no montante de R\$ 2.244 (R\$ 2.406 em 2016) e encargos sociais no valor de R\$ 445 (R\$ 461 As transações com partes relacionadas estão substancialmente representadas pelas seguintes operações

Saldo em 31.12.2017 em 31.12.201							em 31.12.2017
			A	tivo	Pa	ssivo	Resultado
			Circu-	Não Cir-	Circu-	Não Cir-	Receita/
Empresas Programme Empresas	Nota	Natureza da operação	lante	culante	lante	culante	_(despesa)_
Órgãos do Estado de SP (a)		Cessão de empregados	27.044	_	_	_	_
EMAE (b)		Aluguel/condomínio	_	_	980	_	(4.321)
Eletrobrás (c)	18	Empréstimos	_	_	5.155	4.752	(918)
Fundação CESP (d)	22	Entidade de previdência	_	_	_	_	(4.254)
							Acumulado
				Saldo em 3	31.12.20	16	em 31.12.2016
			A	tivo	Pa	ssivo	Resultado
			Circu-	Não Cir-	Circu-	Não Cir-	Receita/
<u>Empresas</u>	Nota	Natureza da operação	lante	culante	lante	culante	(despesa)
Órgãos do Estado de SP (a)		Cessão de empregados	27.150	_	_	_	_
EMAE (b)		Aluguel/condomínio	_	_	309	_	(4.334)
Eletrobrás (c)	18	Empréstimos	_	_	5.157	9.904	(1.254)
Fundação CESP (d)	22	Entidade de previdência	_	_	_	_	(7.786)
(a) Cessão de empregados, media	inte res	sarcimento, à Secretaria d	e Estado	da Fazenda	a, Transp	ortes, DAE	E e outros órgãos
da Administração do Estado de	e São F	aulo, acionista controlador	da Com	panhia.			
			31.12.	2016	Movim	entação	31.12.2017
			Sal	do Adi	ç <u>ões</u> R	ecebiment	os Saldo

01.01.2016

Saldo

19.090





CNPJ 60.933.603/0001-78 - Companhia Aberta Secretaria de Energia http://www.cesp.com.br e Mineração NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 🛶 continuação Contrato de locação de imóvel (edificações) de propriedade da EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S/A Relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, está sendo proposta a destinação do dividendo anual obrigatório, correspondente à 100% do lucro ajustado, conforme abaixo: (mesmo acionista controlador), que a Companhia utiliza para sua sede e seus escritórios administrativos, com o aluquel mensal atualizado de R\$ 127 (R\$ 119 em 31.12.2016) e condomínio de R\$ 190, registrado no passivo circulante em Prejuízo do exercício... (168.528) Contratos realizados entre a CESP e a Eletrobrás - Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (acionista da Companhia), referente (c) Destinações: ao principal de financiamentos (R\$ 39.593 mil) para obras civis e montagem eletromecânica da Usina de Porto Primavera, Saldo de lucros acumulados de 2016 (Nota 2.3)..... 180.647 com pagamento mensal remunerado à taxa de 5% a.a., vencíveis até 30 de novembro de 2019, bem como saldo de Realização de reserva de lucros a realizar (Nota 27.6)..... 34.593 principal de financiamentos (R\$ 1.386 mil) para aquisição de materiais e equipamentos, formalizados através de (21.032) Realização de ajuste de avaliação patrimonial (depreciação)..... Instrumento de Reconhecimento de Débito/IRD, com pagamento trimestral remunerado à taxa fixa de 8% a.a., vencíveis Lucro ajustado do exercício (saldo para distribuição de dividendos)..... 25.680 até 15 de agosto de 2020 (25.680)Contrato com a Fundação CESP (relativo a fundo de pensão dos empregados), de benefício suplementar proporcional Saldo de lucros acumulados...... saldado - BSPS, indexado pelo IGP-DI mais juros de 6,0% a.a. e saldo de contrato de confissão de dívida de liquidação A soma dos valores distribuídos, a título de dividendos e juros sobre capital próprio, representa 100% do Lucro Ajustado de retenção de reserva de plano previdenciário, indexado pelo TR mais juros de 8,0% a.a. e contrato de contribuição do exercício, atendendo ao disposto no Artigo 202 da Lei nº 6.404/76. PATRIMÔNIO LÍQUIDO Preiuízo do exercício (a).. Em atendimento ao disposto nas práticas de Governança Corporativa, apresentamos a composição acionária da Companhia, Quantidade de ações (b) 327.502.673 bem como dos acionistas detentores de mais de 5% das ações de cada espécie e classe, de forma direta ou indireta, até o nível Prejuízo por ação (a/b)..... R\$ (0,51459) de pessoa física 2017 Capital Social O capital social integralizado de R\$ 5.975.433 está dividido em 109.167.751 acões ordinárias, 7.399.122 acões Quantidade de ações (b)..... 327.502.673 preferenciais classe A e 210.935.800 acões preferenciais classe B. O capital social pode ser aumentado, conforme Dividendo por ação (a/b)..... Estatuto social, até o limite máximo de R\$ 17.926.300, mediante deliberação do Conselho de Administração. 2017 Os principais acionistas da Companhia, em 31 de dezembro de 2017, são os seguintes: Lucro ajustado do exercício (a) 25.680 Quantidades de Ações - Em Unidades 327.502.673 Ordinárias % Classe A 2017 Descrição Governo do Estado de São Destinação de dividendos 25.680 Dividendo por Ação Paulo e Companhias Ligadas 4.154 0,038050 Fazenda do Estado de São Paulo 102.706.383 94,08 7,18 117.841.549 35,98 15.135.166 Companhia do Metropolitano de São Paulo - METRÔ 8.026 0,038050 1.182.500 1.182.500 0,36 Total de dividendos obrigatórios Companhia de Saneamento 28 RECEITA Básico do Estado de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR's e Atualização de Preços São Paulo - SABESP ... 6.690 0.01 6.690 0,01 A CESP mantém contratos com 33 distribuidoras para o suprimento de energia, em decorrência dos leilões realizados Companhia Paulista (Nota 1.2). Esses contratos têm cláusula de atualização de preços com base na variação do IPCA, aplicada nas datas de 13.793.103 13.793.103 de Parcerias - CPP reajustes das distribuidoras com a ANEEL, conforme seque Outros. 2.175 0.00 4.400 Reajustes em 2017 Produtos e Preços R\$/MWh 103.897.748 95.17 28.932.669 13,72 132.830.417 40,56 Mês do 2009 a 2010 a Reajuste Credit Suisse Concessionárias Reajuste 2038 2039 no ano (%) Securities (Europe). 13.286.359 13.286.359 4,05 Energisa Bo.. Fevereiro 232.71 219.33 UBS AG (London Branch)...... 15.886.719 Ampla, Santa Cruz, CPFL Leste Paulista..... 15.886.719 233,48 220,05 4,76 Marco SPX Investimentos. 11.517.000 5.46 11.517.000 3.52 233,48 220,05 1,20 Março BLACKROCK, INC. Enersul, Cemat, CPFL Paulista, AES Sul, Coelba, Centrais Elétricas Brasileiras Cosern, Coelce, Energisa SE e Celpe..... Abril 234,06 220.60 4,57 S.A. - ELETROBRÁS ... 37.633 0.03 6.664.526 90,07 6.702.159 Maio 234,39 4,08 Cemig (b)... HSBC Bank PLC London...... 18.688.392 8,86 18.688.392 5,71 RGE e Copel The Bank of New York -Energisa Sul-Sudeste..... 221,09 2,16 7,32 ADR Department..... 33 677 0.03 159 724 193 401 0.06 4.225.378 541.937 21.983.486 10,42 26.750.801 8,17 234,58 221,09 3,00 Pessoas Físicas. 3,87 100.641.175 47,71 101.611.640 Celpa, EDP ES, Celesc, Elektro Redes, Celmar e Energisa PB..... Outras Pessoas Jurídicas 3.850 0,06 2,71 966.615 235,14 221,62 6.700 0,01 29.085 0,39 35.785 0,01 235.59 222.04 2,46 Setembro 182.003.131 86,28 194.672.256 5.270.003 7.399.122 100,00 4,83 Outubro 235.96 222.39 2,54 7.399.122 100,00 <u>210.935.800</u> <u>100,00</u> <u>327.502.673</u> <u>100,00</u> EDP São Paulo e Piratininga..... Outubro 235.96 222.39 2.54 Capital social integralizado por ações em R\$ Mil........ CEEE.. Dezembro 237,62 223.95 2,99 1.991.815 135.000 3.848.618 5.975.433 Reajustes em 2016 Produtos e Preços R\$/MWh Direitos das Ações Mês do 2009 a 2009 a 2010 a Reajuste As ações preferenciais classe A têm as seguintes características: 2038 2039 **Concessionárias** Reajuste 2016 no ano (%) A prioridade no reembolso do capital, sem direito a prêmio no caso de liquidação da Companhia; 220.88 208.18 Energisa Bo. Fevereiro 169.21 Dividendo prioritário anual, não cumulativo, de 10% (dez por cento), calculado sobre o valor do capital social Santa Cruz, Leste Paulista e Sul Paulista (a)..... Marco 170.73 222.87 210.06 11.70 integralizado representado por ações preferenciais classe A, a ser rateado igualmente entre estas; 10.36 Marco 170.73 222.87 210.06 Direito de indicar, juntamente com as ações preferenciais classe B, um membro do Conselho Fiscal e respectivo Enersul, Cemat, CPFL, AES Sul, Coelba, Cosern, suplente, escolhidos pelos titulares das ações, em votação em separado; Coelce, Energipe e Celpe..... 171,46 223,83 210,96 9,39 Abril Direito de participar dos aumentos de capital, decorrentes da capitalização de reservas e lucros, em igualdade 172,51 225,20 212,25 10,05 Abril Cemig (b). de condições com as ações ordinárias e as ações preferenciais classe B; Nacional, Caiuá, Vale Paranapanema e Bragantina (c) 172.51 225,20 9,28 Maio Não terão direito a voto e serão irresgatáveis; e Cataguazes e Copel..... Junho 173.85 9,32 Às ações preferenciais classe A, é conferido o direito previsto no Artigo 111, parágrafo 1º da Lei nº 6.404/76. Celtins e Eletropaulo As ações preferenciais classe B têm as seguintes características: Celesc, Celpa, Escelsa-D, Elektro, Cemar e Energisa PB Agosto 175,37 228,93 Direito ao recebimento de um valor por ação correspondente a 100% (cem por cento) do valor pago por ação ao 8,97 Setembro 176,14 229,94 acionista controlador alienante na hipótese de alienação do controle da Companhia: 147,58 Outubro 192,65 6,51 Ceb, Celg... Direito de participar em igualdade de condições com as ações ordinárias da distribuição do dividendo obrigatório 6,75 Bandeirante, Piratininga e CEEE-D..... Outubro 148,42 193,75 atribuído a tais ações nos termos do Estatuto Social; Light, Eletroacre. Novembro 149.04 194,56 183,37 6.59 Direito de indicar, juntamente com as ações preferenciais classe A, um membro do Conselho Fiscal e respectivo Em função da assinatura dos aditivos para a prorrogação dos contratos de concessão, a data de revisão tarifária suplente, escolhidos em votação em separado; destas concessionárias foi alterada de 3 de fevereiro para 22 de março de cada ano. Direito de participar dos aumentos de capital decorrentes da capitalização de reservas e lucros, em igualdade Cálculo com base ajustada para um período mais longo -> 13M devido à sua prorrogação; de condições com as ações ordinárias e as ações preferenciais classe A; Não foram apresentados os reajustes para 2017 dos clientes Nacional, Caiuá, Vale Paranapanema e Bragantina em Não terão direito a voto e não adquirirão esse direito mesmo na hipótese de não pagamento de dividendos; e virtude de prorrogação das tarifas vigentes, conforme Resoluções Homologatórias ANEEL 2.238, 2.239, 2.237 e 2.236, respectivamente, de 9 de majo de 2017. Cada ação ordinária nominativa tem direito a 1 (um) voto nas deliberações das Assembleias Gerais Energia Vendida Conforme disposto no Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, os acionistas, observadas as disposições legais Nos quadros a seguir é apresentada a energia vendida no exercício, bem como a quantidade e valores da sua distribuição e as condições previstas, poderão converter (I) ações preferenciais classe A em ações ordinárias e em ações por classe de consumo e por ambiente de comercialização: preferenciais classe B e (II) ações ordinárias em ações preferenciais classe A e em ações preferenciais classe B, Energia Vendida até 31 de Dezembro em ambos os casos, desde que integralizadas. As ações preferenciais classe B da Companhia são inconversíveis. 2017 2017 2016 2016 27.3 Reservas de Capital Fornecimento (1) **31.12.2017 31.12.2016 01.01.2016** 1.929.098 1.929.098 4.037.290 3.470.804 672.640 560.777 Remuneração das Imobilizações em Curso - Capital Próprio..... Saldo remanescente de créditos resultantes da capitalização da remuneração sobre recursos próprios utilizados durante a construção do ativo imobilizado, calculada até 31 de dezembro de 1998, aplicada às obras em andamento Agentes Comercializadores (2)..... 3.203.535 2.632.661 569.619 474.979 Ajuste de Avaliação Patrimonial Leilões de Energia (3) De acordo com o ICPC 10, em 01.01.2009, o efeito líquido da variação do valor do ativo imobilizado (incremento para Produto 5 CCEAR 2009-2016 591.757 98.234 alguns ativos, e decréscimo para outros), pela adoção do custo atribuído (Nota 16.4), líquido do imposto de renda e da Produto 6 CCFNV 2009-2038 contribuição social diferida, foi registrado no patrimônio líquido, na conta de "Ajuste de avaliação patrimonial". A realização Produto 7 CCENV 2010-2039... 1.296.480 1.300.034 282.418 266.276 é contabilizada na conta "Lucros acumulados" na medida em que a depreciação e a baixa do ajuste a valor justo do Produto CCEAR 2013-2014 18M..... imobilizado é reconhecida no resultado. MCSD (Produtos 1, 2, 3, 4 e 5)..... 334.931 55.539 Imobilizado Impostos diferidos Patrimônio 2.014.619 448.408 2.947.012 576.547 Ativo/(Passivo) R\$ Líquido R\$ 5.579.673 5.218.154 1.018.027 1.051.526 Saldo em 01.01.2016... Energia de Potência...... Realização no exercício (depreciação)..... 39.550 (13.447)792 Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (4) Energia de Curto Prazo - PLD 192.969 Liquidações de exercícios anteriores..... 35.097 22.266 13.164 1.875.894 <u>11.131.338</u> <u>10.176.969</u> 1.745.669 1.660.569 Refere-se a vendas de energia a consumidores livres, no Ambiente de Contratação Livre - ACL. Refere-se ao suprimento de energia às comercializadoras de energia elétrica no Ambiente de Contratação Livre - ACL. Refere-se ao suprimento de energia as concessionárias de distribuição de energia elétrica, através de Leilões (3) de Energia no Ambiente de Contratação Regulada - ACR e Mecanismo de Compensação de Sobras e

Diferenças - MCSD.

Mercado Regulado

Regime de Cotas

Receita Operacional Líquida

Total ..

2019

Leilões de Energia...

Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

Câmara de Comercialização E. Elétrica - PLD......

(*) Informação não revisada pelos auditores independentes.

UHE Ilha Solteira.....

Resumo por Ambiente de Comercialização

	riodiização no exercicio (depresiação)			(10.117)	
	Saldo em 31.12.2016	(1.543.449)		524.772	(1.018.677)
	Realização no exercício (depreciação)	31.867		(10.835)	21.032
		(1.511.582)		513.937	(997.645)
27.5	Outros Resultados Abrangentes - CPC 33 (R1)				
	A partir da adoção do CPC 33 (R1), os ganhos e perdas atuariais pa (outros resultados abrangentes). A sua movimentação está representa		r reconhec	idos no patri	mônio líquido
	(outros resultados abrangentes). A sua movimentação esta representa		.12.2017	31.12.2016	01.01.2016
	6.11.1.1.1.1				
	Saldo inicial		(337.258)	(177.642)	(137.792)
	Ajuste CPC 33 (R1) no exercício		(33.411)	<u>(159.616)</u>	(39.850)
	Saldo final		370.669)	(337.258)	(177.642)
27.6	Reservas de Lucros	_			
		31	.12.2017	31.12.2016	01.01.2016
	Reserva legal (a)		98.878	98.878	83.623
	Reserva estatutária (b)		405.546	405.546	405.546
	Reserva de lucros a realizar (c)		73.924	108.517	139.614
			578.348	612.941	628.783
	(a) A Beserva legal será constituída através da retenção de 5% do	lucro do exe	rcício soci	al. até o limit	e de 20% do

- Capital social: A Reserva estatutária poderá ser constituída pela retenção de até 20% do lucro do exercício social, conforme deliberação da Assembleia Geral, até o limite de 10% do Capital social;
- Na Assembleia Geral Ordinária, realizada em 30 de abril de 2010, foi aprovada a proposta de constituição da
- Reserva de lucros a realizar, tendo em vista que: O Lucro líquido do exercício de 2009, de R\$ 763 milhões, foi fortemente influenciado pelo resultado financeiro positivo de receitas de variações cambiais no montante de R\$ 665 milhões. Deste lucro, a parcela de R\$ 580
 - milhões referia-se a variações cambiais não realizadas financeiramente, devido à existência de passivos de longo prazo. O reconhecimento dessa receita não implicou em ingresso de caixa e constituiu-se em resultado não realizado. A realização dessa reserva vem ocorrendo por ocasião do pagamento das parcelas de principal dos empréstimos e financiamentos a cada exercício (Nota 18.5).
 - A Reserva de lucros a realizar acima citada foi constituída com base no Parecer de Orientação CVM nº 13/1987 e a Circular CVM/SNC/SEP nº 1/2006, e Inciso II, do Artigo 197 da Lei nº 6.404/76, referente às parcelas de variações cambiais a se realizarem até 2019.
 - Esta reserva, se não absorvida por prejuízos, será realizada de acordo com o cronograma abaixo, pelo valor das parcelas em cada ano de realização, as quais integrarão a base de dividendos das propostas de destinação de resultados aos acionistas, nos respectivos exercícios sociais, em conformidade com o inciso III, do Artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Composição das parcelas a realizar: **Exercícios**

Parcelas a Realizar

27.7

Proposta de Destinação do Resultado
De acordo com o artigo 45 do estatuto social da Companhia (abaixo), do saldo de lucro do exercício social após as
deduções previstas em lei, será destinado o valor para pagamento do dividendo prioritário das ações preferenciais classe
A, previsto no Artigo 4º, inciso I, letra b. Do saldo, será destinado valor para pagamento do dividendo anual obrigatório às
ações ordinárias e às ações preferenciais classe B, a ser rateado igualmente entre elas.
ARTIGO 45 - O lucro do exercício social, após as deduções previstas em lei, terá a seguinte destinação:
I. 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, até o
limite de 20% (vinte por cento) do capital social;

- Do saldo, será destinado valor para pagamento do dividendo prioritário das ações preferenciais classe A, previsto
- no Artigo 4°, inciso I, letra b;
- Do saldo, será destinado valor para pagamento de dividendo anual obrigatório às ações ordinárias e às ações preferenciais classe B, correspondente a 10% (dez por cento) do valor do capital social integralizado representado
- por estas ações, a ser rateado igualmente entre elas; Do saldo, até 20% (vinte por cento) poderá ser destinado conforme deliberação da Assembleia Geral, para reinversão na expansão das atividades previstas no Artigo 2º deste estatuto, até o limite de 10% (dez por cento) do
- Saldo terá a destinação deliberada em Assembleia Geral, observadas as retenções permitidas em lei, sendo que, no caso de distribuição de saldo remanescente às ações ordinárias e preferenciais classe A e classe B, esta se fará

Conforme Estatuto da Companhia, aos acionistas, havendo lucro suficiente para tanto, é assegurada a distribuição de dividendo anual obrigatório correspondente à 10% do capital social.

receita líquida apresentada na demonstração do resultado. 2017 RECEITAS OPERACIONAIS Receitas com Energia Fornecimento de energia.. 28.2 672.640 560.777 Suprimento de energia - Contratos..... Suprimento de energia de leilões 576.547 48.261 1.660.569 1.745.669 Suprimento de energia regime de Cotas..... 385.342 6.870 4.291 392.212 1.749.960 2.052.781 DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL Quota para a reserva global de reversão - RGR (47.573)(44.543)(14.738) Pesquisa e desenvolvimento - P&D..... (16.625)Imposto sobre serviços - ISS..... (168)(184)COFINS sobre receitas operacionais (129.971) (154.004)PIS sobre receitas operacionais...... (28.217) (33.435)Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos..... (47.881) (124.510) Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica - TFSEE (4.797)(10.890)(273.345) (384.191) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA 1.476.615

Inclui os valores de faturamento de energia disponível (PLD e MRE) comercializados no âmbito da Câmara de

7.240.825

__192.969

2.207.588

9.448.413

Em atendimento às exigências do CPC 30 (Receita), segue conciliação entre a receita bruta para finalidades fiscais e a

UHE Jupiá

...... 2.014.619 2.947.012

MWh (*)

R\$ Mil

474.979

576.547

1.612.303

<u>2017</u> <u>2016</u> <u>2017</u> <u>2016</u> <u>2017</u> <u>2016</u>

<u>569.619</u>

448.408

24.126

472.534

6.103.465 1.242.259

<u>9.050.477</u> <u>1.714.793</u>

2.947.012

R\$/MWh (Médio)

180,42

195,64

<u>178,15</u>

254.397

385.342

R\$ Mil

1.016 130.945

continua-

177,81

222,58

125,03

214,05

181,49

1.016



CNPJ 60.933.603/0001-78 - Companhia Aberta http://www.cesp.com.br



Secretaria de Energia e Mineração

(28.864)

(71.391)

31.12.2017 31.12.2016

3,32

(100.255)

(30.422)

(13.576)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(3.395)

2.558

(26.845)

(14.047)

CUSTUS E DESPESAS	
Apresentamos a Nota Explicativa com o detalhamento dos custos e despesas	operacionais 2017, alinhada com a nova forma de
apresentação:	
	0017

Outras Despesas (despesas) Custo com gerais e Outras receitas Energia Custo com adminisdespesas líquidas Natureza dos custos e despesas Elétrica Operação trativas operacionais (Nota 29.2) Total Energia comprada (Nota 29.1) .. (712.984) Encargos setoriais (Nota 29.1). (120.853)(120.853)Créditos de COFINS/PIS sobre encargos do sistema de transmissão..... 17.655 17.655 (24.041) (113.577) (137.618)Pessoal..... PDV - Programa de demissão voluntária (*)..... (2.868)(14.951)Administradores..... (2.689)(2.689)Entidade de previdência a empregados - CPC 33/IAS 19 (4.254)(4.254)(2.342)(1.640)(3.982)Serviços de terceiros..... (22.118)(36.455)(58.573)Depreciação/Amortização (1.078) (4.603)(315.123)Outros encargos - ONS/CCEE..... (944)(944)Aluguéis. (4.566)(4.566)Parcelamento PERT 2017..... (5.419)(5.419)Execução Acordo Periculosidade..... (7.616)(7.616)Reversão Honorários ad exitum Provisão para redução ao valor realizável de almoxarifados (Nota 13)..... (3.778)(3.778)3.817 Provisão para riscos legais (Nota 24)..... (358.953)(355.136)Reversão de provisão para ajuste ao valor recuperável (impairment - Nota 16.5) 163.593 163.593 Provisão PIS/COFINS sobre atualização

(3.395)

2.558

(3.079)

(26.845)

(14.047)

(15.022)

(24.155)

Total	(816.182)	(368.757)	(182.667)		(23.802)	(1.594.462)
				esentado 2016		
				2016	Outras	
			Despesas		(despesas)	
	Custo com		gerais e	Outras	receitas	
		Custo com		despesas	líquidas	
Natureza dos custos e despesas	Elétrica			operacionais		Total
Energia comprada (Nota 29.1)	(147.839)				,	(147.839)
Encargos setoriais (Nota 29.1)	(273.181)	_	_	_	_	(273.181)
Créditos de COFINS/PIS sobre encargos	,					,
do sistema de transmissão	25.031	_	_	_	_	25.031
Pessoal	_	(44.219)	(130.687)	_	_	(174.906)
Administradores	_	· ,	(2.867)	_	_	(2.867)
Entidade de previdência a empregados -						
CPC 33/IAS 19	_	(7.786)	_	_	_	(7.786)
Material	_	(3.232)	(3.392)	_	_	(6.624)
Serviços de terceiros	_	(34.056)	(41.819)	_	_	(75.875)
Depreciação/Amortização	_	(302.878)	(4.280)	_	(1.212)	(308.370)
Outros encargos - ONS/CCEE	_	_	(2.350)	_	_	(2.350)
Aluguéis	_	_	(5.503)	-	_	(5.503)
Honorários ad exitum	-	_	-	-	(38.271)	(38.271)
Provisão para riscos legais (Nota 24)	-	_	-	(280.531)	(45.374)	(325.905)
Provisão honorários <i>ad exitum</i> (Nota 25.2)	_	-	-	-	(20.271)	(20.271)
Provisão para redução ao valor realizável						
de almoxarifados (Notas 13 e 16)	-	-	_	(16.487)	_	(16.487)
Provisão PIS/COFINS sobre atualização						
de depósitos judiciais	_	-	_	(3.836)	_	(3.836)
Perda estimada de créditos	_	-	_	(13.379)	_	(13.379)
Reversão/(Provisão) para compromissos						
socioambientais (Nota 25.1)	_	_	_	-	25.700	25.700
Custos retardatários	-	-	-	-	(2.481)	(2.481)
Outras despesas ou receitas		(1.705)	(5.277)	(4.184)		(19.823)
Total						(1.395.023)
(*) Em 24 de janeiro de 2017 o Conselho de A						
seguintes características: i) destinado a todo						

empregados. A adesão ao programa foi de 100 empregados, com custo de R\$ 17.819. Energia Comprada e Encargos Setoriais 2017 2016 Energia comprada (1) (540.070) (123.612) Provisão CCEE. (86.955)(627.025) (123.612)

Prêmio repactuação do risco hidrológico (Notas 9 e 14).....

trabalho por tempo indeterminado; ii) incentivo financeiro de 3 até 14 remunerações, dependendo do tempo de serviço; iii)

assistência médico-hospitalar e odontológica por 12 meses, a contar da data do desligamento, limitado a 31/03/2018; iv) Prazo de adesão até 17/02/2017; e v) desligamentos até 31/03/2017. No mesmo dia a Diretoria divulgou o programa aos

Energia comprada para revenda (70.910)Compra de energia - Potência.... (712.984)(147.839)Uso da Rede Elétrica (2) Conexão - CTEEP Rede Básica .. (120.803) (273.072) <u>(120.853)</u> (273.181) (833.837) (421.020) Créditos de COFINS/PIS sobre encargos de uso da rede/energia. 17.655 Valores de faturamento e fechamento junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica/CCEE, decorrentes da aquisição de energia e do rateio entre as empresas geradoras do país, além de outras aquisições para

Encargos de conexão e rede básica decorrentes do uso do sistema de transmissão: valores fixados pelas Resoluções Homologatórias ANEEL nº 2.099 de 30 de junho de 2016 e nº 2.259 de 27 de junho de 2017. as (Despesas)/Receitas Líquidas

Companhia (Nota 24.7)

de depósitos judiciais..

Custos retardatários.....

Provisão para compromissos socioambientais (Nota 25.1)......

Outras despesas ou receitas.....

Perda estimada de créditos.....

Outras (Despesas)/Heceitas Liquidas		
	2017	2016
Depreciação de bens não vinculados	(1.078)	(1.212)
Reversão/(Provisão) ações de desapropriações - empresas cindidas (a)	3.817	(45.374)
Reversão/(Provisão) compromissos socioambientais	(26.845)	25.700
Custos retardatários (proteção de encostas de reservatórios) (b)	(14.047)	(2.481)
Honorários ad exitum (c)	_	(38.271)
Execução Acordo Periculosidade	(7.616)	_
Parcelamento PERT 2017 (Nota 21)	(5.419)	-
Reversão/(Provisão) Honorários ad exitum (Nota 24.6 e 25.2 (d))	5.177	(20.271)
Despesas com convênios	(6.269)	(5.720)
Ganho/(perda) na alienação de bens e direitos	17.942	(544)
Outras receitas líquidas	15.182	6.035
Outras (despesas) líquidas	(4.646)	(8.428)
	22.209	(8.657)
Total	(23.802)	(90.566)
(a) Pelo protocolo de Cisão Parcial da CESP, as obrigações referentes a ações de desa		
a 31 de marco de 1999, das Usinas incorporadas pelas empresas cindidas, são de	responsat	oilidade da

Os custos retardatários excedentes ao valor recuperável dos ativos integrantes da Usina de Porto Primayera. a partir do exercício de 2009 deixaram de ser capitalizados e passaram a ser registrados diretamente no

Em 2016, referia-se a Honorários ad exitum sobre processo de inadimplemento contratual, de natureza cível

no valor de R\$ 2.159.289 mil. encerrado e baixado da contingência (Nota 24). 30

tributação dessas variações.

RESULTADO FINANCEIRO		
		Reapresentado
	2017	2016
Receita		
Rendimentos de aplicações financeiras	53.696	81.031
Atualização de quotas subordinadas - FIDC (Nota 11)	1.833	8.950
Atualização de levantamento de depósitos judiciais	3.215	15.962
Atualização do saldo de depósitos judiciais	73.002	82.484
Variações Cambiais	55.203	239.303
Outras	295	214
(–) PIS/COFINS sobre receitas financeiras	(2.805)	(5.010)
	184.439	422.934
Despesa		
Encargos de dívidas		
Moeda estrangeira	(32.481)	(47.293)
Moeda nacional	(1.498)	(4.539)
	(33.979)	(51.832)
Outras		
Imposto sobre operações financeiras	(261)	(51)
Despesas c/operações financeiras - FIDC	(125)	(305)
Atualização P&D - projetos	(7.240)	(11.441)
Parcelamento PERT 2017 (Nota 21)	(12.254)	`
Ajuste Pronunciamento CPC 33 (R1)	(19.535)	(7.330)
Outros encargos	(1.887)	(3.636)
•	(41.302)	(22.763)
Variações Monetárias e Cambiais		
Moeda nacional	(1.155)	(24.677)
Moeda estrangeira	(57.160)	(105.975)
•	(58.315)	(130.652)
	(133.596)	(205.247)
Resultado Financeiro	50.843	217.687

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - RESULTADO A Companhia apura mensalmente o Împosto de Renda e a Contribuição Social, com base em balancete de suspensão ou redução, em que são consideradas as adições/exclusões (temporárias ou permanentes) previstas na legislação, bem como as variações cambiais líquidas (positivas/negativas) sobre empréstimos e financiamentos, face à opção pelo regime de caixa para

Conciliação da despesa tributária com a alíquota nominal O quadro a seguir é uma conciliação da despesa tributária apresentada e o valor calculado pela aplicação da alíquota tributária total de 34% (25% de imposto de renda e 9% de contribuição social) sobre o lucro fiscal tributáve

total de 34% (23% de imposto de ferida e 9% de contribuição social) so			Reapresentado	
	2017		2016	
	Imposto	Contribuição	Imposto	Contribuição
	de Renda	Social	de Renda	Social
Lucro/(Prejuízo) antes do Imposto de renda (IRPJ)				
e da Contribuição social (CSLL)	(67.004)	(67.004)	491.254	491.254
Alíquota vigente	25%	9%	25%	9%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL, de acordo		• 75		-,-
com a alíquota vigente	16.775	6.030	(122.790)	(44.212)
Ajustes para a alíquota vigente:			,	, ,
(a) Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes				
Dividendos recebidos	2	1	_	_
Juros sobre o capital próprio	_	_	35.000	12.600
Acordo judicial ação periculosidade	_	_	42.476	15.291
Ajuste/Constituição de créditos diferidos (complemento)	(50.020)	(22.834)	4.576	1.813
Prejuízo fiscal/Base negativa apurada no exercício	(17.739)	(2.049)	_	_
Outros	47.202	12.665	9.451	(789)
(b) Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças				(/
temporárias não constituídas	(67.322)	(24.235)	(68.968)	(24.828)
Receita/(Despesa) contabilizada	(71.102)	(30.422)	(100.255)	(40.125)
Despesa de imposto de renda e contribuição social composta por:				
			(00.004)	(40.570)

exclusões permanentes. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCO

Diferido (Nota 12).

Passivos

Empréstimos e Financiamentos

Dólar Americano: US\$/R\$.

O negócio da Companhia compreende principalmente a geração de energia para venda a grandes consumidores (mercado livre) e empresas concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica (mercado cativo). Em 31.12.2017, os valores de mercado dos principais instrumentos financeiros aproximavam-se dos valores contábeis, conforme demonstrado na tabela a

Conforme descrito na Nota 12, a Companhia está limitada à projeção de lucros tributáveis futuros para reconhecimentos

adicionais de créditos sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social, bem como sobre diferenças temporárias. As

diferenças entre as alíquotas nominais e efetivas decorrem da limitação para novos reconhecimentos, bem como das adições/

(71.102)

-106,1%

seguir:			
	31.12.2017	31.12.2016	01.01.2016
Ativos Financeiros			
Empréstimos e recebíveis			
Consumidores e revendedores (Nota 6)	196.465	157.162	278.700
Energia livre/CCEE (Nota 6)		7.979	60.867
	196.465	165.141	339.567
Instrumento financeiro disponível para venda			
Ativo disponível para reversão (Nota 15)	1.949.430	1.949.430	1.949.430
Valor justo por meio do resultado			
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	310.536	504.029	548.553
Quotas Subordinadas - FIDC (Nota 11)	_	63.532	91.563
· · ·	310.536	567.561	640.116
	2.456.431	2.682.132	2.929.113
Passivos Financeiros			
Avaliados ao Custo amortizado			
Empréstimos e Financiamentos (Nota 18)	388.684	568.394	882.709
FIDC (Nota 19)		83.151	309.322
	388.684	651.545	1.192.031
32.1 Índice de Endividamento (Liquidez)			
			sentado
Índice de Endividamento	31.12.2017	31.12.2016	<u>01.01.2016</u>
Empréstimos + Financiamentos + FIDC		651.545	1.192.031
Caixa e equivalente de Caixa (Nota 5)			_(548.553)
Dívida Líquida	. 78.148	147.516	643.478
Patrimônio Líquido			<u>7.445.760</u>
Índice de Endividamento Líquido		2,0%	8,6%
A tabela abaixo apresenta os passivos financeiros da Companhia por faixas de	vencimento, c	orrespondente	e ao exercício
remanescente no Balanço Patrimonial até a data contratual do vencimento.			
	Vencimen		
1 ano 2 anos	5 anos M	ais de 5 anos	Total

	remanescente no balanço i atimonial até à data contrattat do vencimento.					
		Vencimentos				
		1 ano	2 anos	5 anos	Mais de 5 anos	Total
	Em 31 de dezembro de 2017					
	Empréstimos e Financiamentos	204.532	183.073	126	953	388.684
	Em 31 de dezembro de 2016					
	Empréstimos e Financiamentos	186.817	200.402	180.110	1.065	568.394
	FIDC	83.151	_	_	_	83.151
		269.968	200.402	180.110	1.065	651.545
	Em 1 de janeiro de 2016					
	Empréstimos e Financiamentos	206.736	220.653	453.726	1.594	882.709
	FIDC	237.618	71.704	_	_	309.322
		444.354	292.357	453.726	1.594	1.192.031
2	Risco de Taxa de Câmbio					

O endividamento e o resultado das operações da Companhia são afetados significativamente pelo fator de risco de mercado de taxa de câmbio (dólar norte-americano). Em 31 de dezembro de 2017, o saldo total da conta de empréstimos e financiamentos, incluindo encargos incorridos até a data, montava a R\$ 378.777 (R\$ 553.333 em 31.12.2016) referentes a captações em moeda estrangeira, exclusivamente dólar norte-americano Em milhares de Reais Saldo Contábil

Dólar Americano - US\$ (Nota 20)			378.777	553.333
Análise de sensibilidade do Risco				
A CESP considera que o risco de est	ar passiva em moeda	a estrangeira é a elevação da cotação o	do dólar-norte	americano
(PTAX) nos contratos de empréstimo	os e financiamentos	captados em moeda estrangeira, que	impactam as	s despesas
financeiras do exercício.				
Em atendimento ao disposto na instru	ção CVM nº 475/08,	e conforme sugerido pelo CPC 40 e IF	RS 7, para de	terminação
dos efeitos da variação desfavorável i	nas taxas de câmbio	utilizando neste passivo o cenário divi	ilgado no rela	tório Focus

(BACEN) de 05/01/2018, a Companhia adotou os cenários de variações negativas mínimas definidas pela referida instrução e equivalentes a 25% e 50% sobre as respectivas taxas de câmbio utilizadas na determinação dos cenários provável, possível e remoto. Apreciação da Taxa em Previsão

adotando cenários de variações, estimou que o impacto sobre o saldo devedor seriam próximos aos indicados nas colunas cenários no quadro a seguir: Impacto <u>Passivos</u> Empréstimos e Financiamentos Saldo em 31.12.2017 Cenário Provável Cenário Possível Cenário Remoto Dólar Americano - US\$....

Com base na posição patrimonial e no valor nocional dos instrumentos financeiros em aberto em 31/12/2017, a Companhia,

Total. 1.374 Risco de Taxa de Juros/Inflação Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros e inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer "hedge" contra esse risco, porém monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a necessidade de substituição da modalidade de suas dívidas. Em 31 de

dezembro de 2017, a Companhia possuía R\$ 378.777, captados a taxas variáveis de juros e/ou indexados à taxas de

inflação, e R\$ 9.907 captados a taxas fixas:		
	Em milhare	es de Reais
	Saldo C	Contábil
Passivos Vinculados às taxas:	31.12.2017	31.12.2016
Moeda Nacional	9.907	98.212
CDI	_	83.151
TAXA FIXA	9.907	15.061
Moeda Estrangeira	378.777	553.333
UMBNDES	377.764	552.196
LIBOR	1.013	1.137
Total	388.684	<u>651.545</u>
Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros e inflação		

A CESP considera que o risco de estar passiva em contratos que, além de taxa fixa e "spread", tenham custos atualizados com taxas de juros pós-fixadas, é a elevação destas taxas e consequente aumento das despesas financeiras relativa ao passivo, captado em moeda estrangeira.

A Companhia agrupou o passivo por taxas contratadas e elaborou análise de sensibilidade, em consonância com a Instrução CVM nº 475/08 e conforme sugerido pelo CPC 40 e IFRS 7. No passivo em moeda estrangeira foi considerada a conversão para reais com a mesma paridade de fechamento do presente demonstrativo, para refletir apenas as alterações de cenários de taxas de juros.

			Api	reciação da la:	<u>xa em</u>
<u>Índices</u>			Previsão	25%	<u>50%</u>
UMBNDES			. 4,71	5,89	7,07
LIBOR			. 1,51	1,89	2,27
O resultado desta análise reflete	o impacto das taxas sob	ore o resultado no o	urto prazo (janei	ro a dezembro	/2018),
considerando a apropriação de juro	os (juros a serem incorrido	s) até a data de cada	vencimento, conf	forme quadro a	seguir:
		E	m milhares de Re	ais	
Risco	Saldo em 31.12.2017	Cenário Provável	Cenário Possív	el Cenário Re	emoto
Maria - 7 - January DEO	077 704	000	0.50	14	7 101

		EIII IIIIIIIales de neals		
Risco	Saldo em 31.12.2017	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Variação da UMBNDES	377.764	693	3.504	7.104
Variação da LIBOR	1.013	3	21	39
Total	378.777	696	3.525	7.143
Risco de Crédito				
0 -11	O			-l l- ! t l -

O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Este risco é avaliado pela Companhia como baixo, tendo em vista: (1) para recebíveis decorrentes da receita de suprimento - o concentrado número de seus clientes, a existência de garantías contratuais, o fato de serem concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia sob fiscalização federal, inclusive sujeitas à intervenção da concessão, e por não haver histórico de perdas significativas na realização de seus recebíveis; e (2) para recebíveis decorrentes da receita de fornecimento - o concentrado número e o porte empresarial de seus clientes, a

análise prévia de crédito e a existência de garantias contratuais de no mínimo dois meses de faturamento. Em 31 de dezembro de 2017 a Administração da Companhia entende que não existem situações de exposição de risco de créditos que pudessem afetar, de forma significativa, suas operações e resultados futuros.

Instrumentos Financeiros Derivativos Em atendimento à Deliberação CVM nº 550/2008, de 17 de outubro de 2008, a Companhia informa o que segue:

Política financeira adotada pela Companhia

A Companhia não adota a política de utilizar-se de instrumentos financeiros derivativos. A Companhia tem uma dívida aproximada de R\$ 379 milhões em 31 de dezembro de 2017, grande parte reestruturada com instituições financeiras nacionais e internacionais nos últimos anos. Nesse processo de reestruturação, a principal estratégia utilizada pela Companhia para o monitoramento de riscos futuros foi a de substituir grande parte da dívida em moeda estrangeira por dívida em moeda nacional, com o objetivo de reduzir sua exposição cambial ocorrida no

Controles internos e operacionais sobre contratação de operações financeiras Com o objetivo de gerenciar os riscos associados a cada estratégia e a cada negociação com instituições financeiras,

as operações financeiras de gualquer natureza são aprovadas pela Diretoria, podendo ser levadas ao Conselho de Administração, nas condições estabelecidas no estatuto social da Companhia Operações de derivativos

A Companhia não contratou nenhuma operação de derivativos até 31 de dezembro de 2017. continua →

Taxa % a.a.



CNPJ 60.933.603/0001-78 - Companhia Aberta http://www.cesp.com.br



Secretaria de Energia e Mineração

→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

32.6 Valorização dos Instrumentos Financeiros

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia em 31 de dezembro de 2017 são descritos a sequir, bem como os critérios para sua valorização/avaliação:

Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras. O valor de mercado desses ativos não difere dos valores demonstrados no balanço patrimonial da Companhia.

(b)

Energia Livre e Energia de Curto Prazo: esses créditos decorrem basicamente de energia livre durante o período de racionamento e transações realizadas no âmbito da atual Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e foram registrados e valorizados com base nas informações disponibilizadas, baseados nos precos vigentes durante o ano na CCEE. Não houve transações relacionadas com estes créditos ou débitos que pudessem afetar sua classificação e valorização na data destas demonstrações.

Investimentos

Estão registrados ao custo de aquisição, sendo constituída provisão para sua redução a valor de mercado, guando requerido ou aplicável. O valor de mercado dos demais investimentos se aproxima de seus valores contábeis.

Empréstimos, Financiamentos e FIDC

A Companhia possui ativos e passivos mensurados ao valor justo através do resultado, além disso, possuia outros passivos financeiros não mensurados ao valor amortizável, os quais podem ser comparados aos valores de

Nas operações específicas do setor elétrico, financeiras subsidiadas e de renegociação, sem similar no mercado e com pouca liquidez, a Companhia assumiu que o valor de mercado é representado pelo respectivo valor contábil, 33 SEGUROS em função das incertezas existentes presentes nas variáveis que deveriam ser consideradas na criação de um modelo de precificação.

O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC teve seu encerramento em maio/17. Em milhares de Reais

	31.12.2017		31.12.2016		
<u>Passivos</u>	Valor Contábil	Valor de Mercado	Valor Contábil	Valor de Mercado	
Moeda Nacional					
FIDC		_	(83.151)	(83.150)	
Total	_	_	(83.151)	(83.150)	
con Hidrológico o GSE (Congration Scal	ing Factor				

A geração de energia elétrica da CESP depende diretamente de condições hidrológicas, uma vez que todo o seu parque gerador é hidrelétrico. A principal usina hidrelétrica da Companhia, UHE Engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera), que representa 94% de sua garantia física para venda, concentra-se na área de influência da bacia do rio Paraná, região oeste do Estado de São Paulo e opera a fio d'água.

A Garantia Física do sistema representa a máxima quantidade de energia possível de ser suprida em condição permanente a um dado critério de garantia de suprimento. A Garantia Física respectiva de cada usina corresponde ao límite de energia que ela está autorizada a comercializar através de contratos.

Os riscos de escassez de água devido às condições pluviométricas são cíclicos, porém essas ocorrências têm sido intensas nos últimos anos. Conforme a regulamentação atualmente vigente no setor elétrico, parte dessa escassez é 35 coberta pelo Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, instrumento que compartilha os riscos de geração insuficiente de energia entre todas as usinas hidráulicas integrantes desse mecanismo, captando as diferenças de sazonalidades das vazões nas diversas bacias hidrográficas, de forma a tentar neutralizar o impacto financeiro associado ao risco hidrológico proveniente do despacho centralizado que caracteriza o SIN - Sistema Interligado Nacional.

Quando a soma da geração das usinas integrantes do MRE não é suficiente para suprir a soma das garantias físicas desses empreendimentos ocorre o denominado GSF - Generation Scaling Factor inferior a 1, impactando financeiramente essas usinas pela razão entre sua garantia física e o montante efetivamente gerado, valorado ao PLD - Preço de Liquidação das Diferenças e liquidado mensalmente. Por esse motivo, o GSF pode afetar os resultados da Companhia e sua condição financeira, bem como a geração de fluxo de caixa futuro.

Por outro lado, quando a geração dessas usinas supera as garantias físicas, os agentes do MRE são beneficiados com a denominada "energia secundária", que também é remunerada ao PLD.

Visando mitigar os impactos financeiros do risco hidrológico sobre a geração hidráulica no SIN, o Governo Federal publicou a Medida Provisória nº 688/2015, posteriormente convertida na Lei nº 13.203/2015, apresentando um acordo de repactuação desse risco, com efeitos retroativos a 2015.

A CESP, após estudos e análises aprofundados, protocolou junto à ANEEL o requerimento de adesão à repactuação do risco hidrológico no ACR - Ambiente de Contratação Regulada, em que 350 MW médios contratados em 2016 e 230 MW médios contratados de 2017 até 2028 (Nota 14). Em relação ao ACL - Ambiente de Contratação Livre, a decisão foi pela não adesão, causada pela não atratividade confirmada, inclusive, pelos demais agentes setoriais.

Risco de não renovação das concessões

Uso do bem Público ao Poder Concedente.

MÁRCIO REA

DIRETOR ADMINISTRATIVO

A CESP detém a concessão de três usinas hidrelétricas, cujos vencimentos estão discriminados na tabela abaixo:

UHE Vencimento Jaguari...... Paraíbuna .. 09/03/2021 Engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera). 11/07/2028 Nos termos das Leis Federais nºs 12.783/2013, 13.203/2015 e 13.360/2016 e Decreto Federal nº 7.805/2012, já foram

solicitadas ao Poder Concedente a prorrogação das concessões das UHE´s Jaguari e Paraibuna. Ainda de acordo com esses regramentos, a prorrogação da concessão da UHE Porto Primavera, somente poderá ser

solicitada a partir de 60 meses antes do término de sua concessão. Por outro lado, de acordo com a nota explicativa nº 35, o acionista controlador deliberou retomar o processo de alienação do controle acionário da CESP, tendo em vista a publicação do Decreto Federal nº 9.271/2018, o qual regulamenta a outorga de um novo contrato de concessão associada à privatização de titular de concessão de serviço público de geração

de energia elétrica, por meio de licitação da transferência de controle, com pagamento de bonificação pela outorga e de

A Companhia possui contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, considerando a natureza e o grau de risco para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e/ou responsabilidade, conforme demonstrado a seguir

Em milhares de Reais Valor Vencimento Segurado 10.000 Seguradora Cobertura
Responsabilidade civil - D&O D&O - Seguro de Administradores Chubb Seguros S/A Sul América Seguros S/A Indenização por morte ou invalidez 10/2018 5.173 permanente de empregados MAPFRE Seguros Gerais S/A Máquinas e Equipamentos do

Sistema de Geração das Usinas 06/2018 434.896 Observação: O escopo dos trabalhos dos auditores independentes não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros.

FATO RELEVANTE O Conselho Diretor do Programa Estadual de Desestatização - CDPED, em reunião realizada em 14 de setembro de 2017.

deliberou suspender o certame de alienação do controle acionário da Companhia, pelo prazo necessário à avaliação sobre a pertinência de eventuais ajustes, conforme ata publicada na edição do dia 15 de setembro de 2017 do Diário Oficial do Estado de São Paulo. **EVENTO SUBSEQUENTE**

- Em 29 de janeiro de 2018, o Conselho Diretor do Programa Estadual de Desestatização CDPED deliberou pela retomada do processo de alienação do controle acionário da CESP, tendo em vista a publicação do Decreto federal nº 9.271, de 25
- Em 1º de fevereiro de 2018, a CESP emitiu Comunicado ao Mercado, para informar que o acionista controlador (Governo do Estado de São Paulo) fez publicar na edição da mesma data do Diário Oficial do Estado de São Paulo, "aviso de audiência pública" para apresentar e obter subsídios e informações adicionais para o aprimoramento do processo de alienação do controle acionário da Companhia no dia 20/02/2018, tendo em vista a publicação do Decreto federal nº 9.271, de 25 de janeiro de 2018, que regulamenta a outorga de contrato de concessão no setor elétrico associada à privatização de titular de concessão de serviço público de geração de energia elétrica, nos termos da Lei nº 9.074, de 7
- Em 08 de março de 2018, o MME publicou a Portaria nº 66, definiu o montante da garantia física de energia da UHE Porto Primavera em 886,8 MW médios, condicionada à vigência de novo contrato de concessão a ser celebrado nos termos do Decreto nº 9.271/2018.

MITUO HIROTA

DIRETOR DE GERAÇÃO

DIRETORIA

MAURO GUILHERME JARDIM ARCE

ADERBAL DE ARRUDA PENTEADO JÚNIOR

ADRIANO CIVES SEABRA CLÓVIS LUIZ CHAVES

ALMIR FERNANDO MARTINS DIRETOR FINANCEIRO E DE **RELAÇÕES COM INVESTIDORES**

MAURO MARQUES GERENTE DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

CONTADOR - CRC 1SP253079-O-1

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE RICARDO DARUIZ BORSARI CONSELHEIROS FERNANDO CARVALHO BRAGA MANUEL JEREMIAS LEITE CALDAS MAURO GUILHERME JARDIM ARCE

RICARDO ACHILLES ROBERTO LUIZ TROSTER VALTER NEI RIBEIRO

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da CESP - Companhia Energética de São Paulo, dando cumprimento ao que dispõem os incisos I, II, VII do artigo Com fundamento nos exames realizados, nos esclarecimentos prestados pela Diretoria e no Relatório dos Auditores Independentes, 163 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, examinou as Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício findo este Conselho é de opinião que o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras estão em condições de serem em 31 de dezembro de 2017, elaboradas segundo os princípios estabelecidos nos capítulos XV e XVI do referido diploma legal, com as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 e Normas, Orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Mutação do Patrimônio Líquido, Proposta da Administração para destinação do resultado. Demonstração do Fluxo de Caixa e Demonstração do Valor Adicionado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, complementados por Notas Explicativas, bem como Relatório da Administração sobre os negócios sociais e principais fatos administrativos do exercício.

Emília Ticami Marissa Rose Vegele Renaud Marco Antônio Castelo Branco de Olliveira Paulo Roberto Franchesci Sebastião Eduardo Alves de Castro

DECLARAÇÃO

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os membros da Diretoria da CESP - Companhia Energética de São Paulo, sociedade por ações de capital aberto, com sede na Avenida Nossa Senhora do Sabará, nº 5312, Bairro de Pedreira, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 60.933.603/0001-78, declaram que: (i) reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da Companhia do exercício social findo em 31 de dezembro de 2017; e (ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da BDO Auditores Independentes SS, relativamente às Demonstrações Financeiras da Companhia do exercício social findo em 31 de dezembro de 2017.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Acionistas, Conselheiros e Administradores da CESP - Companhia Energética de São Paulo

Opinião sobre às demonstrações contábeis

Opinião sobre às demonstrações contábeis

Administração para projeção dos resultados futuros é complexo, crítico e baseia-se em premissas, especificamente projeções de Examinamos as demonstrações contábeis da CESP - Companhia Energética de São Paulo ("Companhia"), que compreendem o receita e custo, afetadas pelas condições futuras, particularmente aquelas relacionadas à concessão da Companhia.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em

conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Ativo disponível para reversão

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 15 às demonstrações contábeis, a Companhia possui reconhecido o montante de R\$ 1.949.430 mil na Rubrica "Ativo disponível para reversão", líquido de provisão, no qual o montante de R\$232.068 mil é decorrente de melhorias realizadas nos ativos de concessão das Usinas de Jupiá e Ilha Solteira para as quais a ANEEL publicou a Resolução Normativa nº 596/2013, que trata da definição de critérios para fins de indenização, bem como o montante de R\$ 1.717.362 mil que refere-se a indenização da Usina de Três Irmãos, cuio montante foi definido pela Portaria Interministerial nº 129, em 27 de marco de Companhia pleiteia na justiça a determinação dos montantes dos ativos indenizáveis e formas de recebimento. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Reapresentação das demonstrações contábeis anteriores

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 2 às demonstrações contábeis, as divulgações e valores correspondentes às demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram alteradas e estão sendo reapresentadas para refletir os efeitos de alteração da prática contábil e classificação contábil no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016, e nas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e dos valores adicionados (informação comparabilidade e consistência das informações contábeis da Companhia. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos

Redução ao valor recuperável de ativos O CPC 01(R1)/IAS 36 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, prevê que a Companhia realize anualmente estudos internos para

avaliar a capacidade de recuperação do valor contábil de seus ativos não financeiros em suas operações futuras, que apresentem indícios de perdas. Os bens do ativo imobilizado são avaliados quando há evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias que envolvem as estimativas de recuperação futura. Quando houver perda, decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, esta é reconhecida no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia efetuou análise da capacidade de recuperação do valor contábil de seus ativos não financeiros em suas operações futuras, especificamente para as usinas hidrelétricas (UHEs) de Porto Primavera, Jaguari e Paraibuna, sem identificar indícios de perda do valor de seus ativos, mantendo as provisões constituídas de exercícios anteriores, Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista o histórico recente de perdas por desvalorização de seus ativos, o grau de julgamento significativo que deve ser exercido pela Administração para determinação dos valores de recuperação dos mesmos, bem como pela existência de discussões em andamento com o Poder Concedente, relativamente ao vencimento das concessões anteriormente detidas pela Companhia.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, utilização de profissionais especializados para nos auxiliar na revisão do teste de recuperabilidade do ativos, avaliando as premissas e metodologia usadas pela Administração da Companhia, em particular relacionadas à análise do valor recuperável, análise histórica sobre o orçado de anos anteriores, análise das informações financeiras prospectivas, consideradas nas projeções, análises de sensibilidade, integridade da documentação que suporta a execução das projeções, razoabilidade dos métodos e premissas utilizadas na análise e a taxa de desconto, avaliando o custo de capital para a Companhia, bem como a adequação das divulgações realizadas na Nota Explicativa nº 3.2.5 às demonstrações contábeis.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Conforme o CPC 32/IAS 12 - Tributos sobre o Lucro, se faz necessário um julgamento significativo para determinar a provisão para impostos sobre o lucro e o reconhecimento de créditos fiscais diferidos. O reconhecimento de imposto de renda diferido ativo requer avaliar se é provável a existência de resultados tributáveis futuros suficientes para realizar tal ativo. A avaliação requer considerar o histórico de resultados tributáveis, expectativas de resultados tributáveis futuros assim como do momento de reversão de diferenças temporárias. Caso a Companhia não consiga gerar resultados tributáveis futuros ou se ocorrer uma mudança significativa na estrutura prazo de 10 anos, ou o prazo de concessão de cada Usina geradora de caixa, para registro dos impostos diferidos por considerar

contribuição social diferidos ativos e divulga a existência de impostos diferidos ativos no montante de R\$ 2.593.089 mil, não reconhecidos contabilmente por ultrapassarem a capacidade de geração de resultados tributáveis futuros dentro do prazo máximo estabelecido. Este assunto está divulgado na nota explicativa nº 12 às demonstrações contábeis. Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos, assim como o fato de que o processo de avaliação da

das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, utilização de profissionais especializados para nos auxiliar na avaliação des profissionais especializados para nos auxiliar na avaliação desprincipais políticas contábeis. ajustes tributários, análise de razoabilidade dos lucros antes dos impostos projetados, comparação com anos anteriores, análise posição patrimonial e financeira da CESP - Companhia Energética de São Paulo em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de histórica sobre o orçado de anos anteriores, análise das informações financeiras prospectivas, consideradas nas projeções, análises suas operações e os seus fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil de sensibilidade, integridade da documentação que suporta a execução das projeções, razoabilidade dos métodos e premissas utilizadas na análise e a taxa de desconto, avaliando o custo de capital para a Companhia, bem como a adequação das divulgações

realizadas na Nota Explicativa nº 12 às demonstrações contábeis. Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, consideramos que o valor contábil de imposto de renda e contribuição social diferidos registrados possui recuperação futura e atende aos requisitos descritos no CPC 32/IAS 12, bem como

as divulgações realizadas estão adequadas no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Contingências

De acordo com o CPC 25/IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, a Companhia realiza a avaliação do prognóstico de perda relacionada às causas judiciais em aberto nas quais está envolvida. Esta avaliação é suportada pelo julgamento da Administração com base na avaliação de seus assessores jurídicos considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência relacionada ao tema, bem como outros aspectos aplicáveis. Os riscos, nas suas diferentes naturezas jurídicas, foram avaliados e classificados com base na opinião da Administração da Companhia e de seus advogados internos e externos, segundo a probabilidade de risco econômico-financeiro para a Companhia e provisionados os que apresentaram expectativa de perda provável. Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia registra o montante de R\$2.950.766 mil, relativos à provisão para riscos legais, relativamente a processos com probabilidade de perda "provável" divulga, na mesma nota explicativa, o montante de R\$ 3.386.601 mil, relativamente a processos com probabilidade de perda "possível" 2014, publicado pelo Ministério de Minas e Energia (MME) e o Ministério da Fazenda (MF), cujo valor base é de setembro de 2012. A Além disso, a Companhia possui depósitos judiciais, devidamente atualizados, no montante de R\$1.194.691 mil. Estes assuntos estão divulgados nas notas explicativas nº 23 e 11 às demonstrações contábeis. Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos nos processos, ao julgamento significativo da Administração necessário para a determinação se uma provisão deve ser registrada e se é razoável, de acordo com a sua experiência e baseado em seus assessores jurídicos

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros:

- Obtenção de carta de confirmação junto aos assessores jurídicos interno e externos da Companhia, bem como a discussão junto suplementar) para o exercício findo nessa data, e no aprimoramento de divulgação em notas explicativas, com o objetivo de demonstrar aos assessores legais externos e interno, sobre as causas mais relevantes e seus respectivos prognósticos de perda provável, comparabilidade e consistência das informações contábeis da Companhia. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse possível e remota, realizando cruzamento com os relatórios de contingências e os montantes registrados e divulgados nas
 - Verificamos as movimentações do saldo de provisão para riscos legais no exercício, analisando as mudanças de prognóstico de perda para processos significativos e a razoabilidade destas mudanças; e Avaliação da adequada divulgação nas notas explicativas às demonstrações contábeis tomadas em conjunto

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, consideramos que o valor contábil de provisão para riscos legais atende aos requisitos descritos no CPC 25/IAS 37, bem como, as divulgações realizadas estão adequadas no contexto das

Garantia física e GSF

Conforme descrito na nota explicativa nº 17 às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017, parte do saldo de Energia comprada no passivo circulante de R\$ 200.117 mil e de parte do custo com energia elétrica, conforme nota explicativa nº 29.1, no resultado referente ao exercício findo nessa data, no montante de R\$ 712.984 mil, são decorrentes de mensuração de necessidade de compra de energia devido à redução de garantia física e impacto do Generation Scaling Factor (GSF). A parcela do risco hidrológico destinada ao Ambiente de Contratação Regulada (ACR) é garantida pela repactuação realizada pela Companhia em 2015 da Usina Hidrelétrica Porto Primavera, conforme previsto na Lei nº 13.203, de 8 de dezembro de 2015, e na Resolução Normativa da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL nº 684, de 11 de dezembro de 2015, anuída pelo Despacho ANEEL nº 190 no dia 26 de janeiro

de 2016, porém a Companhia fica exposta ao risco no Ambiente de Contratação Livre (ACL). Esse assunto foi considerado como significativo para a nossa auditoria, tendo em vista o julgamento e complexidade na determinação dos fatores e das premissas po parte da Administração, atreladas ao processo de avaliação e contratação de energia elétrica, em atendimento às disposições contratuais existentes para o fornecimento a clientes, e estarem totalmente associadas a volatilidade de Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) e GSF determinados pelo Poder Concedente e suscetíveis às condições climáticas, assim como a relevância dos valores envolvidos

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros:

- Avaliação do desenho, da implementação e da efetividade das atividades de controles internos da Companhia relacionados ac balanço energético e aos seus controles de gerenciamento e definições de custo de energia comprada;
- Obtenção das planilhas de cálculo preparadas pela Companhia para confronto com os registros efetuados no sistema contábil e Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, consideramos que o valor contábil de seus ativos não conferência com as transações efetivamente realizadas e os montantes provisionados de acordo com as expectativas definidas pela financeiros possui recuperação futura e as divulgações realizadas estão adequadas no contexto das demonstrações contábeis Administração; e Avaliação se as divulgações efetuadas pela Administração estão apropriadas nas demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
 - Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, consideramos que o valor contábil de energia comprada no passivo circulante e de custo com energia elétrica, no resultado, bem como, as divulgações realizadas estão adequadas no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade tributária ou no exercício em que as diferenças temporárias serão utilizadas é possível que a avaliação de probabilidade mude podendo requerer a baixa, de parte ou todo, do imposto de renda diferido ativo anteriormente reconhecido. A Companhia utiliza o de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e grande subjetividade nos custos de manutenção, grande volatilidade do preço da energia e pelo efeito da taxa de desconto utilizado se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor nas projeções. Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia registra o montante de R\$ 582.018 mil, relativos a Imposto de renda e Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada. em todos os aspectos

continua →☆





CNPJ 60.933.603/0001-78 - Companhia Aberta http://www.cesp.com.br



Secretaria de Energia e Mineração

--☆ continuação

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes

Os valores correspondentes às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2016, apresentados para fins de comparação, e que • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis independentemente se causada por fraude foram preparados originalmente antes dos efeitos de alteração da prática contábil, classificação contábil e divulgação, descritos na Nota Explicativa nº 2 às demonstrações contábeis, foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, cujo relatório datado de 21 de marco de 2017, não continha modificação. Como parte da nossa auditoria das demonstrações contábeis de 2017, revisamos os efeitos de alteração da prática contábil e classificação contábil nos valores correspondentes do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e em 1º de janeiro de 2016, bem como, sobre os impactos nas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e dos valores adicionados (informação suplementar), às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, e o aprimoramento de divulgação em notas explicativas, no qual com base em nossa opinião, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram adequadamente ajustados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as informações referentes às demonstrações contábeis de 2016 e. portanto. não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre elas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accouting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações. ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter seguranca razoável de que as demonstrações contábeis tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorcões relevantes existentes. As distorcões podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes guando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva CRC 2 SP 013846/O-1

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais:

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- · Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva

São Paulo. 16 de marco de 2018



Jairo da Rocha Soares Contador - CRC 1 SP 120458/O-6